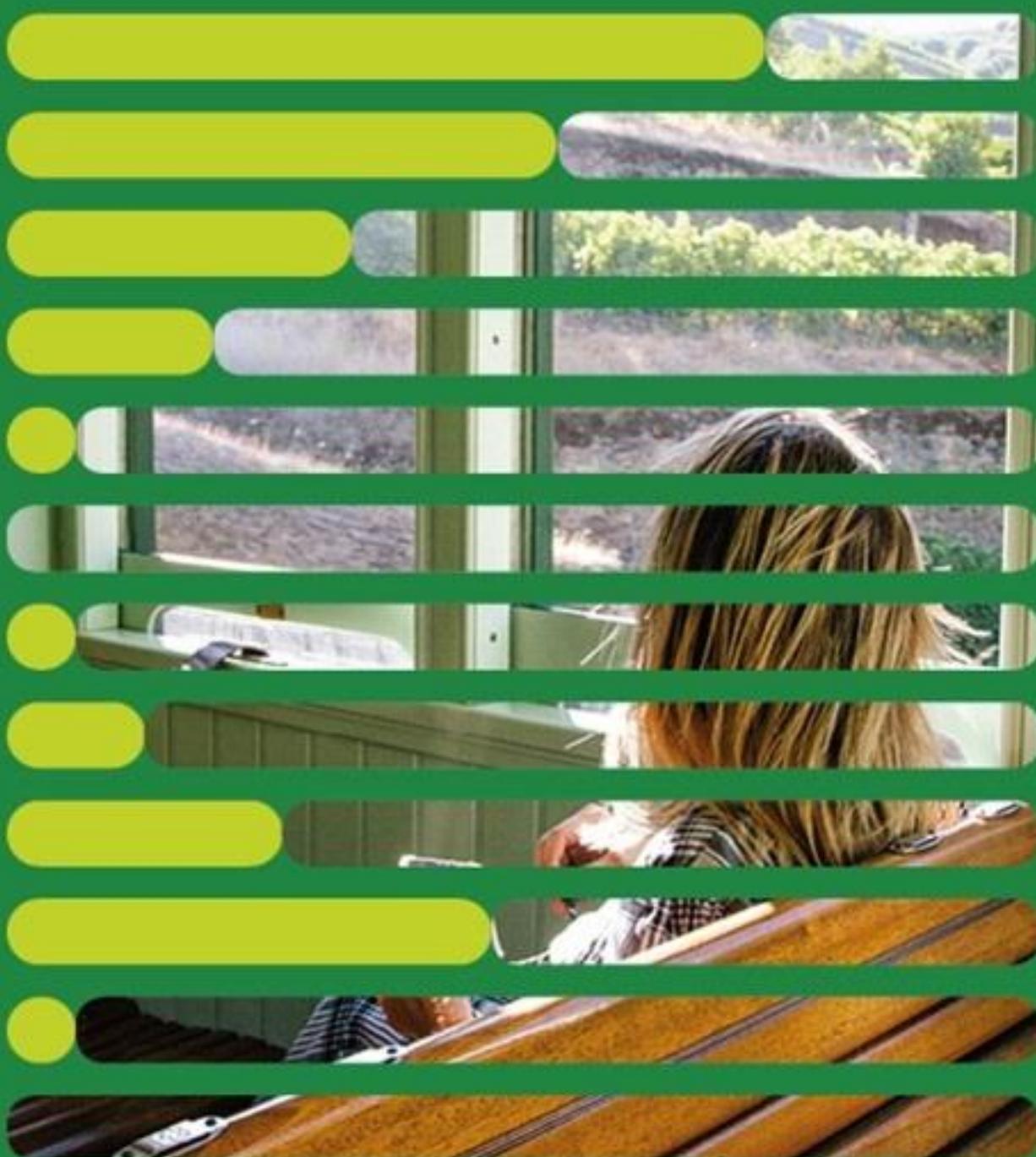




COMBOIOS DE PORTUGAL

# Relatório e Contas Consolidadas 2021

Preservamos os valores sociais,  
ao criarmos uma economia sustentável.



# Ficha Técnica

## **CP – Comboios de Portugal, E.P.E.**

Calçada do Duque, nº 20

1249 - 109 Lisboa

Nº Contribuinte: 500 498 601

Matriculada na C.R.C. Lisboa número 109º

Capital Estatutário: 3 959 489 351,01 € (a 31 de dezembro de 2021)

Conceção e Coordenação:

Direção de Planeamento, Controlo e Informação de Gestão

Direção Financeira

Contactos:

[institucional@cp.pt](mailto:institucional@cp.pt)

Este conteúdo respeita as normas do novo Acordo Ortográfico



# Índice

<b>PRINCIPAIS INDICADORES</b>	<b>8</b>
<b>O GRUPO CP</b>	<b>10</b>
<b>Quem Somos</b>	<b>11</b>
CP – Comboios de Portugal, E.P.E.	12
ECOSAÚDE – Educação, Investigação e Consultoria em Trabalho, Saúde e Ambiente, S.A.	12
FERNAVE – Formação Técnica, Psicologia Aplicada e Consultoria em Transportes e Portos, S.A.	13
SAROS – Sociedade de Mediação de Seguros, LDA.	13
SIMEF, A.C.E	13
NOMAD TECH	13
TIP, A.C.E.	13
<b>Modelo de Governo</b>	<b>14</b>
<b>Cadeia de Valor do Grupo</b>	<b>15</b>
<b>Relato Não Financeiro</b>	<b>15</b>
<b>ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO</b>	<b>16</b>
<b>Conjuntura</b>	<b>17</b>
<b>Contas Nacionais</b>	<b>17</b>
<b>Mercado de Trabalho</b>	<b>18</b>
<b>Inflação</b>	<b>19</b>
<b>O GRUPO EM AÇÃO</b>	<b>20</b>
<b>CP</b>	<b>21</b>
Sumário Executivo	21
Atividade em 2021	21
Gestão dos Meios	23
Procura e Oferta	23
Proveitos	25
Atividade de Manutenção	25
Investimentos	27
Resultados	28
<b>FERNAVE</b>	<b>30</b>
Sumário Executivo	30
Atividade em 2021	30

## Relatório e Contas Consolidadas 2021

Recursos Humanos	31
Proveitos	31
Resultados	32
<b>ECOSAÚDE</b>	<b>33</b>
Sumário Executivo	33
Atividade em 2021	33
Recursos Humanos	34
Proveitos	34
Resultados	34
<b>SAROS</b>	<b>36</b>
Sumário Executivo	36
Atividade em 2021	36
Recursos Humanos	36
Proveitos	36
Resultados	37
<b>SIMEF, A.C.E.</b>	<b>38</b>
Sumário Executivo	38
Atividade em 2021	38
Recursos Humanos	39
Proveitos	39
Resultados	40
<b>ANÁLISE ECONÓMICO-FINANCEIRA</b>	<b>41</b>
<b>Resultados</b>	<b>42</b>
Resultado Líquido do Grupo	42
Resultado Operacional das Atividades Core (EBITDA)	43
Resultado Operacional	43
Resultado Financeiro	44
<b>Balanço</b>	<b>45</b>
Ativo	45
Capital	46
Passivo	46
<b>Dívida Remunerada</b>	<b>46</b>
<b>Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado</b>	<b>48</b>
<b>PERSPETIVAS PARA 2021</b>	<b>49</b>
<b>CP</b>	<b>50</b>
<b>FERNAVE</b>	<b>51</b>
<b>ECOSAÚDE</b>	<b>52</b>
<b>SAROS</b>	<b>52</b>
<b>SIMEF</b>	<b>52</b>
<b>RECOMENDAÇÕES DO ACIONISTA EMITIDAS AQUANDO DA APROVAÇÃO DAS CONTAS DE 2019</b>	<b>54</b>

**Recomendações do Acionista Emitidas Aquando da Aprovação das Contas de 2020 55**

<b>FACTOS RELEVANTES APÓS O TERMO DO EXERCÍCIO</b>	<b>56</b>
<b>DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS</b>	<b>58</b>
<b>ANEXOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS</b>	<b>64</b>
<b>Identificação da entidade e notas de operacionalidade (nota 1)</b>	<b>65</b>
Identificação	65
<b>Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras (nota 2)</b>	<b>66</b>
Referencial contabilístico	66
Derrogações às IFRS	66
Valores comparativos	67
<b>Principais Políticas Contabilísticas (nota 3)</b>	<b>67</b>
Bases de mensuração	67
Consolidação	67
O Grupo e a empresa	68
A CP	68
Empresas participadas	68
Associadas	69
Outras participações	70
Método de consolidação	72
Perímetro de consolidação	73
Políticas contabilísticas relevantes	74
<b>Fluxo de Caixa (nota 4)</b>	<b>93</b>
Rubrica de Caixa e depósitos bancários	93
<b>Políticas Contabilísticas, Alterações nas Estimativas Contabilísticas e Erros (nota 5)</b>	<b>94</b>
<b>Ativos Fixos Tangíveis (nota 6)</b>	<b>94</b>
<b>Ativos intangíveis (nota 7)</b>	<b>96</b>
<b>Direitos de uso de ativos (nota 8)</b>	<b>97</b>
<b>Participações Financeiras - Método de Equivalência Patrimonial (nota 9)</b>	<b>98</b>
<b>Outros Investimentos Financeiros (nota 10)</b>	<b>99</b>
<b>Impostos Sobre o Rendimento (nota 11)</b>	<b>101</b>
<b>Inventários (nota 12)</b>	<b>101</b>
<b>Clientes (nota 13)</b>	<b>102</b>
<b>Estado e Outros Entes Públicos (nota 14)</b>	<b>103</b>
<b>Outros créditos a receber (nota 15)</b>	<b>105</b>
<b>Diferimentos (nota 16)</b>	<b>106</b>
<b>Ativos Não Correntes Detidos para Venda (nota 17)</b>	<b>107</b>
<b>Capital (nota 18)</b>	<b>107</b>
<b>Reservas Legais (nota 19)</b>	<b>108</b>
<b>Outras Reservas (nota 20)</b>	<b>108</b>
<b>Resultados Transitados (nota 21)</b>	<b>108</b>
<b>Ajustamentos/Outras Variações no Capital Próprio (nota 22)</b>	<b>109</b>
<b>Provisões (nota 23)</b>	<b>109</b>
<b>Financiamentos Obtidos (nota 24)</b>	<b>110</b>

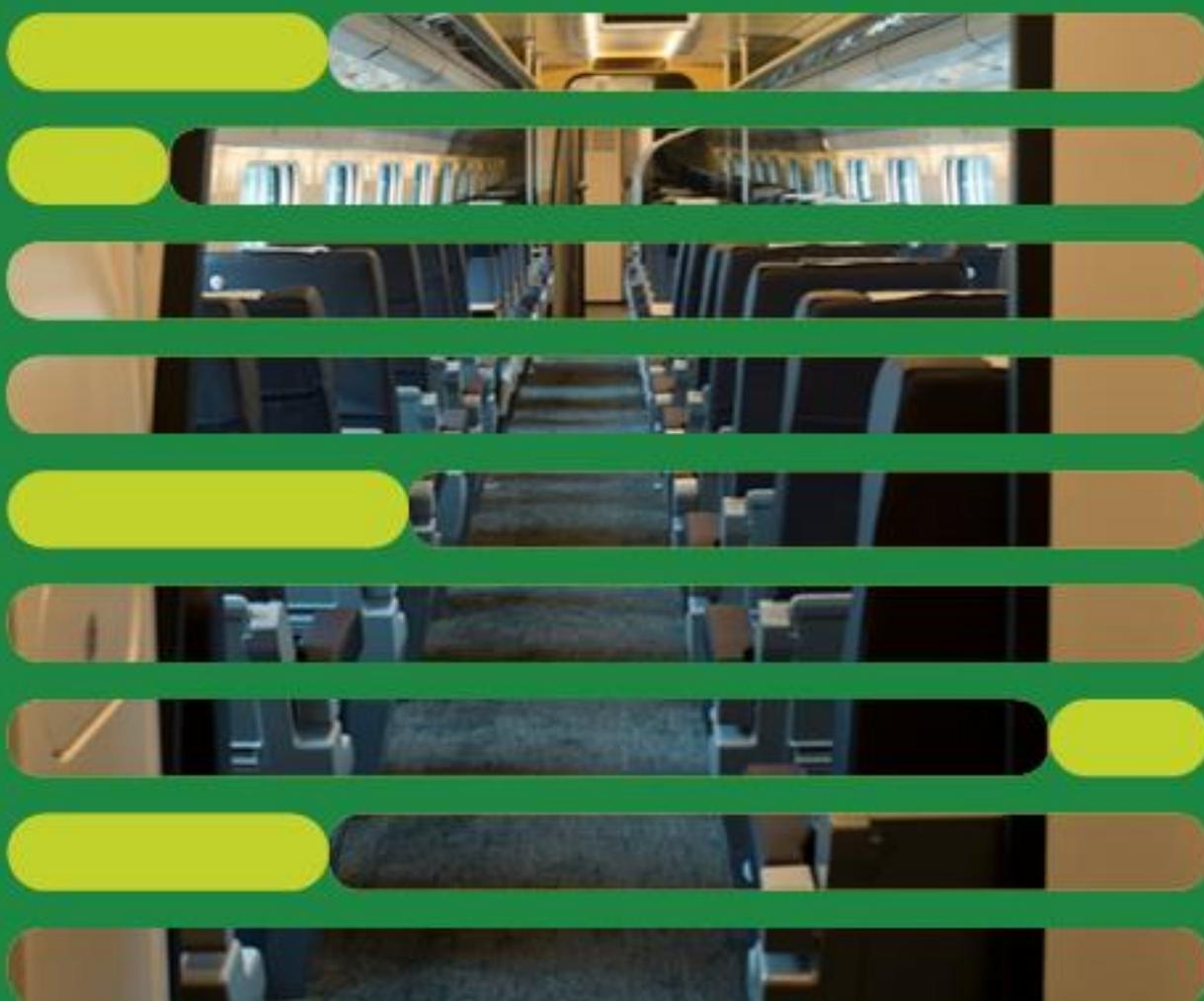
<b>Outras dívidas a Pagar (nota 25)</b>	111
<b>Fornecedores (nota 26)</b>	112
<b>Adiantamentos de clientes (nota 27)</b>	112
<b>Vendas e Serviços Prestados (nota 28)</b>	113
<b>Subsídios à Exploração (nota 29)</b>	113
<b>Ganhos/perdas imputados a subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos (nota 30)</b>	114
<b>Variação nos inventários da produção (nota 31)</b>	114
<b>Trabalhos para a própria entidade (nota 32)</b>	115
<b>Custos das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas (nota 33)</b>	115
<b>Fornecimentos e Serviços Externos (nota 34)</b>	115
<b>Gastos com Pessoal (nota 35)</b>	116
<b>Imparidades de Investimento Não Depreciáveis/Amortizáveis (nota 36)</b>	117
<b>Outros Rendimentos (nota 37)</b>	117
<b>Outros Gastos (nota 38)</b>	118
<b>Gastos/Reversões de Depreciação e de Amortização (nota 39)</b>	118
<b>Imparidade de Investimentos Depreciáveis e Amortizáveis (nota 40)</b>	119
<b>Aumentos/reduções de justo Valor (nota 41)</b>	119
<b>Juros e Rendimentos Similares Obtidos (nota 42)</b>	119
<b>Juros e Gastos Similares Suportados (nota 43)</b>	120
<b>Garantias e Avals (nota 44)</b>	120
<b>Remuneração do Revisor Oficial de Contas (nota 45)</b>	120
<b>Acontecimentos Relevantes Após a Data da demonstração da posição financeira (nota 46)</b>	121
<b>RELATÓRIO DE AUDITORIA</b>	122
<b>CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS</b>	124
<b>RELATÓRIO DO CONSELHO FISCAL</b>	126

# Gráficos

	Gráfico 1 - Grupo CP. ....	12
	Gráfico 2 - Linha temporal contendo as medidas restritivas à mobilidade provocadas pela Pandemia.....	17
	Gráfico 3 - Variação homóloga do PIB em termos reais e das suas componentes durante 2021.....	18
	Gráfico 4 - Variação homóloga mensal do IHPC durante 2021.....	19
	Gráfico 5 - Clientes principais do SIMEF. ....	39
	Gráfico 6- Fontes de Financiamento do Grupo. ....	47
	Gráfico 7 - Estrutura da Dívida.....	47
	Gráfico 8 - Grupo CP.....	73

# 01

## PRINCIPAIS INDICADORES



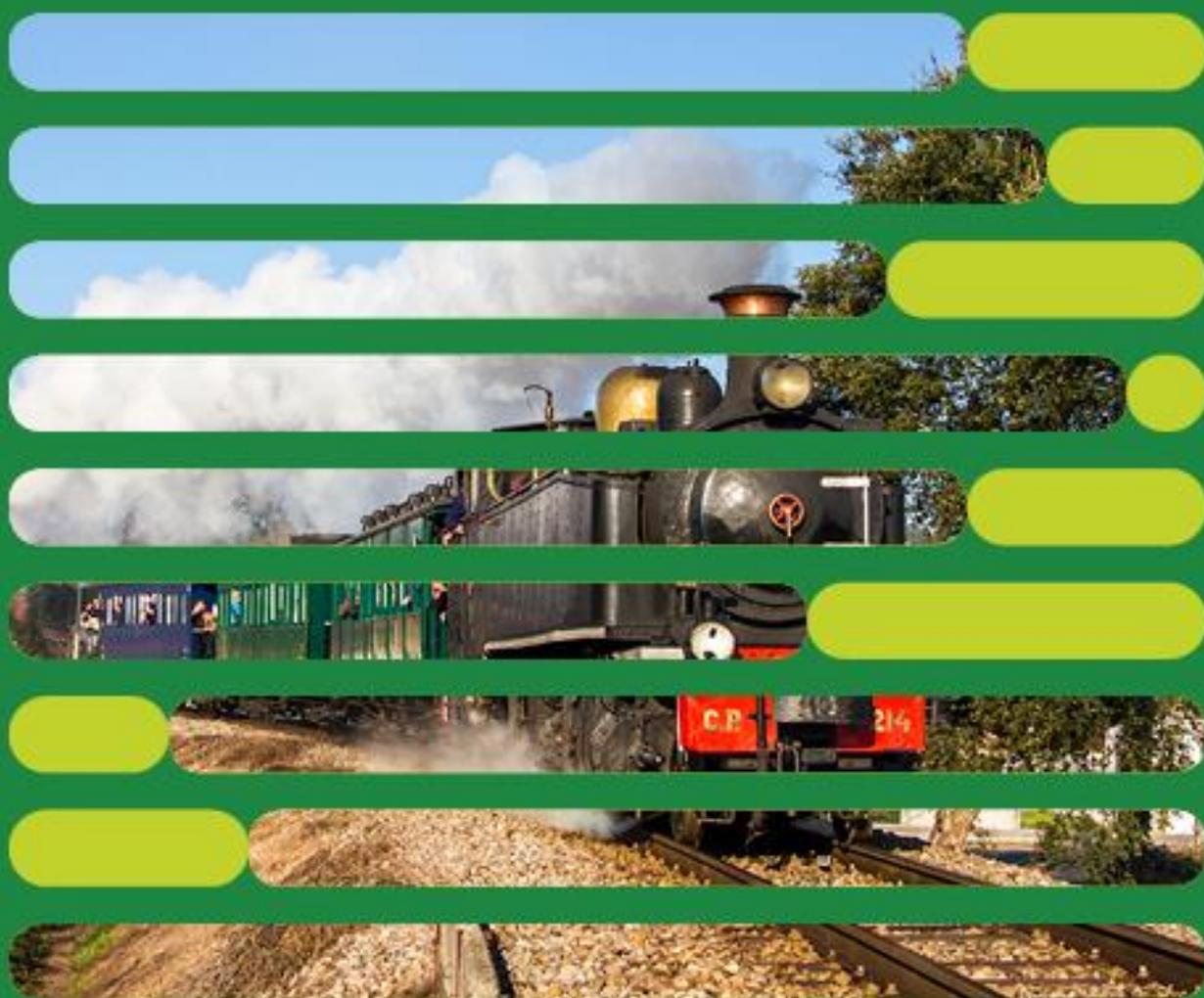
<b>Indicadores Operacionais do Grupo</b>	<b>2021</b>	<b>2020</b>	<b>Δ 21-20</b>	<b>Δ %</b>
<b>Procura</b>				
Passageiros (10 <sup>3</sup> )	99 103	86 910	12 194	14,0%
Passageiros Quilómetro (10 <sup>3</sup> )	2 526 613	2 200 817	325 796	14,8%
<b>Oferta</b>				
Comboios (10 <sup>3</sup> )	423	404	19	4,7%
CK (10 <sup>3</sup> )	27 463	25 662	1 801	7,0%
<b>Recursos Humanos</b>				
CP	3 784	3 736	48	1,3%
Fernave	9	9	0	0,0%
SIMEF	71	64	7	10,9%
Ecosaúde	25	25	0	0,0%
Saros	1	1	0	0,0%
<b>Efetivo Final do Grupo</b>	<b>3 890</b>	<b>3 835</b>	<b>55</b>	<b>1%</b>
<b>Frota - Parque Ativo</b>				
Automotoras	245	242	3	1,2%
Locomotivas	44	35	9	25,7%
Carruagens	126	118	8	6,8%

<b>Indicadores Financeiros do Grupo</b> (10 <sup>3</sup> €)	<b>2021</b>	<b>2020</b>	<b>Δ 21-20</b>	<b>Δ %</b>
<b>Demonstração de Resultados</b>				
Resultado Operacional	-42 181	-64 421	22 240	35%
Resultado Líquido	-65 548	-95 656	30 108	31%
EBITDA (*)	17 001	-1 404	18 405	1311%
<b>Balanço</b>				
Ativo	512 688	545 315	-32 627	-6%
Capital Próprio	-1 937 270	-1 871 964	-65 306	-3%
Passivo	2 449 958	2 417 279	32 679	1%
Financiamentos Obtidos	2 132 493	2 132 357	136	0%

\* Antes de indemnizações por rescisão, justo valor, imparidades, provisões, depreciações, gastos de financiamento e impostos e outras operações não relacionadas com as atividades *core* do Grupo.

# 02

## O GRUPO CP



## Quem Somos

A CP é uma empresa pública de transporte ferroviário detida 100% pelo Estado. Controla empresas na esfera dos fornecimentos no sector, designadamente nas áreas de manutenção de material circulante, formação, cuidados de saúde e mediação de seguros e detém participações minoritárias casuísticas, numa lógica de cooperação, com outros operadores.

O Grupo presta os seguintes serviços:

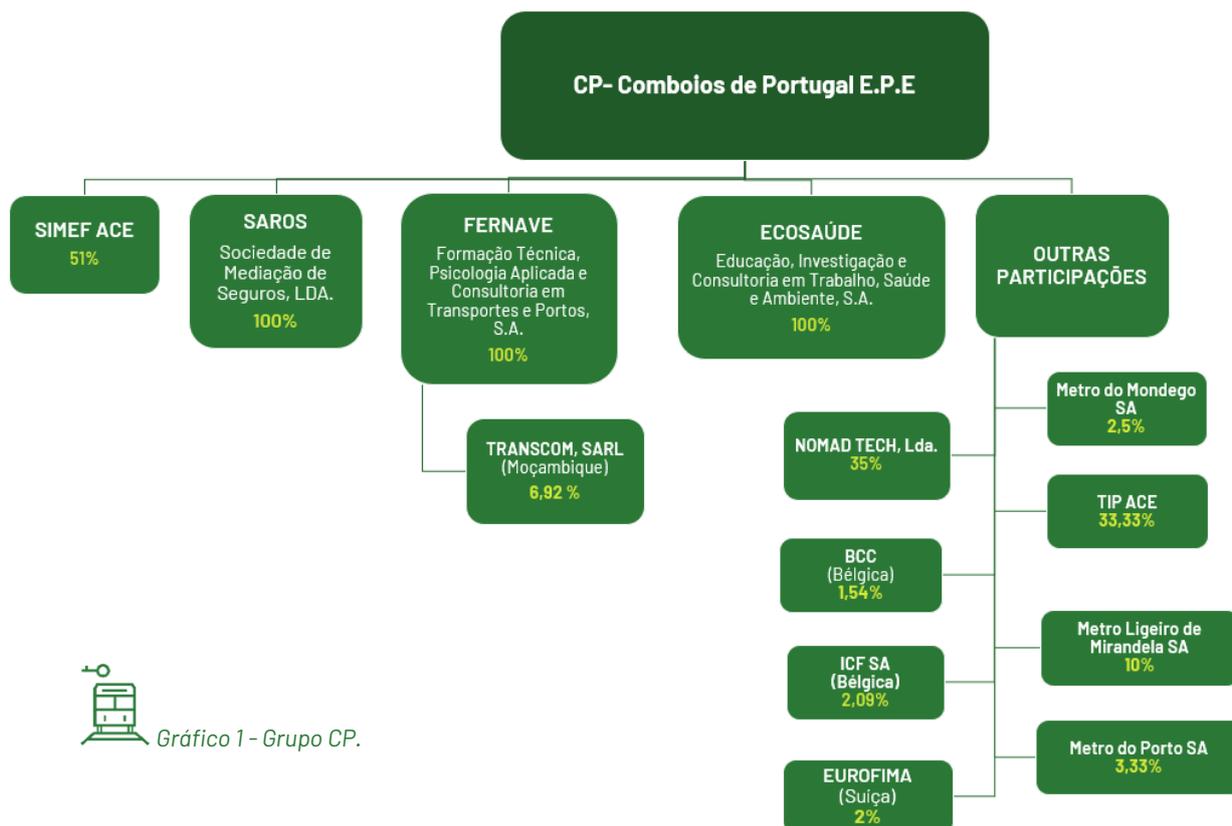
- Transporte Ferroviário de Passageiros;
- Manutenção de material circulante, tanto próprio como de outros Operadores de Transportes;
- Formação Técnica;
- Medicina no trabalho, tanto a Empresas como a Particulares.

Apesar da conjuntura do ano, o Grupo terminou 2021 com um Volume de Negócios de mais de 195 milhões de euros.

No final de 2021 o Grupo contava com quase 4000 Colaboradores, uma frota de 245 automotoras, 44 locomotivas e 126 carruagens. Estes meios permitiram fazer circular 423 milhares de comboios que transportaram, apesar da redução da mobilidade criada pela Pandemia, mais de 99 milhões de passageiros.

Como consequência do Decreto-Lei n.º 121/2019, de 22 de agosto a OTLIS - Operadores de Transportes da Região de Lisboa, A.C.E. foi extinta, sendo sucedida pela TML - Transportes Metropolitanos de Lisboa, E.M.T., S.A. a partir do dia 17 de fevereiro de 2021. A CP não tem qualquer participação no capital desta nova entidade.

O esquema seguinte apresenta as participações da CP e suas empresas participadas em 2021:



Cada uma contribui do seguinte modo para a missão do Grupo no sentido de fornecer mobilidade à sociedade portuguesa:

## CP – Comboios de Portugal, E.P.E.

A CP – Comboios de Portugal, E.P.E., tem por objeto principal a prestação de serviços de transporte ferroviário de passageiros. Engloba ainda a valência de fabrico, reabilitação, grande reparação e manutenção de equipamentos e veículos ferroviários, bem como o estudo de instalações oficiais para manutenção. Executa as funções oficiais, não só no seu próprio material circulante como no de outros Operadores de Transportes.

## ECOSAÚDE - Educação, Investigação e Consultoria em Trabalho, Saúde e Ambiente, S.A.

A ECOSAÚDE presta serviços de cuidados de saúde, ensino, formação e desenvolvimento técnico / profissional nas áreas das condições de trabalho, saúde e ambiente. Realiza ainda serviços no âmbito do recrutamento, seleção e avaliação de pessoas, assistência técnica, consultadoria e auditoria, designadamente, em matérias de saúde, higiene e segurança no trabalho, ambiente e gestão ambiental. Executa ações de controlo de droga e álcool, assegurando o encaminhamento para tratamento destas dependências.

## **FERNAVE - Formação Técnica, Psicologia Aplicada e Consultoria em Transportes e Portos, S.A.**

A FERNAVE realiza formação e desenvolvimento técnico profissional, elaboração de estudos e projetos no âmbito da criação, organização e gestão de empresas, prestação de serviços no âmbito da psicologia aplicada e de avaliação médica e psicológica, ensino de natureza superior e a investigação científica no contexto dos transportes, comunicações ou em áreas tecnológicas que se situem na envolvente tecnológica destas.

## **SAROS – Sociedade de Mediação de Seguros, LDA.**

A SAROS presta serviços na área da mediação com a categoria de agente de seguros nos ramos VIDA e NÃO VIDA. A atividade da SAROS foca-se na gestão da carteira de seguros das empresas do Grupo CP.

## **SIMEF, A.C.E**

O SIMEF realiza a manutenção de locomotivas “LE 5600” e “LE 4700”.

## **NOMAD TECH**

A NOMAD TECH desenvolve a sua atividade no âmbito da engenharia, inovação e tecnologia aplicada ao setor dos transportes, fabrico, reparação e manutenção de componentes eletrónicos e desenvolvimento de soluções informáticas.

## **TIP, A.C.E.**

O TIP é responsável pela implantação e gestão de um sistema de bilhética comum e exclusivo das Agrupadas (CP, STCP e Metro do Porto) na área do grande Porto, bem como a definição da estrutura de tarifário intermodal comum e exclusiva, para os meios de transporte público de passageiros explorados direta ou indiretamente pelas entidades Agrupadas.

## Modelo de Governo

O Conselho de Administração da CP teve a seguinte constituição:

Mandato	Cargo	Nome	Designação	
			Forma	Data
Início-Fim				
19-07-2019 a 30-09-2021 <sup>(1)</sup>	Presidente	Nuno Pinho da Cruz Leite de Freitas	RCM nº118/2019	24-07-2019 <sup>(2)</sup>
19-07-2019 a 31-12-2021 <sup>(3)</sup>	Vice Presidente	Pedro Miguel Sousa Pereira Guedes Moreira	RCM nº118/2019	24-07-2019 <sup>(2)</sup>
19-07-2019 a 31-12-2021	Vogal	Ana Maria dos Santos Malhó	RCM nº118/2019	24-07-2019 <sup>(2)</sup>
19-07-2019 a 31-12-2021	Vogal	Maria Isabel de Magalhães Ribeiro	RCM nº118/2019	24-07-2019 <sup>(2)</sup>
19-07-2019 a 31-12-2021	Vogal	Pedro Manuel Franco Ribeiro	RCM nº118/2019	24-07-2019 <sup>(2)</sup>

**Legenda:**

- (1) O Eng. Nuno Freitas pediu a renúncia ao exercício do cargo de Presidente do Conselho de Administração, com efeitos a 1 de outubro de 2021.
- (2) com efeitos ao dia 19 de julho de 2019
- (3) Com funções de Presidente em Exercício a partir de 1 de outubro de 2021.

Os Membros do Conselho de Administração da CP exercem ainda os seguintes cargos de Administração nas empresas Participadas:

Membro do Órgão de Administração	Acumulação de Funções - 2021			
	Entidade	Função	Regime (Pública/Privada)	Identificação da data de Autorização e Forma (AG/DUE/D)
Pedro Miguel Sousa Pereira Guedes Moreira	NOMAD TECH	Gerente (desde 30-07-2019)	Privada	AG de 30-07-2019
Maria Isabel de Magalhães Ribeiro	SIMEF	Presidente do C.A. (desde 30-07-2019)	Pública	AG de 30-07-2019

**Legenda:**

**Nomad Tech**, Lda

**SIMEF** A.C.E.- Serviços Integrados de Manutenção e Engenharia Ferroviária, A.C.E.

**C.A.** - Conselho de Administração

## Cadeia de Valor do Grupo

O quadro seguinte mostra os serviços que as empresas do Grupo prestam entre si:

Prestador	Serviço	Recetor				
		CP	Fernave	EcoSaúde	SAROS	SIMEF
CP	Aluguer Edifícios		<input checked="" type="checkbox"/>			<input checked="" type="checkbox"/>
	Prestação Serviços (Contabilidade, Informática, Etc.)		<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	
	Refaturação (limpeza de instalações, vigilância,		<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	
	Serviços de Manutenção e Reparação de Material Circulante					<input checked="" type="checkbox"/>
Fernave	Formação	<input checked="" type="checkbox"/>			<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
EcoSaúde	Serviços de medicina, higiene e segurança no trabalho e testes de alcoolemia e substâncias psicotrópicas	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>		<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
SAROS	Mediação de Seguros	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>		<input checked="" type="checkbox"/>
SIMEF	Serviços de Manutenção e Reparação de Material Circulante	<input checked="" type="checkbox"/>				

Ao longo do presente relatório desenvolveremos as principais ações realizadas em 2021 e perspetivas futuras para estas empresas.

## Relato Não Financeiro

O Relato Não Financeiro do ano 2021, é parte integrante do Relatório de Governo Societário 2021 da CP, enquanto empresa-mãe do grupo.

# 03

## ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO



## Conjuntura<sup>1</sup>

Os anos de 2020 e 2021 foram decisivamente influenciados pela Pandemia Covid19. No cronograma seguinte sintetizam-se as diversas fases de restrições à mobilidade.

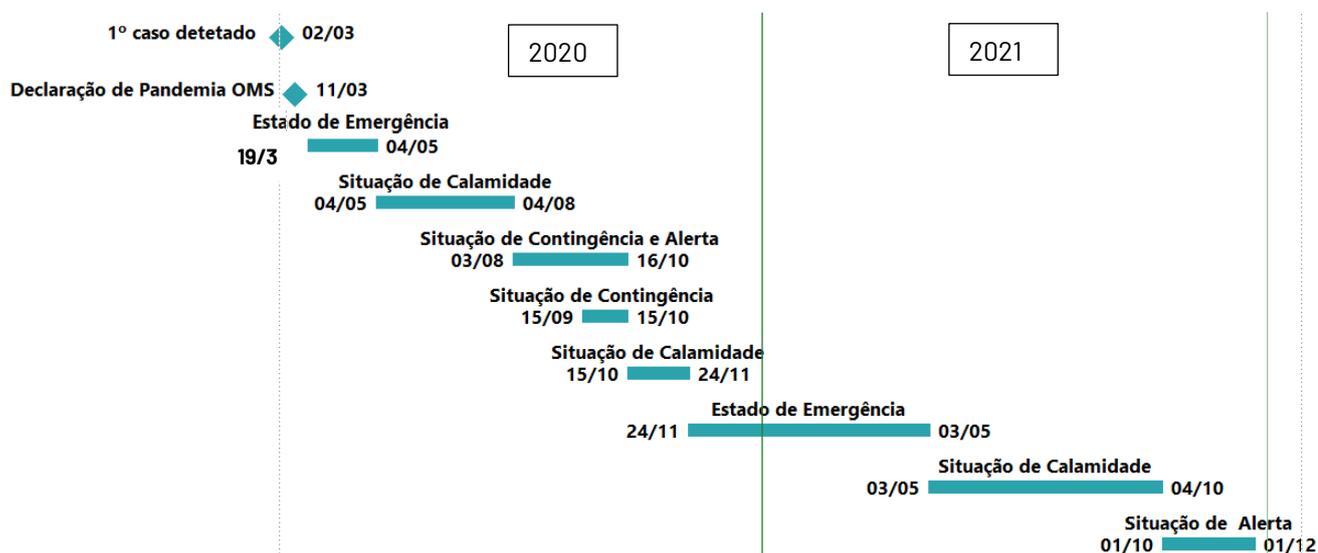


Gráfico 2 – Linha temporal contendo as medidas restritivas à mobilidade provocadas pela Pandemia

Fonte: <https://dre.pt/dre/geral/legislacao-covid-19>

As conjunturas nacional e internacional relacionadas neste capítulo influenciaram fortemente os indicadores de gestão da empresa. A procura da CP ressentiu-se particularmente do facto de grande parte da população se encontrar em situação de *Layoff* ou em teletrabalho e, por outro lado, da diminuição do turismo e das viagens de lazer, motivando uma redução muito elevada nos padrões de mobilidade. Só no terceiro trimestre de 2021 se assistiu a alguma recuperação efetiva.

## Contas Nacionais

O ano de 2021 iniciou-se com o Estado de Emergência declarado desde dezembro do ano anterior, o que contribuiu para a manutenção da tendência de decréscimo do Produto Interno Bruto, que registou uma redução homóloga de 5,3% no primeiro trimestre, no seguimento de quatro trimestres anteriores igualmente em quebra.

<sup>1</sup> Fonte: [www.INE.pt](http://www.INE.pt)

Variação do PIB em Portugal (%)						
2018	2019	2020	1T 2021	2T 2021	3T 2021	4T 2021
2,6	2,2	-8,4	-5,3	16,5	4,4	5,8

No conjunto do ano de 2021, o PIB registou um crescimento de 4,9% em volume,  
Em termos nominais, o PIB aumentou 5,7% em 2021, atingindo cerca de 211 mil milhões de euros.

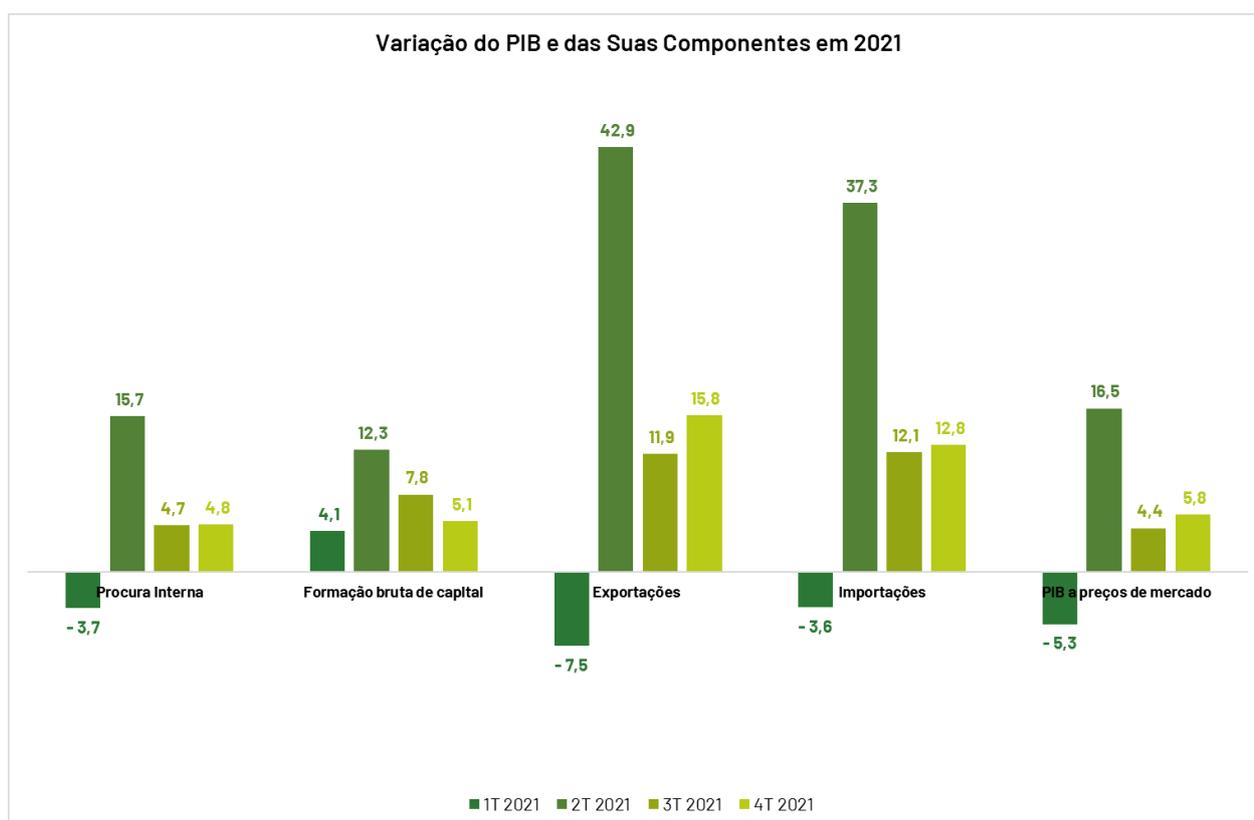


Gráfico 3 - Variação homóloga do PIB em termos reais e das suas componentes durante 2021.

Fonte: [www.ine.pt](http://www.ine.pt)

A procura interna apresentou um contributo positivo expressivo para a variação do PIB, após ter registado uma variação significativamente negativa em 2020, impulsionada pelo consumo privado. O contributo da procura externa líquida foi bastante menos negativo em 2021, tendo-se registado crescimentos significativos das importações e das exportações de bens e de serviços.

## Mercado de Trabalho

A taxa de desemprego em 2021 situou-se em 6,6%, o que corresponde a uma redução face ao ano anterior de 0,4 p.p.

Apesar da avassaladora redução da atividade económica, este indicador não registou variações da mesma dimensão devido às medidas extraordinárias de apoio à manutenção do emprego, destinado às entidades empregadoras, no âmbito da Pandemia COVID-19.

Por outro lado, uma parte significativa do total da população empregada exerceu a sua profissão em teletrabalho.

## Inflação

O Índice Harmonizado de Preços no Consumidor (IHPC) registou, durante o primeiro semestre de 2021, pequenas variações homólogas. Contudo, no terceiro trimestre, apresentou um acréscimo significativo, que continuou no último trimestre, refletindo, principalmente, o impacto da variação dos preços dos produtos energéticos e alguma recuperação da atividade económica.

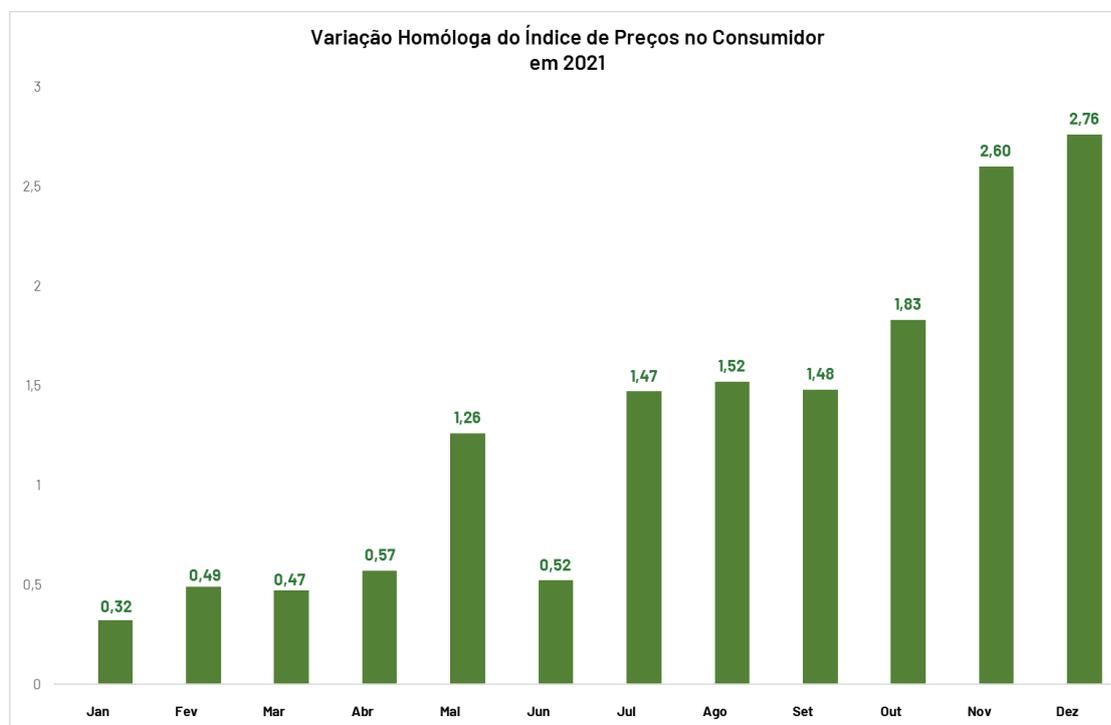


Gráfico 4 - Variação homóloga mensal do IHPC durante 2021.

Fonte: [www.ine.pt](http://www.ine.pt)

# 04

## O GRUPO EM AÇÃO



## CP

### Sumário Executivo

A Pandemia continuou a ter um papel decisivo na atividade da Empresa durante o ano de 2021, embora, apesar de tudo, tenha sido menos penalizante do que no ano anterior.

No primeiro trimestre de 2021, a declaração de dever geral de recolhimento domiciliário e a obrigatoriedade de teletrabalho a partir de 15 de janeiro, até ao final de março, com o ensino à distância e a redução drástica do turismo, contribuíram para uma forte retração da procura.

O plano de contingência aplicado no início do ano levou a uma redução dos comboios dos serviços Alfa Pendular e Intercidades e à suspensão do Serviço Internacional Porto-Vigo (comboio CELTA), tendo o comboio RAIANO deixado de passar a fronteira, sendo o seu destino apenas a estação de Elvas.

No segundo trimestre, com algum alívio das medidas de confinamento face ao trimestre anterior e em contraposição ao verificado no período homólogo, verificou-se a reposição da quase totalidade da oferta da empresa e assistiu-se a uma moderada recuperação da procura, que prosseguiria nos trimestres seguintes.

### Atividade em 2021

Apesar da conjuntura, o ano ainda foi fértil em ações de melhoria do serviço.

#### **Linha do Minho com tração elétrica até Valença**

No final do mês de abril iniciou-se o serviço de comboios de tração elétrica no troço Viana do Castelo - Valença, da Linha do Minho, depois da conclusão das obras de modernização e eletrificação da via.

#### **Nova oferta nas Linhas da Beira Baixa e da Beira Alta**

A reabertura dos 41 quilómetros de linha entre a Guarda e a Covilhã, depois de 12 anos encerrados para renovação integral, permitiu, a partir de maio de 2021, a criação de um novo modelo de oferta integrada dos serviços Intercidades e Regional das Linhas da Beira Baixa e da Beira Alta.

#### **Novo Horário na Linha do Oeste**

Consistiu no prolongamento de 4 comboios já existentes, para reforçar a mobilidade com Coimbra e Lisboa, assim como dentro da própria Linha.

#### **Melhorias do Horário na Região do Alentejo**

Ao fim de 11 anos foi reposta, em junho, a ligação direta entre as capitais de distrito alentejanas, Beja e Évora, por meio de três circulações Intercidades diárias por sentido. Igualmente em junho, foram lançados, aos dias úteis, dois novos comboios Intercidades, um por sentido, na ligação Lisboa-Évora.

### **Novo Horário no Vale do Douro**

Para dar resposta ao acréscimo de procura na época de verão, foram criadas duas ligações em comboio Miradouro, uma por sentido, entre Porto São Bento e Pocinho, nos períodos de início do dia e da tarde. A ligação entre a Régua e o Pinhão foi igualmente reforçada no período da tarde, através da extensão de dois comboios, um por sentido, que atualmente apenas faziam o percurso entre Porto e Régua. Foram ainda introduzidos alguns ajustes pontuais à oferta na Linha do Douro.

### **Ligação direta entre Valença e Figueira da Foz**

Foi criada uma ligação direta entre Valença e Figueira da Foz, prolongando os dois comboios Interregionais que faziam a ligação Coimbra-Valença, até à cidade da Figueira da Foz.

### **Criação do Centro de Competências Ferroviário**

Situado em Guifões, Matosinhos, tem como objetivo o desenvolvimento em Portugal de um novo *cluster* ferroviário e de uma nova indústria nacional da ferrovia, que permita ao país inclusivamente produzir comboios. O Centro terá uma incubadora de empresas e integrará uma escola de formação de ferroviários, que terá um curso profissional para técnicos de manutenção e operação ferroviários. Será ainda dotado de um centro de saber ferroviário da Universidade do Porto, que ficará localizado no edifício do Centro de Competências, com doutoramentos, e integrará laboratórios para certificação de peças que necessitam da mesma para serem montadas nos comboios.

### **Lançamento de concurso para Aquisição de Material Circulante**

A Resolução do Conselho de Ministros n.º 100/2021, de 27 de julho autorizou a aquisição de 117 unidades automotoras elétricas, 62 das quais para os serviços urbanos e 55 para os serviços regionais, incluindo as respetivas peças de parque e ferramentas especiais. O concurso incluirá ainda, o direito de opção de aquisição de até 36 unidades adicionais para os serviços urbanos e respetivas peças, o qual só pode ser acionado após 2026 e mediante autorização expressa das tutelas setorial e financeira. O concurso prevê a construção de uma nova instalação oficial, que a CP usará no futuro para a manutenção destas unidades, a instalar em Guifões.

### **Nova Loja CP na Estação de Cascais**

No início do mês de fevereiro reabriu a bilheteira da estação de Cascais, remodelada de acordo com o conceito de loja multisserviços (Loja CP), orientada para as diferentes necessidades dos clientes e apostando numa imagem mais contemporânea e que garante a identidade gráfica da Marca CP. Privilegia a facilidade de acesso à informação para consulta e compra de produtos CP, gestão de filas de espera, espaços de apoio ao cliente e venda de merchandising.

### **Lançamento da venda de títulos da CP na plataforma OMIO**

A CP conta com mais um canal de venda, a plataforma "OMIO.COM", para os seus Serviços de Longo Curso, Regionais, InterRegionais e urbanos do Porto e de Coimbra. Esta parceria permite reforçar a capacidade de venda no contexto internacional e representa a entrada da CP em plataformas internacionais que comparam vários modos de transporte e permitem a venda sem remissão do Cliente para os sites dos operadores selecionados.

## Gestão dos Meios

### Recursos Humanos

No final de 2021 o efetivo total a cargo da CP era de 3784 trabalhadores, mais 48 do que no final de 2020 (correspondente a 135 entradas e 87 saídas).

A taxa de absentismo registou em 2021 um decréscimo de 1,0 p.p. relativamente ao ano anterior, situando-se nos 7,4%. Os principais motivos de absentismo foram as ausências por doença e por assistência à família no âmbito da Pandemia.

Na sequência da retoma da atividade, a taxa de trabalho suplementar apresentou em 2021 um acréscimo de 1,7 p.p. relativamente ao ano anterior, situando-se nos 10,3%.

Em 2021, foram ministradas mais de 140 mil horas de formação, a 7 367 formandos, tendo a sua maioria sido ministrada através da Fernave, empresa do Grupo CP.

### Frota

No final de 2021 a CP dispunha de 415 unidades de material circulante afetas ao parque ativo em serviço comercial, com a seguinte tipologia e distribuição pelos serviços:

Tipologia do Material	2021	2020	Δ 21-20	Onde Prestam Serviço	2021	2020	Δ 21-20
Automotoras Elétricas	195	191	4	Serv. Urb. Lisboa	98	94	4
Automotoras Diesel	50	51	-1	Serv. Urb. Porto	34	34	0
Locomotoras Elétricas	33	26	7	Serviço Reg./LC	278	262	16
Locomotoras Diesel	11	9	2	Aluguer Medway	5	5	0
Carruagens	126	118	8	<b>Total</b>	<b>415</b>	<b>395</b>	<b>20</b>
<b>TOTAL</b>	<b>415</b>	<b>395</b>	<b>20</b>				

No parque acima indicado incluem-se 20 automotoras *diesel* alugadas à RENFE, afetas ao serviço Regional e ao Comboio Celta (ligação internacional Porto-Vigo). Durante o ano foram devolvidas 3 automotoras à RENFE.

No terceiro trimestre de 2020 foram adquiridas à RENFE 50 carruagens. Por se encontrarem em reabilitação ou à espera da certificação para poderem circular em serviço comercial, não foram incluídas nos quadros anteriores.

A CP dispõe ainda de diverso material motor e rebocado afeto aos Comboios Históricos e Comboio Socorro e Locotratores, que prestam serviço interno de apoio às oficinas.

### Procura e Oferta

Após quatro anos particularmente positivos para a CP, com um crescimento recorrente da procura, as restrições à mobilidade em 2020 e 2021, na sequência da Pandemia, originaram uma retração sem precedentes.

## Relatório e Contas Consolidadas 2021

Em 2021, a declaração de dever geral de recolhimento domiciliário e a obrigatoriedade de teletrabalho no primeiro trimestre, com o ensino à distância e a redução drástica do turismo, contribuíram para uma forte diminuição da procura, face a igual período do ano anterior.

Posteriormente com algum alívio das medidas de confinamento e em contraposição ao verificado no período homólogo, assistiu-se a uma moderada recuperação da procura, ainda assim muito distante do verificado nos anos anteriores à Pandemia.

O ano terminou com cerca de 99,1 milhões de passageiros transportados, o que representou uma recuperação de 14% face ao verificado em 2020, mas ainda assim 31,6% abaixo do ano de 2019.

A procura situou-se acima da verificada em 2020 em todos os serviços, com exceção do Internacional.

<b>Passageiros</b> (*10 <sup>3</sup> )	<b>2021</b>	<b>2020</b>	<b>Δ 21-20</b>	<b>Δ %</b>
Serv. Urbano Lisboa	74 500	65 940	8 559	13,0%
Serv. Urbano Porto	13 751	11 647	2 105	18,1%
Serv. Urbano Coimbra	602	559	43	7,7%
Serv. Longo Curso	3 159	2 604	554	21,3%
Serv. Regional	7 066	6 126	940	15,3%
Serv. Internacional	26	33	-8	-23,0%
<b>TOTAL</b>	<b>99 103</b>	<b>86 910</b>	<b>12 194</b>	<b>14,0%</b>

Apesar dos efeitos da Pandemia COVID-19, a CP manteve durante o ano de 2021 a generalidade da sua oferta, tendo realizado cerca de 423 mil comboios e 27,5 milhões de comboios-quilómetro. Recorda-se que em 2020, se verificou uma redução temporária do número de circulações, de todos os serviços, durante o primeiro estado de emergência e subsequente reposição gradual.

Manteve-se suspenso o Serviço Internacional Lisboa/Madrid/Hendaye. O Serviço Alfa Pendular Lisboa/Guimarães permaneceu também suspenso, devido à limitação de unidades disponíveis, após o acidente ocorrido em 2020 que tornou inoperacional uma das composições.

<b>Comboios Quilómetro</b> (*10 <sup>3</sup> )	<b>2021</b>	<b>2020</b>	<b>Δ 21-20</b>	<b>Δ %</b>
Serv. Urbano Lisboa	6 441	6 248	192	3,1%
Serv. Urbano Porto	4 617	4 501	116	2,6%
Serv. Urbano Coimbra	476	456	21	4,6%
Serv. Longo Curso	6 715	5 861	854	14,6%
Serv. Regional	9 124	8 378	745	8,9%
Serv. Internacional	91	218	-127	-58,3%
<b>TOTAL</b>	<b>27 463</b>	<b>25 662</b>	<b>1 801</b>	<b>7,0%</b>

## Proveitos

A evolução dos proveitos de tráfego acompanhou a tendência da procura, tendo o seu acréscimo rondado os 14% face ao ano anterior. Os proveitos de tráfego situaram-se nos 171,6 milhões de euros, o que constituiu um aumento de 20,9 milhões de euros face a 2020.

Em 2021 não se verificaram aumentos tarifários. Os valores de proveitos apresentados, incluem participações extraordinárias atribuídas no âmbito do Programa de Apoio à Redução Tarifária (PART).

<b>Proveitos Tráfego</b> (*10 <sup>3</sup> €)	<b>2021</b>	<b>2020</b>	<b>Δ 21-20</b>	<b>Δ %</b>
Serv. Urbano Lisboa	78 847	72 628	6 218	8,6%
Serv. Urbano Porto	23 024	18 954	4 070	21,5%
Serv. Urbano Coimbra	798	737	61	8,2%
Serv. Longo Curso	50 101	41 448	8 652	20,9%
Serv. Regional	18 494	15 461	3 033	19,6%
Serv. Internacional	307	1 423	-1 116	-78,4%
<b>TOTAL</b>	<b>171 570</b>	<b>150 652</b>	<b>20 918</b>	<b>13,9%</b>

**Nota:** não inclui valores residuais contabilizados em outros Órgãos.

## Atividade de Manutenção

Esta atividade destina-se principalmente a garantir a fiabilidade e a disponibilidade do material circulante ao serviço da CP, enquanto operador de transporte, mas também a garantir o cumprimento dos contratos estabelecidos com clientes, no domínio quer da reparação das suas frotas, quer da reparação de componentes.

A CP assegura internamente a manutenção corrente de todas as suas séries de material, com exceção das locomotivas 5600, cuja manutenção é efetuada pelo SIMEF, empresa participada da CP.

Durante o ano de 2021 continuaram a ser realizadas as intervenções de grande reparação programada (do tipo R) em várias séries de material, com o objetivo de repor o nível de operacionalidade e segurança das mesmas.

Prosseguiram os trabalhos de reabilitação das 50 Carruagens adquiridas à RENFE em 2020. As primeiras 6 unidades reabilitadas aguardam homologação da ERA (*European Union Agency for Railways*) para poderem iniciar o serviço comercial.

Com o objetivo de reforçar o parque ativo e minimizar o número de supressões, prosseguiram as intervenções de reposição ao serviço de veículos que estavam inoperacionais, designadamente:

- Automotoras Elétricas: 2 UQE da série 3500 e 2 UQE da série 2400, para reforço do serviço urbano de Lisboa;
- Automotoras Diesel: 2 Allan, da série 0350, para serviço na Linha do Leste;

## Relatório e Contas Consolidadas 2021

- Locomotivas Elétricas: 7 Locomotivas da série LE 2600/2620 para o serviço regional na Linha de Minho e para criação de redundância às Locomotivas Elétricas da série 5600;
- Locomotivas Diesel: 2 Locomotivas da série LD 1400, para o serviço regional na linha do Douro e para serviços turísticos;
- Carruagens Schindler: 5 carruagens para o serviço regional da linha do Douro e para serviços turísticos;
- Carruagens Sorefame: 3 carruagens para o serviço regional nas linhas do Douro e Minho e para serviços turísticos;
- Carruagens Napolitanas VE: 2 carruagens para serviços turísticos - Comboio Histórico do Vouga.

Paralelamente, prosseguiu o esforço de redução da percentagem de material a circular grafitado, com forte impacto positivo em termos de qualidade do serviço, de imagem e, acima de tudo, de sentimento de segurança e de conforto dos Clientes.

O volume de serviços de manutenção prestados a terceiros, durante o ano de 2021, ascendeu a 16,4 milhões de euros.

Dos serviços prestados a terceiros destacam-se:

- Metro do Porto - manutenção da frota EUROTRAM E TRAMTRAIN, tendo sido concluída a revisão geral dos 960.000Kms dos veículos da frota EUROTRAM;
- RENFE - manutenção das automotoras diesel da série 592, alugadas pela CP;
- Infraestruturas de Portugal - manutenção do material de via;
- ADP - manutenção de Locotrator Sentinel e vagões;
- SIMEF, MEDWAY e FERTAGUS - reparações de rotáveis.

## Investimentos

Foram realizados em 2021, mais de 29 milhões de euros de investimentos. Destes, cerca de 56% foram despendidos na modernização do material circulante, 22% na aquisição de material circulante, 10% em equipamento diverso e 9% em intervenções em instalações fixas.

<b>Investimento Total</b> (Valores em 10 <sup>3</sup> €)	<b>Valor Realizado</b>	<b>Peso</b>
Aquisição de Material Circulante	6 365	21,8%
Modernização de Material Circulante (*)	16 393	56,1%
Trabalhos para a própria Empresa	13 317	45,5%
Outros Material Circulante	3 076	10,5%
Instalações Fixas	2 638	9,0%
Equipamentos	2 929	10,0%
Equipamentos Comerciais	0	0,0%
Informatização	918	3,1%
<b>TOTAL</b>	<b>29 243</b>	

(\*) Inclui Trabalhos para a Própria Empresa

Com a fusão por incorporação da EMEF na CP, a atividade de manutenção e reparação de material circulante foi internalizada. Desta forma, as grandes intervenções de reparação de material circulante, realizadas internamente, que têm como objetivo a reposição do nível de operacionalidade e segurança ou a modernização / modificação do material circulante, passaram a ser capitalizadas como "Trabalhos para a Própria Empresa".

Na rubrica de "Aquisição de material circulante" inclui-se o pagamento final relativos à aquisição de 50 carruagens à RENFE e o primeiro adiantamento relativo à aquisição de 12+10 Automotoras para o Serviço Regional.

## Resultados

RENDIMENTOS E GASTOS (valores em milhares de euros)	Períodos		Variação 2021/2020	
	REAL 31-12-2021	REAL 31-12-2020	Valor	%
Vendas e serviços prestados	192 841	171 333	21 508	13%
Vendas e serviços prestados - Passageiros	171 977	150 899	21 078	14%
Vendas e serviços prestados - Manutenção e reparação	16 436	15 475	961	6%
Vendas e serviços prestados - Outros	4 428	4 959	-531	-11%
Subsídios à exploração	89 386	88 127	1 259	1%
Variação nos inventários da produção	-825	3 981	-4 806	-121%
Trabalhos para a própria entidade	13 317	14 048	-731	-5%
Outros rendimentos	22 709	17 269	5 440	32%
	<b>317 428</b>	<b>294 758</b>	<b>22 670</b>	<b>8%</b>
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-25 383	-22 696	-2 687	-12%
Fornecimentos e serviços externos	-129 391	-131 145	1 754	1%
Gastos com o pessoal (s/ Indemnizações e acordo de variáveis)	-145 765	-138 706	-7 059	-5%
Outros gastos	-2 865	-6 332	3 467	55%
	<b>-303 404</b>	<b>-298 879</b>	<b>-4 525</b>	<b>-2%</b>
<b>Resultado operacional da atividade de transportes e manutenção* (EBITDA)</b>	<b>14 024</b>	<b>-4 121</b>	<b>18 145</b>	<b>440%</b>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-56 385	-59 211	2 826	5%
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)	814	548	266	49%
Indemnizações por rescisão	-8	-139	131	94%
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	2 440	1 187	1 253	106%
Imparidade de inventários (perdas/reversões)	-1 700	-4 919	3 219	65%
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	255	-3 558	3 813	107%
Provisões (aumentos/reduções)	-352	-49	-303	-618%
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)	1 462	3 486	-2 024	-58%
Diferenças de câmbio (aumento/reduções)	-1 751	-188	-1 563	-831%
Aumentos/reduções de justo valor	3	0	3	s/s
Outros rendimentos (não core)	171	2 539	-2 368	-93%
Outros gastos (não core)	-1 435	-52	-1 383	-2660%
	<b>-42 462</b>	<b>-84 477</b>	<b>22 015</b>	<b>34%</b>
Juros e rendimentos similares obtidos	9	12	-3	-25%
Juros e gastos similares suportados	-22 766	-30 622	7 856	26%
	<b>-22 757</b>	<b>-30 610</b>	<b>7 853</b>	<b>28%</b>
	<b>-85 219</b>	<b>-95 087</b>	<b>29 868</b>	<b>31%</b>
Imposto sobre o rendimento do período	-335	-312	-23	-7%
	<b>-85 554</b>	<b>-95 399</b>	<b>29 845</b>	<b>31%</b>

\* Antes de indemnizações por rescisão, justo valor, imparidades, provisões, depreciações, gastos de financiamento e impostos e outras operações não relacionadas com as atividades *core* da empresa.

O *Resultado Líquido* de 2021, apresenta uma melhoria de 31% face ao ano anterior (29,8 milhões de euros), passando de -95,4 milhões de euros, em 2020, para -65,6 milhões de euros em 2021.

Para esta variação contribuiu, fundamentalmente, o aumento dos rendimentos relativos à prestação de serviços de transporte de passageiros (+21,1 milhões de euros), conforme analisado anteriormente e a melhoria do Resultado Financeiro, em cerca de 7,9 milhões de euros (+26%), devido, designadamente, à redução do passivo remunerado da empresa.

Ao nível dos rendimentos, destaca-se ainda o aumento dos outros rendimentos, em cerca de 5,4 milhões de euros, decorrente essencialmente dos acertos finais efetuados pela Área Metropolitana de Lisboa aos valores do PART relativos aos anos de 2019 e 2020, que ascenderam a

## Relatório e Contas Consolidadas 2021

cerca de 4,6 milhões de euros (valores sem IVA) e a conclusão de trabalhos de intervenção nos rotáveis, que levaram a um aumento nos rendimentos na ordem dos 2,5 milhões de euros.

Os gastos com pessoal (sem indemnizações) aumentaram 7,1 milhões de euros, em resultado, não só do aumento do número de trabalhadores, mas também de um aumento dos abonos variáveis, na sequência da retoma da atividade da empresa.

Registou-se uma diminuição generalizada dos fornecimentos e serviços externos em cerca de 1,8 milhões de euros, com especial destaque para os subcontratos ligados à área da manutenção, o aluguer de material circulante e a suspensão do Acordo CP/RENFE para a realização dos serviços internacionais SUD Express e Lusitânia. Estas variações foram parcialmente compensadas pelos aumentos que se verificaram em algumas rúbricas, designadamente, na eletricidade para tração e na taxa de utilização da infraestrutura, na sequência da retoma da atividade operacional.

## FERNAVE

### Sumário Executivo

A FERNAVE registou em 2021 um acréscimo da sua atividade face ao ano anterior, pese embora, devido ao impacto da pandemia, tenha ainda ficado abaixo do verificado em 2019.

Os proveitos ascenderam a 1,1 milhões de euros (+6,4% que no ano anterior), o que permitiu concluir o exercício de 2021 com um Resultado Líquido de 365 milhares de euros, 49,4% melhor que o registado no ano anterior.

### Atividade em 2021

A FERNAVE obteve, no decurso de 2021, certificação pelo IMT enquanto entidade formadora de maquinistas e prestadora de serviços na área da avaliação psicológica de maquinistas, em conformidade com as Portarias n.ºs. 213/2020 e 214/2020, ambas de 7 de setembro.

Enquanto membro do Conselho Setorial para a Qualificação de Transportes e Logística, dinamizado pela ANQEP, deu continuidade à sua participação com vista à validação de propostas de novas qualificações ou atualização das já existentes. De realçar a criação do percurso formativo de Maquinista Ferroviário, no âmbito da certificação destes profissionais por parte do IMT.

Das ações desenvolvidas em 2021 na área da formação, destacam-se:

- Cursos de certificação em itinerários, de condução de material circulante (diverso) e de novos rádios GSMR, desenvolvidos à medida das necessidades específicas dos Clientes;
- Ações de segurança ferroviária realizadas para as empresas de empreitadas com vista a conceder habilitação para execução de trabalhos na via-férrea, dadas as novas exigências no que respeita a segurança solicitadas pela IP (Infraestruturas de Portugal);
- Ação sobre manuseamento seguro de equipamentos portuários para o Grupo Yilport (área marítimo-portuária);
- Serviços de *assessment* / formação para os Portos de Lisboa e de Leixões;
- Nas áreas de desenvolvimento pessoal, liderança e gestão, ações de Prevenção do Stress Pós-Traumático, de Primeiros Socorros, de Prevenção e Combate a Incêndios, de Defesa Pessoal e de Inglês Técnico Comercial;
- Dois cursos de Formação Inicial de Maquinistas, tendo ficado habilitados e encartados 31 novos maquinistas, todos recrutados posteriormente pelos operadores ferroviários;
- Cursos de Conductor de Via Interditada, para capacitar os participantes a conduzirem material circulante específico em vias interditadas à circulação comercial;
- Duas ações, para cerca de três dezenas de formandos, do Curso de Formação Inicial de Operadores de Revisão e Venda, para a CP;
- Avaliação psicológica e ações de formação, no âmbito de dois concursos para Inspectores (chefias intermédias).

A nível da atividade de Psicologia realizaram-se cerca de 850 exames, abrangendo intervenções de recrutamento e de avaliação psicológica.

Na área da Consultadoria destacam-se os seguintes projetos:

- Na área do ensino profissional, continuação da parceria com o Município de Cascais e o Agrupamento de Escolas IBN Mucana para apoio ao funcionamento do curso profissional de Técnico de Gestão de Transportes;
- Ao nível do e-learning, conclusão do projeto de conceção de uma plataforma e-learning para a Federação Portuguesa do Táxi, tendo como objetivo ministrar os cursos de formação contínua de Motorista de Táxi;
- Continuação do projeto da Mystic Tua, do Sistema de Mobilidade do Tua, com vista à obtenção do pedido de licença de operador ferroviário e à criação do sistema de gestão de segurança, na vertente de operador ferroviário e gestor de infraestrutura.

## Recursos Humanos

A FERNAVE manteve a sua equipa de 9 Colaboradores.

## Proveitos

Os proveitos, no valor de 1,1 milhões de euros, registaram um acréscimo de 6,4% face ao ano anterior.

Proveitos (Valores em euros)	2021	2020	Δ 21-20	Δ %
Formação	1 037 089,87 €	987 446,00 €	49 643,87 €	5,0%
Psicologia	70 104,56 €	53 013,00 €	17 091,56 €	32,2%
Consultadoria	15 097,76 €	14 403,00 €	694,76 €	4,8%
<b>TOTAL</b>	<b>1 122 292,19 €</b>	<b>1 054 862,00 €</b>	<b>67 430,19 €</b>	<b>6,4%</b>

## Resultados

RENDIMENTOS E GASTOS (Valores em euros)	2021	2020	Variação 2021/2020	
			Valor	%
Vendas e serviços prestados	1 122 292	1 054 862	67 430	6,4%
Fornecimentos e serviços externos	-484 130	-374 857	-109 273	-29,2%
Gastos com o pessoal	-369 592	-366 291	-3 301	-0,9%
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	-1 054	0	-1 054	s/s
Provisões	-20 000	0	-20 000	s/s
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)	39 331	-42 904	82 235	191,7%
Outros rendimentos e ganhos	198 294	34 997	163 297	466,6%
Outros gastos e perdas	-85 281	-31 154	-54 127	-173,7%
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>	<b>399 860</b>	<b>274 653</b>	<b>125 207</b>	<b>45,8%</b>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-8 123	-4 134	-3 989	-1
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>	<b>391 737</b>	<b>270 519</b>	<b>121 218</b>	<b>44,8%</b>
Juros e gastos similares suportados	0	-258	258	100,0%
<b>Resultado antes de impostos</b>	<b>391 737</b>	<b>270 261</b>	<b>121 476</b>	<b>44,9%</b>
Imposto sobre o rendimento do período	-26 835	-26 017	-818	-3,1%
<b>Resultado líquido do período</b>	<b>364 902</b>	<b>244 244</b>	<b>120 658</b>	<b>49,4%</b>

A FERNAVE concluiu o exercício de 2021 com um Resultado Líquido de 365 milhares de euros, o que representou um acréscimo de 49,4% face ao ano anterior.

Destaca-se o aumento registado nas Vendas e Serviços Prestados. No que diz respeito aos Fornecimentos e Serviços Externos, de referir o aumento registado na rubrica de rendas e alugueres.

Foi concluído, em 2021, o processo, que decorria na Justiça Moçambicana, sobre a venda do DUAT (Direito de Uso e Aproveitamento da Terra) relativo a terreno em Maputo, com decisão desfavorável à FERNAVE. O acordo de compra e venda foi anulado e na sequência do acordo estabelecido, 212 milhares de euros do sinal que havia sido recebido foram devolvidos ao comprador e os restantes 162 milhares de euros foram contabilizados em Outros Rendimentos e Ganhos.

Da anulação do contrato também resultou o custo referente ao valor do terreno de cerca de 84 milhares de euros, registado como Outros Gastos e Perdas.

O valor da participação na Transcom sofreu um acréscimo face ao ano anterior, muito por via da variação do câmbio.

# ECOSAÚDE

## Sumário Executivo

Sendo uma empresa vocacionada para a área da saúde, o ano de 2021, tal como havia sido o anterior, voltou a constituir um importante desafio devido à Pandemia.

A atividade da ECOSAÚDE, em 2021, registou um acréscimo da intensidade e diversidade dos serviços prestados relacionados com a pandemia, mas também, a retoma gradual e evolutiva dos serviços de saúde tradicionais.

Em conjunto, estas circunstâncias permitiram aumentar o volume de negócios e reforçar a situação líquida da empresa.

## Atividade em 2021

O ano de 2021 continuou a ser fortemente marcado pelos efeitos da Pandemia e pelas medidas de saúde pública de mitigação dos respetivos efeitos.

No que respeita aos serviços relacionados com a Pandemia mantiveram-se os seguintes:

- Linha médico de apoio diário na doença e aconselhamento, a funcionar 7 dias por semana entre as 7h00 e as 23h00 (6.205 Horas);
- Serviços de despiste da infeção pelo vírus com testes moleculares e testes rápidos de antigénio. Foram realizados 992 testes RT-PCr e 138 testes TRAg.

No ano de 2021 foram executados serviços de rastreio laboral nas instalações dos clientes, cobrindo todo o território nacional, tendo sido executados rastreios em 296 dias e um total de 4.576 testes TRAg.

Em maio de 2021, iniciou-se o serviço de testagem de controlo de álcool em meio laboral a realizar nos principais polos ferroviários (Porto, Coimbra, Entroncamento, Lisboa e Faro), em regime permanente e após chamada.

Estes serviços adicionais contribuíram para o acréscimo registado nos principais indicadores de atividade da empresa.

Indicadores de atividade (Unidades)	2021	2020	Varição %
Medicina do trabalho (atos médicos)	12 234	10 172	20%
Segurança no trabalho (intervenções de condições de trabalho)	1 670	1 592	5%
Prevenção e controlo de dependências (testes nos locais de trabalho)	11 319	11 187	1%
Especialidades médicas e de enfermagem	3 491	3 399	3%
Gestão de sinistros (consultas e tratamentos de AT's)	657	597	10%
Formação - Volume de horas de formação	8 004	4 875	64%
Formação - N.º de ações formação	58	24	142%
Formação - N.º de formandos	509	216	136%

## Relatório e Contas Consolidadas 2021

No ano de 2021, a ECOSAÚDE consolidou o desenvolvimento de novos modelos de serviço ao Cliente, consubstanciados na prestação da atividade fora das instalações, na otimização de processos e numa oferta integrada, contemplando as vertentes da Medicina do Trabalho, Segurança, Gestão de Sinistros, Medicina Curativa, formação e Prevenção e Controlo de Dependências.

Deu continuidade à melhoria do sistema de informação de suporte à atividade, acrescentando novas funcionalidades para acesso dos Clientes a informações relevantes por via de um portal de internet.

Desenvolveu diversas campanhas e rastreios, nomeadamente, o rastreio de avaliação do risco cardiovascular e a campanha de vacinação contra a gripe sazonal, entre outras.

## Recursos Humanos

No final do exercício de 2021 a ECOSAÚDE contava com 25 trabalhadores no quadro, tal como no final do ano anterior.

## Proveitos

Os proveitos da ECOSAÚDE têm origem em serviços prestados à CP e às empresas do Grupo e a terceiros, tanto empresariais como particulares. Estes últimos dirigem-se principalmente às especialidades médicas e serviços de saúde prestados na clínica de Lisboa.

Cerca de 51% da faturação é proveniente do Grupo CP.

Os proveitos cresceram 3,2% face ao ano anterior, com destaque para a Prevenção e Controlo.

Segmento de Atividade (Valores em €)	2021	2020	Variação	
			Valor	%
Prevenção e Controlo	197 967	107 943	90 024	83,4%
Medicina do Trabalho	1 522 213	1 480 809	41 404	2,8%
Higiene e Segurança no Trabalho	635 522	649 924	-14 402	-2,2%
Medicina Curativa	263 734	280 790	-17 056	-6,1%
Medicina Acidentes	162 880	177 959	-15 079	-8,5%
Formação	52 420	48 215	4 205	8,7%
<b>TOTAL</b>	<b>2 834 736</b>	<b>2 745 640</b>	<b>89 096</b>	<b>3,2%</b>

## Resultados

A ECOSAÚDE encerrou o exercício de 2021 com um Resultado Líquido de cerca de 114,7 milhares de euros, o que representou um decréscimo de 77,2 milhares de euros face ao ano anterior.

As Vendas e Prestações de Serviços registaram um aumento de 3,2%, conforme analisado anteriormente.

## Relatório e Contas Consolidadas 2021

Os Fornecimentos e Serviços Externos registaram um crescimento de 8,7%, decorrente essencialmente do acréscimo de atividade.

RENDIMENTOS E GASTOS (Valores em euros)	2021	2020	Variação 2021/2020	
			Valor	%
Vendas e Prestações de Serviços	2 834 736	2 745 640	89 096	3,2%
Fornecimentos e Serviços Externos	-1 787 235	-1 644 247	-142 988	-8,7%
Gastos com o pessoal	-819 658	-724 215	-95 443	-13,2%
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	-5 497	-67 001	61 504	91,8%
Outros Rendimentos e Ganhos	52 376	1 807	50 569	2798,5%
Outros Gastos e Perdas	-45 404	-14 854	-30 550	-205,7%
<b>Resultados Antes de Depreciações, Gastos de Financiamento e Impostos</b>	<b>229 318</b>	<b>297 130</b>	<b>-67 812</b>	<b>-22,8%</b>
Gastos/Reversões de Depreciação e de Amortização	-46 309	-33 540	-12 769	-38,1%
<b>Resultado Operacional (Antes de Gastos de Financiamento e Impostos)</b>	<b>183 009</b>	<b>263 590</b>	<b>-80 581</b>	<b>-30,6%</b>
Juros e Gastos Similares Suportados	-8 905	-13 535	4 630	34,2%
<b>Resultado Antes de Impostos</b>	<b>174 104</b>	<b>250 055</b>	<b>-75 951</b>	<b>-30,4%</b>
Imposto sobre o rendimento do exercício	-59 441	-58 143	-1 298	-2,2%
<b>Resultado Líquido do Período</b>	<b>114 663</b>	<b>191 912</b>	<b>-77 249</b>	<b>-40,3%</b>

Em 2021 concluiu-se o processo de reestruturação empresarial iniciado em 2009. A empresa apresenta-se saneada e equilibrada económica e financeiramente.

# SAROS

## Sumário Executivo

A atividade de 2021 foi marcada, tal como no ano anterior, pelo efeito da Pandemia COVID-19, tendo-se verificado uma redução do valor dos serviços prestados de 10,8% e consequente diminuição dos Resultados face a 2020 (-11,6%).

## Atividade em 2021

Em 2021, a empresa continuou a desenvolver a sua atividade centrando-se nos seguintes pilares:

- Auxílio às empresas do Grupo CP na contratação de novos seguros, designadamente no que se refere à elaboração e revisão das peças concursais (cadernos de encargos e programas de concurso), prestando todos os esclarecimentos técnicos que se revelaram necessários;
- Prestação de apoio técnico permanente e assessoria para esclarecimento de questões diversas;
- Apoio na execução e gestão de todos os contratos de seguro dos quais a Saros é mediadora. Importa referir que a intervenção da Saros não se esgota com a celebração dos contratos de seguro, pois a sua intervenção envolve também a prestação de assistência ao longo do período de vigência dos referidos contratos;
- Apoio na análise de risco e procura de soluções que melhor se adequem às necessidades e especificidades das empresas.

## Recursos Humanos

A empresa continuou a desenvolver a sua atividade com o funcionamento corrente assegurado apenas pela Gerência. Esta é constituída por dois Gerentes, sendo legalmente obrigatório que um dos Gerentes se encontre habilitado como mediador de seguros.

## Proveitos

Em 2021 o valor de Vendas e Serviços Prestados pela SAROS cifrou-se nos 414 milhares de euros, o que representou um decréscimo de 10,8% face ao registado em 2020.

Ramos (Valores em euros)	2021	2020	Variação	
			Valor	%
Acidentes Trabalho	179 785,68 €	232 415,71 €	-52 630,03 €	-22,6%
Saúde	163 013,44 €	166 927,55 €	-3 914,11 €	-2,3%
Responsabilidade Civil	52 051,89 €	42 197,72 €	9 854,17 €	23,4%
Outros	19 597,47 €	23 203,39 €	-3 605,92 €	-15,5%
<b>TOTAL</b>	<b>414 448,48 €</b>	<b>464 744,37 €</b>	<b>-50 295,89 €</b>	<b>-10,8%</b>

Os Ramos de Saúde, Acidentes de Trabalho e Responsabilidade Civil representaram a parcela mais significativa das comissões auferidas, reunindo, conjuntamente, 95%.

## Resultados

A SAROS registou em 2021 uma quebra do Resultado Líquido de 11,6%, explicada, fundamentalmente, pelo decréscimo de proveitos, conforme analisado anteriormente.

A empresa encerrou o exercício com um Resultado Líquido de 344 milhares de euros e um Resultado Operacional de 420 milhares de euros.

RENDIMENTOS E GASTOS (valores em euros)	2021	2020	Variação 2021/2020	
			Valor	%
Vendas e Serviços prestados	414 448	464 744	-50 296	-10,8%
Fornecimentos e Serviços Externos	-10 759	-9 764	-995	-10,2%
Gastos com o pessoal	-57 003	-54 352	-2 651	-4,9%
Outros Rendimentos	81 942	86 368	-4 426	-5,1%
Outros Gastos	-9 078	-9 951	873	8,8%
<b>Resultados Antes de Depreciações, Gastos de Financiamento e Impostos</b>	<b>419 550</b>	<b>477 045</b>	<b>-57 495</b>	<b>-12,1%</b>
Gastos/Reversões de Depreciações e de Amortização	-19	-433	414	95,6%
<b>Resultado Operacional (Antes de Gastos de Financiamento e Impostos)</b>	<b>419 531</b>	<b>476 612</b>	<b>-57 081</b>	<b>-12,0%</b>
Juros e Rendimentos Similares Obtidos	8	0	8	s/s
<b>Resultado Antes de Impostos</b>	<b>419 539</b>	<b>476 612</b>	<b>-57 073</b>	<b>-12,0%</b>
Imposto sobre o rendimento do exercício	-75 893	-87 724	11 831	13,5%
<b>Resultado Líquido do Período</b>	<b>343 646</b>	<b>388 888</b>	<b>-45 242</b>	<b>-11,6%</b>

## SIMEF, A.C.E.

### Sumário Executivo

Apesar do cenário pandémico, o SIMEF continuou a desenvolver a sua atividade de acordo com o previsto, continuando vinculado aos mesmos padrões de qualidade, celeridade e fiabilidade que o caracterizam e são reconhecidos pelos Clientes. Pelo terceiro ano consecutivo, o Cliente MEDWAY atribuiu a nota máxima na Satisfação global no Inquérito de Satisfação realizado pelo SIMEF. Igualmente o Cliente CP atribuiu uma nota muito positiva nesse parâmetro, tal como no ano transato.

No plano económico-financeiro, o Resultado Líquido de 2021 registou um aumento de 13,2% face ao ano anterior, situando-se nos 932 milhares de euros.

### Atividade em 2021

O ano de 2021 continuou a ser fortemente marcado pelo cenário pandémico, o que conduziu à implementação e adaptação de um conjunto de processos, procedimentos, fluxos e métodos de trabalho, ao nível da Manutenção e Segurança, tornando-os adaptados ao ambiente digital, com impactos diretos na eficiência, eficácia e inovação.

Do ponto de vista operacional, das atividades desenvolvidas em 2021, destaca-se a continuidade dos trabalhos relativos às intervenções R2 na série LE4700, os quais, para além de permitir alavancar as competências técnicas, se revestem de grande importância sob do ponto de vista do negócio.

De referir ainda, o aumento das valências internas na reparação de equipamentos eletrónicos, dotando assim o SIMEF de competências indispensáveis para responder com maior eficácia e autonomia às avarias verificadas neste tipo de equipamentos, cuja obsolescência é a principal causa das intervenções de manutenção corretiva.

No âmbito da Inovação e Desenvolvimento merece especial relevância a continuidade da aposta na digitalização, transversal a todos os departamentos da Organização, o que permitiu dar resposta aos desafios colocados pelo trabalho remoto implementado em determinadas funções, possibilitando, também, uma melhoria significativa na eficiência na gestão de diversos processos.

Em matéria de Qualidade, Segurança e Ambiente, prosseguiu a implementação do Sistema de Gestão da Manutenção, ao abrigo dos requisitos definidos no Regulamento (UE) n.º 2019/779, da Comissão de 16 de maio de 2019.

Manteve-se a certificação do Sistema de Gestão da Segurança e Saúde nos termos da norma NP EN ISO 45001:2018 e foi renovada a certificação do Sistema de Gestão da Qualidade, ao abrigo da NP EN ISO 9001:2015.

No domínio Ambiental, prosseguiu a identificação, monitorização, tratamento e comunicação dos principais aspetos ambientais decorrentes da atividade do SIMEF.

## Recursos Humanos

O SIMEF reforçou a sua equipa em sete colaboradores, passando a contar com um efetivo de 71 trabalhadores.

No âmbito da gestão dos Recursos Humanos e tendo em conta a continuidade da situação de Pandemia, foram mantidas as medidas preventivas, nomeadamente, o desfasamento das equipas operacionais e o teletrabalho, para as funções aplicáveis.

No que diz respeito à política de formação, com o intuito de melhorar as capacidades, as competências e as qualificações dos nossos colaboradores, foram ministradas, em 2021, 3.525 horas de formação, que corresponde a cerca de 49 horas de formação por colaborador.

Num ano particularmente difícil devido à Pandemia, a taxa de absentismo foi de 3,98%, abaixo do objetivo estabelecido de 4%.

## Proveitos

O volume de negócios apresentou um incremento de 11,8%, justificado pela realização de serviços adicionais.

Segmento de Atividade (Valores em €)	2021	2020	Δ 21-20	Δ %
Manutenção de locomotivas LE5600 e LE4700	13 083 179,16 €	11 702 136,45 €	1 381 042,71 €	11,8%
<b>TOTAL</b>	<b>13 083 179,16 €</b>	<b>11 702 136,45 €</b>	<b>1 381 042,71 €</b>	<b>11,8%</b>

Por cliente, a CP e a MEDWAY absorveram a quase totalidade dos serviços prestados pela empresa.

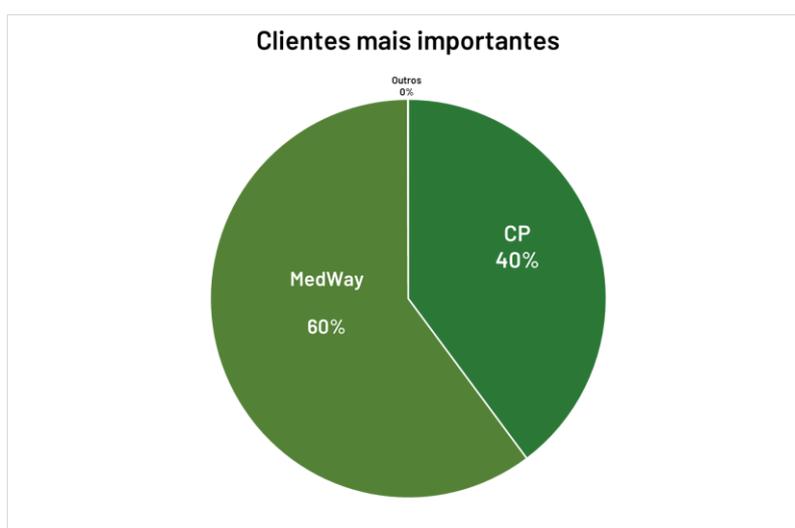


Gráfico 5 - Clientes principais do SIMEF.

## Resultados

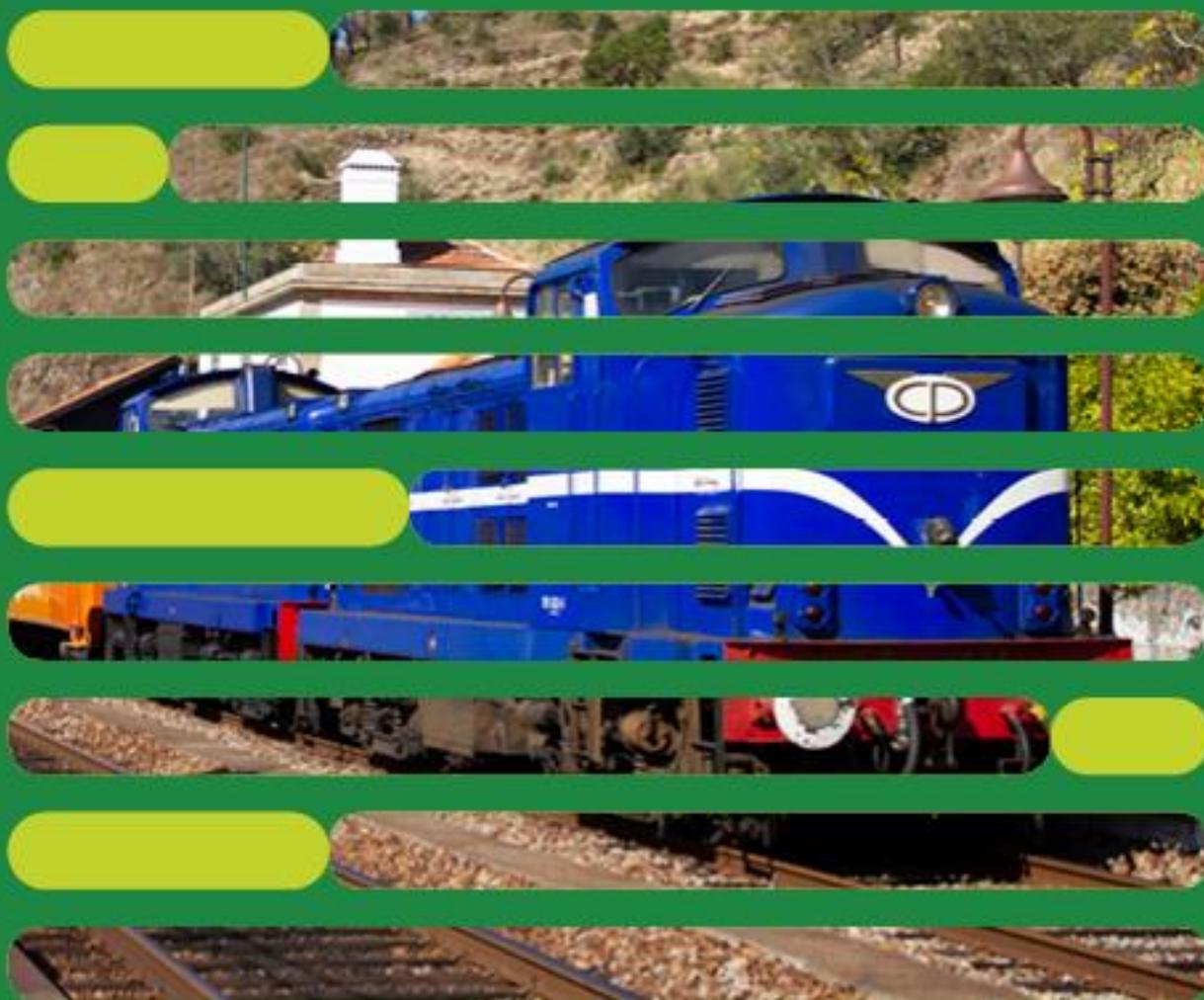
RENDIMENTOS E GASTOS (Valores em euros)	2021	2020	Variação 2021/2020	
			Valor	%
Vendas e serviços prestados	13 083 179	11 702 136	1 381 043	11,8%
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-1 953 548	-2 084 399	130 851	6,3%
Fornecimentos e serviços externos	-7 852 009	-6 652 458	-1 199 552	-18,0%
Gastos com o pessoal	-2 110 196	-1 921 953	-188 243	-9,8%
Provisões (aumentos/reduções)	-123 367	-92 141	-31 226	-33,9%
Outros gastos	-9 458	-9 793	335	3,4%
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>	<b>1 034 601</b>	<b>941 393</b>	<b>93 208</b>	<b>9,9%</b>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-103 878	-118 837	14 959	13%
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>	<b>930 723</b>	<b>822 556</b>	<b>108 167</b>	<b>13,2%</b>
Juros e rendimentos similares obtidos	1 022	786	236	30,0%
<b>Resultado antes de impostos</b>	<b>931 745</b>	<b>823 342</b>	<b>108 403</b>	<b>13,2%</b>
Imposto sobre o rendimento do período	0	0	0	s/s
<b>Resultado líquido do período</b>	<b>931 745</b>	<b>823 342</b>	<b>108 403</b>	<b>13,2%</b>

A situação pandémica que o País atravessa não teve impacto financeiro no SIMEF, não tendo havido alteração quer do ponto de vista de faturação, quer do ponto de vista da operação / execução de trabalhos.

O Resultado Líquido de 2021 ascendeu a cerca de 932 milhares de euros, o que representou uma melhoria de 13,2% face ao ano anterior. Esta evolução é explicada, essencialmente, pelo acréscimo dos serviços prestados. O aumento de atividade justifica também a variação dos Fornecimentos e Serviços Externos.

# 05

## ANÁLISE ECONÓMICO-FINANCEIRA



# Resultados

## Resultado Líquido do Grupo

RENDIMENTOS E GASTOS (valores em milhares de euros)	Períodos		Variação 2021/2020		
	REAL 31-12-2021	REAL 31-12-2020	Valor	%	
Vendas e serviços prestados	195 051	173 700	21 351	12%	
Vendas e serviços prestados - Passageiros	171 977	150 899	21 078	14%	
Vendas e serviços prestados - Manutenção e reparação	16 443	15 475	968	6%	
Vendas e serviços prestados - Outros	6 631	7 326	-695	-9%	
Subsídios à exploração	89 386	88 127	1 259	1%	
Variação nos inventários da produção	-825	3 981	-4 806	-121%	
Trabalhos para a própria entidade	13 317	14 048	-731	-5%	
Outros rendimentos	22 737	17 122	5 615	33%	
	<b>319 668</b>	<b>286 878</b>	<b>22 688</b>	<b>8%</b>	
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-25 383	-22 696	-2 687	-12%	
Fornecimentos e serviços externos	-129 381	-131 036	1 655	1%	
Gastos com o pessoal (s/ Indemnizações)	-144 980	-138 285	-6 695	-5%	
Outros gastos	-2 921	-6 365	3 444	54%	
	<b>-302 665</b>	<b>-288 382</b>	<b>-4 283</b>	<b>-1%</b>	
<b>Resultado operacional das atividades core* (EBITDA)</b>	<b>17 001</b>	<b>-1 404</b>	<b>18 405</b>	<b>1511%</b>	
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-58 155	-60 935	2 780	5%	
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)	814	548	266	49%	
Indemnizações por rescisão	-35	-140	105	75%	
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	1 617	548	1 069	195%	
Imparidade de inventários (perdas/reversões)	-1 700	-4 919	3 219	65%	
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	248	-3 625	3 873	107%	
Provisões (aumentos/reduções)	-372	-235	-137	-58%	
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)	1 502	3 443	-1 941	-56%	
Diferenças de câmbio (aumento/reduções)	-1 753	-188	-1 565	-832%	
Outros rendimentos (não core)	171	2 539	-2 368	-93%	
Outros gastos (não core)	-1 519	-53	-1 466	-2766%	
	<b>Resultado operacional</b>	<b>-42 181</b>	<b>-84 421</b>	<b>22 240</b>	<b>35%</b>
Aumentos/reduções de justo valor	3	0	3	s/s	
Juros e rendimentos similares obtidos	5	6	-1	-17%	
Juros e gastos similares suportados	-23 015	-30 906	7 891	26%	
	<b>Resultado financeiro</b>	<b>-23 007</b>	<b>-30 900</b>	<b>7 890</b>	<b>28%</b>
	<b>Resultado antes de impostos</b>	<b>-65 188</b>	<b>-95 321</b>	<b>30 130</b>	<b>32%</b>
Imposto sobre o rendimento do período	-360	-335	-25	-7%	
	<b>Resultado líquido do período</b>	<b>-65 548</b>	<b>-95 656</b>	<b>30 108</b>	<b>31%</b>

\* Antes de indemnizações por rescisão, justo valor, imparidades, provisões, depreciações, gastos de financiamento e impostos e outras operações não relacionadas com as atividades *core* do Grupo.

## Relatório e Contas Consolidadas 2021

O *Resultado Líquido* do Grupo CP registou uma melhoria de 31% face ao ano anterior (30,1 milhões de euros), passando de -95,7 milhões de euros, em 2020, para -65,5 milhões de euros em 2021.

Esta variação ficou a dever-se, fundamentalmente, ao aumento dos rendimentos relativos à prestação de serviços de transporte de passageiros e à melhoria do Resultado Financeiro.

### Resultado Operacional das Atividades Core (EBITDA)

O *EBITDA recorrente das atividades core do Grupo (transportes e manutenção)*, foi, em 2021, de 17 milhões de euros, cerca de 18,4 milhões de euros melhor que o registado no ano anterior.

Contribuíram, essencialmente, para esta evolução as seguintes variações:

- Aumento das prestações de serviços, em 21,4 milhões de euros, com origem fundamentalmente nos serviços de transporte de passageiros, decorrente do acréscimo de procura e dos rendimentos relacionados com o programa de apoio à redução tarifária nos transportes (PART);
- Aumento dos subsídios à exploração, relativos às compensações pelas obrigações de serviço público, em 1,3 milhões de euros;
- Diminuição generalizada dos fornecimentos e serviços externos em cerca de 1,7 milhões de euros, com especial destaque para os subcontratos ligados à área da manutenção (-4,7 milhões de euros), o aluguer de material circulante (-1 milhão de euros) e a suspensão do Acordo CP/RENFE para a realização dos serviços internacionais SUD Express e Lusitânia (-0,9 milhões de euros). Estas variações foram parcialmente compensadas pelos aumentos que se verificaram em algumas rúbricas, designadamente, na eletricidade para tração (+1,5 milhões de euros) e na taxa de utilização da infraestrutura (+4,1 milhões de euros), na sequência da retoma da atividade operacional;
- Aumento dos outros rendimentos, em cerca de 5,6 milhões de euros, decorrente essencialmente dos acertos finais efetuados pela Área Metropolitana de Lisboa aos valores do PART relativos aos anos de 2019 e 2020, que ascenderam a cerca de 4,6 milhões de euros (valores sem IVA). De referir ainda, a conclusão de trabalhos de intervenção nos rotáveis, que levaram a um aumento nos rendimentos na ordem dos 2,5 milhões de euros;
- Diminuição dos outros gastos, em cerca de 3,4 milhões de euros, explicado nomeadamente por, em 2020, se terem registado acertos de faturação de transporte de trabalhadores IP, de indemnizações por danos materiais (acidente ocorrido em Espanha) e de penalidades de contratos de prestação de serviços de manutenção e reparação a entidades terceiras ao Grupo, sem idêntica contrapartida em 2021;
- Diminuição da variação nos inventários da produção, no valor de 4,8 milhões de euros, por os consumos ocorridos terem superado a produção efetuada;
- Aumento do custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas, em 2,7 milhões de euros;
- Aumento dos gastos com pessoal (sem indemnizações), em 6,7 milhões de euros, em resultado, não só do aumento do número de trabalhadores, mas também de um aumento dos abonos variáveis, na sequência da retoma gradual da atividade do Grupo.

### Resultado Operacional

O *Resultado Operacional do Grupo CP*, em 2021, foi de -42,2 milhões de euros, o que representou uma melhoria de 22,2 milhões de euros face ao registado no ano anterior. Contribuíram para esta

## Relatório e Contas Consolidadas 2021

evolução, para além das já mencionadas para o EBITDA recorrente, fundamentalmente as seguintes situações:

- Diminuição dos gastos / reversões de depreciação e de amortização, em 2,8 milhões de euros;
- Diminuição das imparidades de inventários, constituídas para acautelar a perda de valor dos mesmos (em caso de não utilização) ao longo do período esperado de utilização das séries de material circulante em que os mesmos podem ser aplicados, em cerca de 3,2 milhões de euros face ao ano anterior. Contribuíram para este efeito:
  - (i) o ajuste dos critérios de avaliação de imparidade realizado em 2020, que agravou a imparidade acumulada nesse exercício;
  - (ii) as reduções, em 2021, de existências em armazém de inventários que se encontravam em imparidade;
- Variação positiva das imparidades de dívidas a receber, em 3,9 milhões de euros, decorrente do esforço de cobrança desenvolvido pelo Grupo e pelo facto de, em 2020, ter sido constituída imparidade significativa em função da antiguidade de algumas dívidas de clientes e expectativa de recebimento das mesmas, o que não se verificou em 2021;
- Diminuição dos rendimentos registados na rubrica de imparidade de investimentos não depreciáveis / amortizáveis (perdas/reversões), relativos a reversão de perdas por imparidade de material circulante que se encontrava classificado como detido para venda, em cerca de 1,9 milhões de euros;
- Diminuição dos outros rendimentos (não core) em 2,4 milhões de euros, em resultado fundamentalmente, de, em 2020, ter ocorrido o reconhecimento de rendimentos como excesso de estimativa de imposto e o registo de juros indemnizatórios e de mora relacionados com um processo judicial / fiscal, sem idêntica contrapartida em 2021;
- Variação desfavorável de 1,6 milhões de euros nas diferenças de câmbio, correspondente à variação cambial do valor das ações subscritas e não realizadas da participação financeira do Grupo na Eurofima (em francos suíços);
- Aumento dos outros gastos (não core), em 1,5 milhões de euros, em resultado do abate de equipamentos descontinuados, inoperacionais e sem condições de reparação.

## Resultado Financeiro

O Resultado Financeiro do Grupo em 2021 foi negativo em 23 milhões de euros, verificando-se uma melhoria face ao registado no ano anterior de cerca de 7,9 milhões de euros (+26%). Esta situação resulta, fundamentalmente, da redução do passivo remunerado do Grupo.

## Balanço

RUBRICAS (valores em milhares de euros)	PERÍODOS		Variação 2021/2020	
	31-12-2021	31-12-2020	Valor	%
<b>ATIVO</b>				
Ativo Não Corrente	424 367	451 810	-27 443	-6%
Ativo Corrente	88 321	93 505	-5 184	-6%
<b>Total do Ativo</b>	<b>512 688</b>	<b>545 315</b>	<b>-32 627</b>	<b>-6%</b>
<b>CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO</b>				
Capital Próprio que inclui:	-1937 270	-1871 964	-65 306	-3%
Resultado Líquido do período	-65 548	-95 656	30 108	31%
<b>Total do Capital Próprio</b>	<b>-1 937 270</b>	<b>-1 871 964</b>	<b>-65 306</b>	<b>-3%</b>
<b>PASSIVO</b>				
Passivo Não Corrente	269 462	405 960	-136 498	-34%
Passivo Corrente	2 180 496	2 011 318	169 178	8%
<b>Total do Passivo</b>	<b>2 449 958</b>	<b>2 417 279</b>	<b>32 679</b>	<b>1%</b>
<b>Total do Capital Próprio + Passivo</b>	<b>512 688</b>	<b>545 315</b>	<b>-32 627</b>	<b>-6%</b>

## Ativo

Em 2021 o Ativo do Grupo CP diminuiu em cerca de 32,6 milhões de euros, sendo de realçar os seguintes impactos mais significativos:

- Diminuição dos ativos fixos tangíveis, em 25,9 milhões de euros, em virtude de as depreciações destes ativos não terem sido compensadas pela realização de investimento;
- Redução dos direitos de uso de ativos (IFRS 16), relativos a contratos de locação que cumprem os requisitos definidos na norma, em resultado da depreciação em função da vida útil estimada, no valor de 1,6 milhões de euros;
- Aumento dos inventários em 5,6 milhões de euros;
- Aumento do saldo de clientes e de outros créditos a receber em 7 milhões de euros, explicado essencialmente pela especialização dos montantes já atribuídos pelos Transportes Metropolitanos de Lisboa, relativos aos meses de junho a agosto, no âmbito do programa de apoio à redução tarifária nos transportes (PART). De referir também, que têm sido efetuadas diversas diligências junto das diferentes entidades no sentido de assegurar o recebimento dos valores em dívida;
- Diminuição do saldo do Estado e outros entes públicos em 1,6 milhões de euros, decorrente, fundamentalmente, da redução dos valores de IVA a recuperar e reembolsos de IVA pedidos;
- Diminuição do saldo de caixa e depósitos bancários em 16 milhões de euros, para assegurar o cumprimento das responsabilidades financeiras do Grupo.

## Capital

Em 2021, não foram realizadas quaisquer operações de aumento ou recomposição do capital.

As variações registadas no capital próprio do Grupo resultaram dos seguintes movimentos:

- Transferência para resultados transitados do resultado líquido consolidado negativo de 2020;
- Do resultado líquido consolidado negativo de 2021.

## Passivo

O Passivo do Grupo CP registou em 2021 um aumento de 32,7 milhões de euros, sendo de realçar os seguintes impactos mais significativos:

- Diminuição das provisões constituídas em 1,7 milhões de euros, em resultado, essencialmente, de reversão da provisão para pensões de acidentes de trabalho, de acordo com o estudo atuarial efetuado por entidade externa;
- Aumento do saldo em dívida ao Estado e outros entes públicos, em 1,6 milhões de euros, decorrente do incremento do valor de contribuições a liquidar ao Estado, relacionadas com o imposto sobre rendimento a pagar pelo grupo (tributação autónoma). As respetivas contribuições serão liquidadas dentro do prazo legal, no mês seguinte ao do processamento (dezembro). Em 2020, foram liquidadas ainda no próprio mês;
- Aumento do saldo de fornecedores e outras dívidas a pagar em 42,8 milhões de euros, destacando-se a dívida à IP (energia para tração e taxa de utilização da infraestrutura), assim como o acréscimo de gastos relativo a juros de financiamento;
- Diminuição dos passivos de locação (IFRS 16), em 1,6 milhões de euros, na mesma ordem dos encargos que foram imputados em resultados com base nas depreciações do direito de uso do bem locado e pelos gastos de juros implícitos ao longo do contrato de locação;
- Diminuição dos diferimentos do passivo, em 8,1 milhões de euros, devido ao reconhecimento, como rendimento do exercício, numa base sistemática e racional durante a vida útil do ativo, dos subsídios ao investimento recebidos.

## Dívida Remunerada

A dívida financeira do Grupo a 31 de dezembro de 2021 era de aproximadamente 2,132 mil milhões de euros. Apresenta-se no gráfico seguinte o detalhe por fontes de financiamento:

## Fontes de Financiamento (Milhares de Euros)

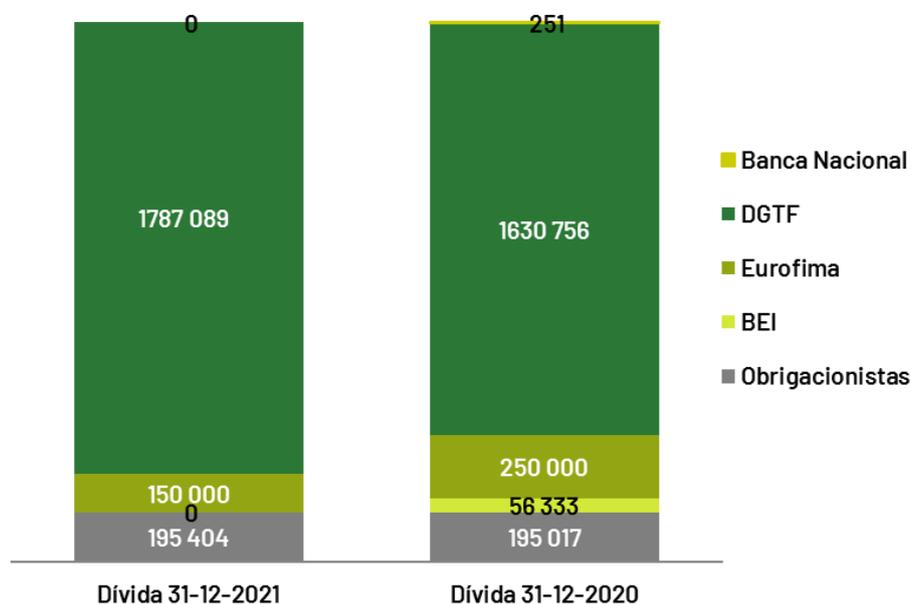


Gráfico 6- Fontes de Financiamento do Grupo.

Por se aguardar a concretização do saneamento da dívida histórica do Grupo, os empréstimos contratados, bem como as sucessivas prorrogações do pagamento do serviço da dívida dos empréstimos do Estado, têm sido feitos em prazos inferiores a 1 ano.

## Estrutura da Dívida

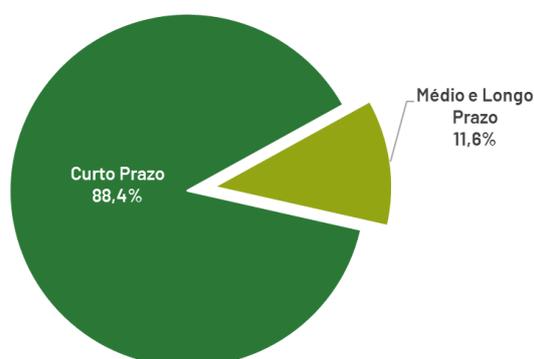


Gráfico 7 - Estrutura da Dívida

## Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado

O Grupo CP tem desenvolvido todos os esforços para assegurar o cumprimento do princípio da Unidade de Tesouraria do Estado, centrando o máximo de serviços no IGCP.

No entanto, dadas as especificidades das suas atividades, tem sido necessário manter a movimentação de algumas contas bancárias junto da banca nacional, pela impossibilidade de alguns serviços necessários ao seu funcionamento serem prestados pelo IGCP.

Nesse contexto, dando cumprimento ao estabelecido na legislação sobre o princípio da Unidade de Tesouraria do Estado a que as Empresas Públicas estão sujeitas, as empresas do Grupo CP têm requerido a dispensa do seu cumprimento para alguns serviços, tendo sido obtida a referida exceção, nomeadamente, para os valores objeto de recolha, transporte e contagem de valores, para recebimento de valores de vendas efetuadas por canais Web em conta da banca comercial, decorrente da impossibilidade do IGCP fornecer este serviço, empréstimos bancários, garantias bancárias que não possam ser substituídas por depósitos caucionados e a guarda de títulos de empresas participadas, entre outros.

Assim, considera-se que o Grupo CP está a cumprir a legislação aplicável nesta matéria.

# 06

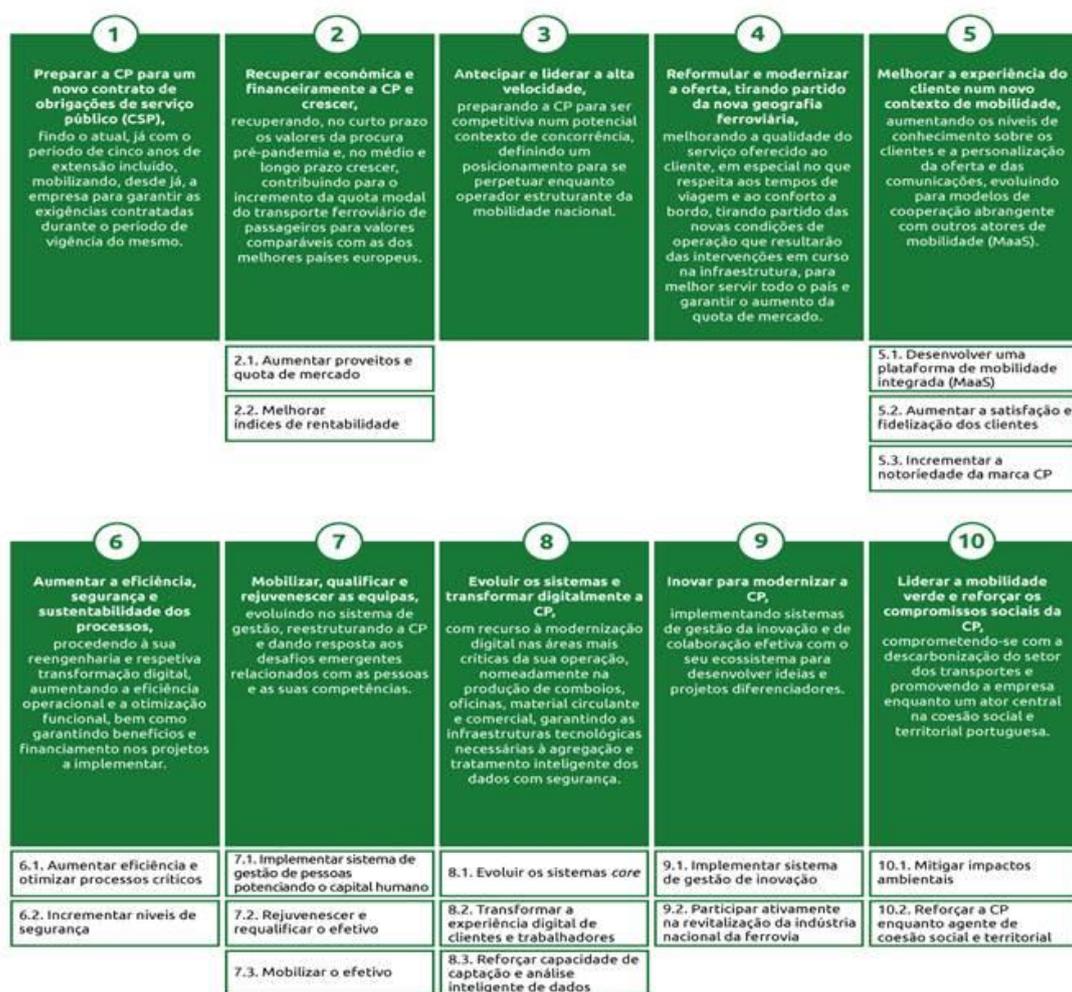
## PERSPETIVAS PARA 2022



## CP

As orientações do Governo definidas na RCM n.º 110/2019, de 5 de julho, definem uma conjuntura favorável ao investimento na ferrovia, permitindo à CP assumir-se como operador estruturante da mobilidade interna e líder do mercado de transportes, criando valor para todos os *stakeholders*, contribuindo para a coesão territorial e para a sustentabilidade económica, social e ambiental do país.

Assim, face aos desafios futuros e com base nos pontos fortes e fracos, assim como nas ameaças e oportunidades que se avizinhm, foram estabelecidos os seguintes Objetivos Estratégicos e específicos para a CP:



Perspetiva-se para 2022 uma recuperação gradual da procura, acompanhando a retoma económica. A procura deverá, contudo, manter-se ainda significativamente abaixo do registado nos anos anteriores à Pandemia.

Prosseguirão as negociações sobre os Regulamentos de Carreiras e os Acordos de Empresa com as Organizações Representativas dos Trabalhadores. Prevê-se a realização de recrutamentos com vista a aumentar a capacidade de resposta oficial e repor os quadros de efetivos diretamente relacionados com a operação de transporte.

## Relatório e Contas Consolidadas 2021

Ao nível do material circulante, prosseguirá em 2022 o procedimento concursal para a aquisição de 117 automotoras para serviço urbano e regional, com 36 unidades adicionais de opção e deverá ser lançado o processo de aquisição de 12 automotoras para o segmento comercial de longo curso, com 14 unidades adicionais de opção. Continuará a reabilitação de material que se encontrava imobilizado e a reabilitação das 50 carruagens adquiridas à RENFE. Prevê-se o início da modernização das automotoras diesel da série 450.

Tirando benefício das reposições ao serviço e da modernização de material, bem como das intervenções de eletrificação de infraestrutura, prosseguirá a libertação gradual de automotoras diesel da série 592, alugadas à RENFE.

Quanto aos investimentos, para além das ações referidas para o material circulante, destaca-se também o lançamento de procedimento para a aquisição de Máquinas de Venda Automática e Validadores.

Em termos financeiros, com a atividade enquadrada pelo Contrato de Obrigações de Serviço Público, a sustentabilidade futura da empresa pressupõe que a compensação atribuída não se cinja aos valores previstos na RCM n.º 43/2020, de 12 de junho, mas que sejam regularizados os acertos da compensação efetivamente devidos, designadamente, por impacto da Pandemia, bem como quaisquer outras verbas que se entendam devidas a título de reequilíbrio financeiro do Contrato.

Pressupõe-se ainda que o saneamento financeiro da dívida histórica será concretizado em 2022.

No pressuposto do saneamento financeiro da dívida histórica, da recuperação da procura e da atribuição das devidas compensações financeiras pelo serviço público prestado, prevê-se que a CP passe a apresentar a curto prazo uma situação financeira equilibrada e sustentável.

## FERNAVE

Como resultado do plano de recuperação da União Europeia, esperam-se nos próximos anos grandes investimentos na área da ferrovia e infraestruturas, o que dinamizará o mercado de emprego no setor dos transportes e envolventes e, conseqüentemente, a necessidade qualificar e certificar os seus profissionais.

Face a estas previsões e à expectativa de retoma gradual da atividade no pós-Pandemia, será espectável a necessidade de recurso a serviços, nomeadamente no âmbito da formação, do recrutamento e da avaliação psicológica, valências detidas pela FERNAVE.

Assim, mantendo a linha estratégica estabelecida, assente num modelo de funcionamento em custos variáveis, são objetivos do próximo exercício:

- Manutenção da tipologia de serviços disponibilizados pela empresa, bem como das suas garantias técnicas, mantendo e aumentando o nível de atividade;
- Ser um parceiro ativo que aporta valor na sua área de negócio e ao setor dos transportes;
- Apostar em novas áreas do conhecimento, reforçando, nomeadamente:
- a vertente formativa da manutenção de material circulante, acompanhando as necessidades de qualificação e certificação do seu acionista,
- a disponibilização de novos cursos, alargando o leque de atuação (abrangendo novas competências mais transversais);
- Fortalecer o foco comercial e a notoriedade da empresa;
- Dar continuidade ao processo de modernização tecnológica, dotando a empresa dos recursos pedagógicos e meios tecnológicos, essenciais à atividade.

A FERNAVE espera assim melhorar o desempenho operacional da empresa, garantindo a qualidade dos serviços e a manutenção do equilíbrio operacional.

### ECOSAÚDE

A ECOSAÚDE deseja manter-se dotada do conhecimento, dos recursos e das competências para executar uma prestação de serviços de qualidade nas áreas da saúde e segurança no trabalho, de acordo com as exigentes necessidades dos clientes.

A situação pandémica permitiu à empresa aumentar o nível de atividade, no entanto, este efeito não será sustentável a longo prazo.

Antecipam-se subidas de alguns gastos operacionais, nomeadamente, de prestadores de serviços clínicos e de energia, assim como de juros de dívida remunerada. Poderá ser difícil repercutir estes acréscimos nos contratos dos clientes.

O enfoque do ano 2022 será assim na manutenção de uma capacidade instalada qualificada e na continuação da procura da eficiência operacional da mesma, que resulte na manutenção de uma rentabilidade adequada.

### SAROS

Para 2022 não estão previstas alterações no que se refere à atividade da empresa e ao seu posicionamento estratégico de mediadora cativa das apólices de seguro das empresas do Grupo CP.

O objetivo global definido para 2022 será no sentido da continuidade da rentabilização do potencial que a Saros poderá proporcionar ao Grupo CP, mantendo uma estrutura de custos otimizada e maximizando os resultados obtidos.

### SIMEF

Estima-se que a utilização em 2022 das frotas objeto de manutenção pelo SIMEF se situe acima dos níveis registados em 2021, bastante superior à referência contratual no caso do Cliente CP e em linha com o preconizado no Contrato de Manutenção do Cliente MEDWAY.

O ano 2022 será caracterizado por uma atividade operacional bastante intensa no que concerne em particular à manutenção pesada, dando assim continuidade ao verificado em 2021, em virtude da simultaneidade das grandes intervenções nas duas séries de locomotivas, com particular destaque para o ciclo das intervenções tipo R2 na série LE4700, iniciado em 2020 e que se prolongará até 2025.

A implementação do Sistema de Gestão da Manutenção e as exigências inerentes ao cumprimento da Regulamentação Europeia em matéria de Segurança da Manutenção ferroviária, conduzem à necessidade de reestruturação interna, internalizando o SIMEF a componente da Qualidade e Segurança da Manutenção.

Ao nível dos Recursos Humanos, procurar-se-á reforçar as condições de Segurança e Saúde no Trabalho, de modo a alcançar a meta de Zero Acidentes de Trabalho em 2022. O Plano de

## Relatório e Contas Consolidadas 2021

Formação encontra-se estruturado no sentido de assegurar a revalidação das competências em atividades críticas, assim como garantir o aperfeiçoamento do conhecimento e desenvolvimentos dos colaboradores, com enfoque, uma vez mais, na formação interna nas áreas técnicas de ambas as séries de locomotivas.

No que concerne à área de Inovação e Desenvolvimento merece especial relevância a continuidade da implementação da metodologia RCM, neste caso na frota LE4700, permitindo a otimização dos planos de trabalho que, conjugada com a Telemanutenção já instalada em todas as unidades, contribuirá para o aumento da eficiência do serviço de manutenção a prestar aos Clientes.

Nesta temática preconiza-se um *upgrade* ao Portal de telegestão da frota LE5600, através de implementação de novas funcionalidades, permitindo dar resposta às necessidades identificadas pela área da Engenharia.

# 07

## RECOMENDAÇÕES DO ACIONISTA



## **Recomendações do Acionista Emitidas Quando da Aprovação das Contas de 2020**

As Contas de 2016, 2017, 2018, 2019 e 2020 aguardam aprovação pela Tutela.

# 08

## FACTOS RELEVANTES APÓS O TERMO DO EXERCÍCIO



## Relatório e Contas Consolidadas 2021

De referir os seguintes acontecimentos:

- Decorrente da situação de Pandemia provocada pelo vírus COVID-19, é possível verificar a recuperação gradual da atividade do Grupo CP, ainda que a quebra de receita continue a verificar-se essencialmente no transporte ferroviário, e nos primeiros meses do ano, com impacto direto nos réditos da empresa;
- Nesta data verifica-se um conflito armado entre a Rússia e a Ucrânia que afeta também as economias ocidentais, não sendo ainda possível prever o impacto que esta realidade terá na atividade do Grupo;
- Não temos conhecimento de qualquer situação que em resultado do cenário pandémico e/ou de conflito armado devesse ser refletida nas demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2021, não se colocando em causa o pressuposto da continuidade das operações.

Lisboa, 12 de maio de 2022

### **O Conselho de Administração**

**Vice-presidente:** Pedro Miguel Sousa Pereira Guedes Moreira

**Vogal:** Ana Maria dos Santos Malhó

**Vogal:** Maria Isabel de Magalhães Ribeiro

**Vogal:** Pedro Manuel Franco Ribeiro

Relatório e Contas Consolidadas 2021

# DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS



## Demonstração da Posição Financeira Consolidada em 31 de dezembro de 2021

(valores em euros)

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		31-dez-21	31-dez-20
<b>ATIVO</b>			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	6	383 201 731	409 137 096
Ativos intangíveis	7	69 077	141 573
Direitos de uso de ativos (IFRS 16)	8	9 611 733	11 211 735
Participações financeiras - método da equivalência patrimonial	9	3 246 172	3 190 703
Outros investimentos financeiros	10	28 237 924	28 128 745
		<b>424 366 637</b>	<b>451 809 852</b>
Ativo corrente			
Inventários	12	42 199 458	36 631 813
Clientes	13	11 353 160	4 315 929
Estado e outros entes públicos	14	5 909 243	7 547 026
Outros créditos a receber	15	7 431 313	7 056 440
Diferimentos	16	1 020 249	1 114 752
Ativos não correntes detidos para venda	17	2 274 859	2 702 526
Caixa e depósitos bancários	4	18 132 831	34 136 296
		<b>88 321 113</b>	<b>93 504 782</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>512 687 750</b>	<b>545 314 634</b>
<b>CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO</b>			
Capital próprio			
Capital	18	3 959 489 351	3 959 489 351
Reservas legais	19	24 703	24 703
Outras reservas	20	1 306 650	1 306 650
Resultados transitados	21	(5 924 032 469)	(5 828 618 157)
Ajustamentos/outras variações no capital próprio	22	91 490 008	91 490 008
Resultado líquido do período		( 65 547 959)	( 95 656 465)
<b>Total do capital próprio</b>		<b>(1 937 269 716)</b>	<b>(1 871 963 910)</b>
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões	23	13 920 302	15 646 965
Financiamentos obtidos	24	247 403 907	380 550 150
Passivos de locação (IFRS 16)	8	8 137 937	9 763 374
		<b>269 462 146</b>	<b>405 960 489</b>
Passivo corrente			
Fornecedores	26	34 829 699	7 440 574
Adiantamentos de clientes	27	-	374 000
Estado e outros entes públicos	14	2 122 777	488 091
Financiamentos obtidos	24	1 885 089 333	1 751 806 817
Passivos de locação (IFRS 16)	8	1 571 058	1 560 332
Outras dívidas a pagar	25	171 240 253	155 867 489
Diferimentos	16	85 642 200	93 780 752
		<b>2 180 495 320</b>	<b>2 011 318 055</b>
<b>Total do passivo</b>		<b>2 449 957 466</b>	<b>2 417 278 544</b>
<b>Total do capital próprio e do passivo</b>		<b>512 687 750</b>	<b>545 314 634</b>

Para ser lido em conjunto com as notas anexas às demonstrações financeiras.

Contabilista Certificado - Dr.<sup>a</sup> Ana CoelhoVice-Presidente - Eng.<sup>o</sup> Pedro Miguel Sousa Pereira Guedes MoreiraAdministradora - Dr.<sup>a</sup> Ana Maria dos Santos MalhóAdministradora - Dr.<sup>a</sup> Maria Isabel de Magalhães RibeiroAdministrador - Eng.<sup>o</sup> Pedro Manuel Franco Ribeiro

# Relatório e Contas Consolidadas 2021

## Demonstração consolidada dos resultados e de outro rendimento integral

Período findo em 31 de dezembro de 2021

(valores em euros)

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	PERÍODOS	
		2021	2020
Vendas e serviços prestados	28	1 95 051 214	173 700 483
Subsídios à exploração	29	89 386 058	88 127 384
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	30	1 616 577	548 170
Variação nos inventários da produção	31	( 824 703)	3 980 568
Trabalhos para a própria entidade	32	13 316 590	14 047 696
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	33	( 25 383 190)	( 22 695 541)
Fornecimentos e serviços externos	34	( 129 380 875)	( 131 035 790)
Gastos com o pessoal	35	( 145 014 736)	( 138 424 966)
Imparidade de inventários (perdas/reversões)	12	( 1 699 559)	( 4 919 449)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	13/15	248 448	( 3 624 691)
Provisões (aumentos/reduções)	23	( 371 586)	( 235 158)
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)	36	1 501 561	3 443 087
Outros rendimentos	37	24 068 368	21 315 481
Outros gastos	38	( 7 354 633)	( 8 261 922)
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>		<b>15 159 534</b>	<b>( 4 034 648)</b>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	39	( 58 154 595)	( 60 935 101)
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)	40	814 485	548 477
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>		<b>( 42 180 576)</b>	<b>( 64 421 272)</b>
Aumentos/reduções de justo valor	41	2 965	-
Juros e rendimentos similares obtidos	42	4 791	6 216
Juros e gastos similares suportados	43	( 23 015 482)	( 30 906 166)
<b>Resultado antes de impostos</b>		<b>( 65 188 302)</b>	<b>( 95 321 222)</b>
Imposto sobre o rendimento do período	11	( 359 657)	( 335 243)
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>( 65 547 959)</b>	<b>( 95 656 465)</b>
Outras operações no capital		242 153	207 086
<b>Resultado integral do período</b>		<b>( 65 305 806)</b>	<b>( 95 449 379)</b>

Para ser lido em conjunto com as notas anexas às demonstrações financeiras.

Contabilista Certificado - Dr.<sup>º</sup> Ana Coelho

Vice-Presidente - Eng.<sup>º</sup> Pedro Miguel Sousa Pereira Guedes Moreira

Administradora - Dr.<sup>º</sup> Ana Maria dos Santos Malhó

Administradora - Dr.<sup>º</sup> Maria Isabel de Magalhães Ribeiro

Administrador - Eng.<sup>º</sup> Pedro Manuel Franco Ribeiro

DESCRIÇÃO	NOTAS	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital de empresa-mãe										Total	Interesses que não controlam	Total do Capital Próprio
		Capital	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transferidos	Excedentes de revalorização	Ajustamentos / Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período						
Posição no início do período de 2020	1	18 e 22	3 959 489 351	24 703	1 308 650	(5 776 323 289)	-	91 490 008	(52 501 954)	(1 776 514 531)	(1 776 514 531)	-	(1 776 514 531)	
Alterações no período			-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Primeira adoção de novo referencial contabilístico			-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Alterações de políticas contabilísticas		5	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras			-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Realização de excedentes de revalorização			-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Excedentes de revalorização			-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Ajustamentos por impostos diferidos			-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Outras alterações reconhecidas no capital próprio		22	-	-	-	(52 294 868)	-	-	52 501 954	207 086	207 086	-	207 086	
		2	-	-	-	(52 294 868)	-	-	52 501 954	207 086	207 086	-	207 086	
Resultado líquido do período		3	-	-	-	-	-	-	(95 656 465)	(95 656 465)	(95 656 465)	-	(95 656 465)	
Resultado integral		4 = 2 + 3	-	-	-	(52 294 868)	-	-	(43 154 511)	(95 449 379)	(95 449 379)	-	(95 449 379)	
Operações com detentores de capital no período			-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Realizações de capital			-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Realizações de prémios de emissão			-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Distribuições			-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Entradas para cobertura de perdas			-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Outras operações			-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
		5	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
<b>Posição no fim do período de 2020</b>		6 = 1+2+3+5	<b>3 959 489 351</b>	<b>24 703</b>	<b>1 308 650</b>	<b>(5 628 618 157)</b>	<b>-</b>	<b>91 490 008</b>	<b>(95 656 465)</b>	<b>(1 871 963 910)</b>	<b>(1 871 963 910)</b>	<b>-</b>	<b>(1 871 963 910)</b>	

Para ser lido em conjunto com as notas anexas às demonstrações financeiras.

Contabilista Certificado - Dr.ª Ana Coelho

Vice-Presidente - Eng.º Pedro Miguel Sousa Pereira Guedes Moreira

Administradora - Dr.ª Ana Maria dos Santos Malhó

Administradora - Dr.ª Maria Isabel de Magalhães Ribeiro

Administrador - Eng.º Pedro Manuel Franco Ribeiro

DESCRIÇÃO		NOTAS		Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa-mãe										Total		Interesses que não controlam		Total do Capital Próprio		
				Capital	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transferidos	Excedentes de revalorização	Ajustamentos / Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Total	Interesses que não controlam	Total do Capital Próprio							
Demonstração consolidada das alterações no capital próprio no período de 2021		(valores em euros)																		
1	Posição no início do período de 2021	3 959 469 351	24 703	1 506 650	(5 628 618 157)	-	91 480 008	(95 656 465)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(1 871 963 910)	(1 871 963 910)
	Alterações no período	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Primeira adoção de novo referencial contabilístico	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Alterações de políticas contabilísticas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
5	Diferenças de conversão de demonstrações financeiras	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Realização de excedentes de revalorização	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Excedentes de revalorização	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Ajustamentos por impostos diferidos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
22	Outras alterações reconhecidas no capital próprio	-	-	-	(95 414 312)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2	Resultado líquido do período	-	-	-	(95 414 312)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
3	Resultado integral	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
4 = 2 + 3	Operações com detentores de capital no período	-	-	-	(95 414 312)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Realizações de capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Realizações de prémios de emissão	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Distribuições	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Entradas para cobertura de perdas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Outras operações	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
5	Posição no fim do período de 2021	3 959 469 351	24 703	1 506 650	(5 924 032 469)	-	91 480 008	(65 547 959)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Para ser lido em conjunto com as notas anexas às demonstrações financeiras.																				

Contabilista Certificado - Dr.ª Ana Coelho

Vice-Presidente - Eng.º Pedro Miguel Sousa Pereira Guedes Moreira

Administradora - Dr.ª Ana Maria dos Santos Malhó

Administradora - Dr.ª Maria Isabel de Magalhães Ribeiro

Administrador - Eng.º Pedro Manuel Franco Ribeiro

## Relatório e Contas Consolidadas 2021

### Demonstração consolidada de fluxos de caixa

Período findo em 31 de dezembro de 2021

(valores em euros)

<b>DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA</b>	<b>2021</b>	<b>2020</b>
Fluxos de caixa das atividades operacionais - método direto		
Recebimentos de clientes	302 002 243	283 018 223
Pagamentos a fornecedores	( 159 409 197)	( 205 621 434)
Pagamentos ao pessoal	( 137 600 472)	( 133 933 047)
<b>Caixa gerada pelas operações</b>	<b>4 992 574</b>	<b>( 56 536 258)</b>
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	( 270 777)	( 27 203)
Outros recebimentos/pagamentos	7 307 222	8 656 032
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)</b>	<b>12 029 019</b>	<b>( 47 907 429)</b>
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Pagamentos respeitantes a:		
Ativos fixos tangíveis	( 14 385 040)	( 7 641 386)
Ativos intangíveis	( 52 896)	-
Investimentos financeiros	( 2 000 000)	-
Recebimentos provenientes de:		
Ativos fixos tangíveis	295 200	565
Investimentos financeiros	799 150	-
Subsídios ao investimento	2 534 215	-
Juros e rendimentos similares	6	-
Dividendos	761 957	836 571
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)</b>	<b>( 12 047 408)</b>	<b>( 6 804 250)</b>
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Recebimentos provenientes de:		
Financiamentos obtidos	156 333 333	136 700 000
Outras operações de financiamento	481 042	48 038
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>		
Financiamentos obtidos	( 156 333 333)	( 71 693 334)
Juros e gastos similares	( 16 214 610)	( 16 662 661)
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)</b>	<b>( 15 733 568)</b>	<b>48 392 043</b>
<b>Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)</b>	<b>( 15 751 957)</b>	<b>( 6 319 638)</b>
Efeito das diferenças de câmbio	( 691)	78
<b>Caixa e seus equivalentes no início do período</b>	<b>33 885 479</b>	<b>40 205 037</b>
<b>Caixa e seus equivalentes no fim do período</b>	<b>18 132 831</b>	<b>33 885 479</b>

Para ser lido em conjunto com as notas anexas às demonstrações financeiras.

Contabilista Certificado - Dr.<sup>º</sup> Ana Coelho

Vice-Presidente - Eng.<sup>º</sup> Pedro Miguel Sousa Pereira Guedes Moreira

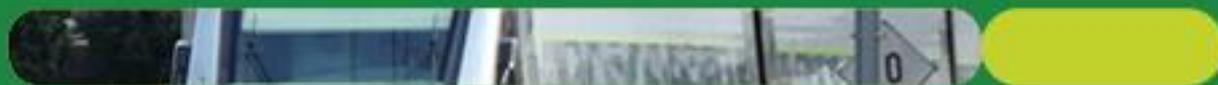
Administradora - Dr.<sup>º</sup> Ana Maria dos Santos Malhó

Administradora - Dr.<sup>º</sup> Maria Isabel de Magalhães Ribeiro

Administrador - Eng.<sup>º</sup> Pedro Manuel Franco Ribeiro

Relatório e Contas Consolidadas 2021

# ANEXOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS



## Identificação da entidade e notas de operacionalidade (nota 1)

### Identificação

A CP – Comboios de Portugal, E.P.E., é uma entidade pública empresarial, pessoa coletiva de direito público, dotada de autonomia administrativa, financeira e patrimonial, com sede social na Calçada do Duque, nº 20, 1249-109 Lisboa, cujo atual regime jurídico e estatutos foram aprovados pelo Decreto-Lei n.º 137-A/2009, de 12 de junho, alterado pelo Decreto-lei nº 59/2012, de 14 de março, e, pelo Decreto-lei nº 124-A/2018, de 31 de dezembro e pelo Decreto-lei n.º 174-B/2019, de 26 de dezembro<sup>2</sup>, embora este diploma só tenha produzido efeitos no dia 1 de janeiro de 2020.

Os objetos principais da atividade da CP são:

- A prestação de serviços de transporte ferroviário de passageiros em linhas férreas, troços de linha e ramais que integram ou venham a integrar a rede ferroviária nacional, bem como o transporte internacional de passageiros;
- O fabrico e reabilitação, grande reparação e manutenção de equipamentos e veículos ferroviários, bem como o estudo de instalações oficinais para manutenção.

A integração no seu objeto da atividade de fabrico, reabilitação, grande reparação e manutenção resultou da fusão por incorporação da EMEF - Empresa de Manutenção de Equipamento Ferroviário, S. A., na CP, com referência a 1 de janeiro de 2020.

O transporte de mercadorias foi objeto de cisão, em 2009, tendo passado a ser realizado pela CP Carga - Logística e Transporte Ferroviário de Mercadorias, S.A., com capital detido integralmente pela CP até 2015, e alienado em 2016, à *Mediterranean Shipping Company Rail (Portugal) – Operadores Ferroviários, S.A.*

Através das suas subsidiárias e associadas, o Grupo CP desenvolveu, em 2021, as seguintes atividades:

- Mediação de seguros (Saros, Lda.);
- Sinergia e otimização das atividades no que respeita à manutenção de locomotivas “LE 5600” e “LE 4700” (SIMEF, A.C.E.);
- Formação e desenvolvimento de competências, recrutamento e avaliação psicológica, consultoria empresarial e recursos humanos dos sistemas de transportes (Fernave, S.A.);
- Prestação de serviços de medicina e de segurança e higiene no trabalho (Ecosaúde, S.A.);
- Implantação e gestão de um sistema de bilhética comum e exclusivo das Agrupadas (CP, STCP e Metro do Porto) na área do grande Porto, bem como a definição da estrutura de tarifário intermodal comum e exclusiva, para os meios de transporte público de passageiros explorados direta ou indiretamente pelas entidades Agrupadas (TIP, A.C.E.);
- Desenvolvimento de engenharia, inovação e tecnologia aplicada ao setor dos transportes, fabrico, reparação e manutenção de componentes eletrónicos e desenvolvimento de soluções informáticas (NOMAD TECH, Lda);

<sup>2</sup> A que acresce a Declaração de Retificação 10/2020, de 21 de fevereiro.

- De referir ainda a participação de 6,92% da Fernave na TRANSCOM – Sociedade de Formação, Consultoria e Auditoria em Transportes e Comunicações, S.A.R.L. (Moçambicana).

A CP como entidade pública empresarial está sujeita às orientações de gestão definidas pela Tutela Económica e Financeira, exercida pelos membros do Governo responsáveis pela área de Finanças e dos Transportes, bem como à jurisdição do Tribunal de Contas e à fiscalização da Inspeção Geral de Finanças.

Para além deste controlo, está previsto nos estatutos da empresa uma estrutura dualista de fiscalização composta por Conselho Fiscal e Revisor Oficial de Contas.

A CP é a empresa mãe de um grupo de empresas subsidiárias e associadas, atuando em diferentes segmentos de atividade, cuja caracterização se apresenta, de forma mais detalhada, na nota 3 e estas são as suas demonstrações financeiras consolidadas.

## Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras (nota 2)

### Referencial contabilístico

As demonstrações financeiras consolidadas do Grupo CP foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos das empresas incluídas no perímetro de consolidação, de acordo com as normas internacionais de relato financeiro, conforme adotadas pela União Europeia (EU) emitidas e em vigor à data de 31 de dezembro de 2021.

Devem entender-se como fazendo parte daquelas normas, quer as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), quer as Normas Internacionais de Contabilidade (IAS) emitidas pelo International Accounting Standards Committee (IASC) e respetivas interpretações (IFRIC e SIC), emitidas pelo International Financial Reporting Interpretation Committee (IFRIC) e Standing Interpretation Committee (SIC). De ora em diante, o conjunto daquelas normas e interpretações serão designadas genericamente por IFRS.

Estas demonstrações financeiras, expressas em euros, foram apreciadas pelo Conselho de Administração, em reunião realizada em 12 de maio de 2022, que deliberou submetê-las à aprovação da Tutela.

As políticas contabilísticas apresentadas na nota 3, foram utilizadas nas demonstrações financeiras consolidadas para o período findo a 31 de dezembro de 2021 e na informação financeira comparativa apresentada nestas demonstrações financeiras para o período findo a 31 de dezembro de 2020.

### Derrogações às IFRS

Não foram feitas derrogações às disposições das IFRS.

## Valores comparativos

Não foram efetuadas alterações de políticas contabilísticas ou detetados erros que afetem de forma material a comparação de valores entre os exercícios.

## Principais Políticas Contabilísticas (nota 3)

As principais políticas contabilísticas aplicadas na elaboração destas demonstrações financeiras consolidadas estão descritas abaixo e foram aplicadas de forma consistente para os períodos apresentados.

### Bases de mensuração

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, modificado pela aplicação do justo valor para os instrumentos financeiros derivados, ativos e passivos financeiros detidos para negociação, exceto aqueles para os quais o justo valor não está disponível. Ativos não correntes detidos para venda e os grupos de ativos detidos para venda são registados ao menor entre o seu valor contabilístico ou justo valor deduzido dos respetivos custos de venda.

A preparação das demonstrações financeiras, de acordo com as IFRS, requer a formulação de julgamentos, estimativas e pressupostos que afetam a aplicação das políticas contabilísticas e o valor dos ativos, passivos, rendimentos e gastos. As estimativas e pressupostos associados são baseados na experiência histórica e noutros fatores considerados razoáveis de acordo com as circunstâncias e formam a base para os julgamentos sobre os valores dos ativos e passivos cuja valorização não é evidente através de outras fontes. Os resultados reais podem diferir das estimativas.

As questões que requerem um maior índice de julgamento ou complexidade, ou para as quais os pressupostos e estimativas são considerados significativos, são apresentados nos pontos de Juízos de valor, Principais pressupostos relativos ao futuro, e Principais fontes de incerteza das estimativas, constantes desta nota.

### Consolidação

#### Introdução

A CP apresenta as suas demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relato financeiro, conforme adotadas pela EU emitidas e em vigor à data de 31 de dezembro de 2021. Estas demonstrações expressam a posição financeira e os resultados das operações do grupo como se de uma única entidade se tratasse, e pretendem evidenciar os resultados das operações que as empresas do grupo realizaram com terceiros.

A presente consolidação não terá impacto em termos fiscais, nomeadamente no que se refere a Impostos sobre o Rendimento, por se ter considerado que não existem expectativas de que o

grupo venha a obter lucros tributáveis futuros que permitam a utilização dos prejuízos fiscais acumulados.

## O Grupo e a empresa

### Considerações gerais

Ao longo do ano 2021 a CP manteve como objetivo o desenvolvimento de uma estratégia de Grupo sustentável, estruturando as participações sociais existentes e desenvolvendo uma cultura de eficiência e valor acrescentado focada no respetivo core business.

A CP tem autonomizado em empresas, segmentos de atividade, que procuram criar sinergias positivas à sua atividade.

## A CP

A CP - Comboios de Portugal E.P.E. é, desde julho de 2009, uma entidade pública empresarial, detida a 100% pelo Estado Português. É responsável pela prestação de serviços de transporte ferroviário nacional e internacional de passageiros.

Opera em todo o território nacional oferecendo serviços essenciais para o desenvolvimento do País e para a sua coesão social e territorial.

## Empresas participadas

As participações financeiras da CP em 31 de dezembro de 2021 caracterizam-se como segue:

### Subsidiárias

#### **SAROS – Sociedade de Mediação de Seguros, Lda.**

Participação CP - 100%

Capital - 5.000 euros

A sociedade tem por objeto a atividade de mediação de seguros.

#### **FERNAVE – Formação Técnica, Psicologia Aplicada e Consultoria em Transportes e Portos, S.A.**

Participação CP - 100%

Capital - 50.000 euros

Tendo iniciado a sua atividade em 1992, tem por objeto a prestação de serviços nos domínios da formação e desenvolvimento de competências, do recrutamento e avaliação psicológica, da consultoria empresarial e recursos humanos dos sistemas de transportes.

### **ECOSAÚDE – Educação, Investigação e Consultoria em Trabalho, Saúde e Ambiente, S.A.**

Participação CP - 100%

Capital - 50.000 euros

Sociedade constituída em 1995, tem como principal atividade a prestação de serviços de medicina e de higiene e segurança no trabalho.

## **Entidades conjuntamente controladas**

### **SIMEF, A.C.E.**

Participação CP - 51%

Capital - não tem

Agrupamento complementar de empresas constituído em 2009, tem por objeto social a sinergia e otimização das atividades das entidades agrupadas no que respeita à manutenção de locomotivas “LE 5600” e “LE 4700” ao abrigo do contrato entre o Agrupamento e a CP – Comboios de Portugal, E.P.E.

### **TIP, A.C.E – Transportes Intermodais do Porto**

Participação CP - 33,33%

Capital - 30.000 euros

Agrupamento complementar de empresas constituído em 2002, tem por objeto a implantação e gestão de um sistema de bilhética comum e exclusivo das agrupadas (CP, STCP e Metro do Porto) na área do grande Porto, bem como a definição da estrutura de tarifário intermodal comum e exclusiva, para os meios de transporte público de passageiros explorado direta ou indiretamente pelas entidades agrupadas.

## **Associadas**

### **NOMAD TECH, Lda.**

Participação CP -35%

Capital - 160.000 euros

A sociedade foi constituída em 2013 desenvolvendo a sua atividade no âmbito da engenharia, inovação e tecnologia aplicada ao setor dos transportes, fabrico, reparação e manutenção de componentes eletrónicos e desenvolvimento de soluções informáticas.

## Outras participações

A CP detém ainda um conjunto de pequenas participações em empresas com atividades relacionadas com as desenvolvidas pelas empresas do Grupo.

Estas participações encontram-se reconhecidas ao custo menos perdas de imparidade, dado o valor destas participações não ser publicamente negociado e não ser possível obter de forma fiável o seu justo valor.

### **TRANSCOM – Sociedade de Formação, Consultoria e Auditoria em Transportes e Comunicações, S.A.R.L. (Moçambicana)**

Participação via Fernave – 6,92%

Capital – 74.025.000 meticais

A sociedade foi constituída em 1998 e tem por objeto o ensino superior universitário, a formação técnica, a investigação científica e consultoria, particularmente no âmbito tecnológico, da gestão, da logística, da distribuição, dos transportes, das comunicações e da informática, em empresas e outras organizações, especialmente ligadas aos transportes, comunicações e informática.

### **Medway – Operador Ferroviário e Logístico de Mercadorias, S.A. (ex-CP Carga)**

Participação CP – 5%

Capital – 121.312.810 euros

Tem por objeto social o transporte ferroviário de mercadorias, atividades logísticas e operações conexas.

A sociedade foi constituída por cisão simples, dando cumprimento ao compromisso de liberalização para o setor assumido por Portugal junto da União Europeia.

O capital foi detido integralmente pela CP até 2015, e alienado em 2016, à Mediterranean Shipping Company Rail (Portugal) – Operadores Ferroviários, S.A. Em 31 dezembro de 2021, a CP ainda detém uma participação de 5%, que é temporária, e aguarda a conclusão de alguns procedimentos previstos no acordo de venda de referência.

### **Metro do Porto, S.A.**

Participação CP – 3,33%

Capital – 7.500.000 euros

Constituída em 1993, tem por objeto a exploração, em regime de concessão atribuída pelo Estado, de um sistema de metro ligeiro na Área Metropolitana do Porto.

### **Metropolitano Ligeiro de Mirandela, S.A.**

Participação CP – 10%

Capital – 125.000 euros

Sociedade constituída em 1995, tem por objeto a exploração em regime de exclusivo, do transporte de metropolitano de superfície no Município de Mirandela, no troço Carvalhais-Cachão.

### **Metro Mondego, S.A.**

Participação CP - 2,5%

Capital - 1.075.000 euros

Esta sociedade, constituída em 2002, tem por objeto principal a exploração, em regime de exclusivo, de uma rede de metropolitano ligeiro de superfície da área dos Municípios de Coimbra, Lousã e Miranda do Corvo.

### **ICF – Intercontainer – Interfrigo, S.A. (Belga)**

Participação CP - 2,09%

Capital - 18.300.000 euros

A sociedade tem por objeto a organização e o desenvolvimento de transportes combinados e de transportes frigoríficos a temperatura adequada, compreendendo todas as operações destinadas à obtenção e manutenção da temperatura conveniente às várias mercadorias, bem como à disponibilidade de serviços auxiliares relativos a estes transportes.

Entidade em processo de liquidação.

### **EUROFIMA – Société Européenne pour le Financement de Matériel Ferroviaire (Suíça)**

Participação CP - 2%

Capital - 2.600.000.000 CHF

Tem como objeto social o financiamento necessário aos investimentos na renovação e modernização do material circulante, com vista a garantir uma integração progressiva dos caminhos de ferro no plano europeu, desempenhando um papel muito competitivo na concessão de fundos aos acionistas.

### **BCC – Bureau Central de Clearing (Belga)**

Participação CP - 1,54%

Capital - 110.250 euros

A sociedade tem objeto prestar serviços aos associados na área financeira bem como todas as operações comerciais necessárias a esse fim e em particular de reduzir o número e o montante dos pagamentos entre as suas associadas através da centralização e compensação dos seus débitos e créditos recíprocos.

## Método de consolidação

A obrigatoriedade de elaboração de contas consolidadas ocorre para a empresa mãe que detenha o controlo sobre uma ou mais subsidiárias. De acordo com o previsto nas IFRS, foram incluídas na consolidação e utilizado o método de consolidação integral em todas as empresas do Grupo sobre as quais a empresa exerce controlo.

Assim, tendo por base o definido na IFRS 10, as demonstrações financeiras foram elaboradas agrupando, numa base de linha a linha, elementos idênticos de ativos, de passivos, de capitais próprios, de rendimentos e de gastos.

Os procedimentos de consolidação envolveram ainda a eliminação do investimento da empresa mãe em cada subsidiária por contrapartida do capital próprio e a eliminação dos saldos, transações, rendimentos e ganhos e gastos e perdas intragrupo.

No que respeita aos empreendimentos conjuntos, passou a ser aplicado o método de equivalência patrimonial, em substituição da consolidação proporcional, a partir de janeiro de 2013, de acordo com o previsto na IFRS 11.

Seguindo o previsto na norma no que respeita à aplicação do método de equivalência patrimonial, o investimento foi inicialmente reconhecido pelo custo e a quantia escriturada é aumentada ou diminuída para reconhecer a parte do investidor nos resultados da investida depois da data da constituição/aquisição do empreendimento conjunto. As distribuições recebidas reduzem a quantia escriturada do investimento, podendo igualmente ser efetuados ajustamentos na quantia escriturada para alterações no interesse proporcional do investidor no empreendimento conjunto resultantes de alterações no capital próprio que não tenham sido reconhecidas nos resultados do empreendimento conjunto.

## Perímetro de consolidação

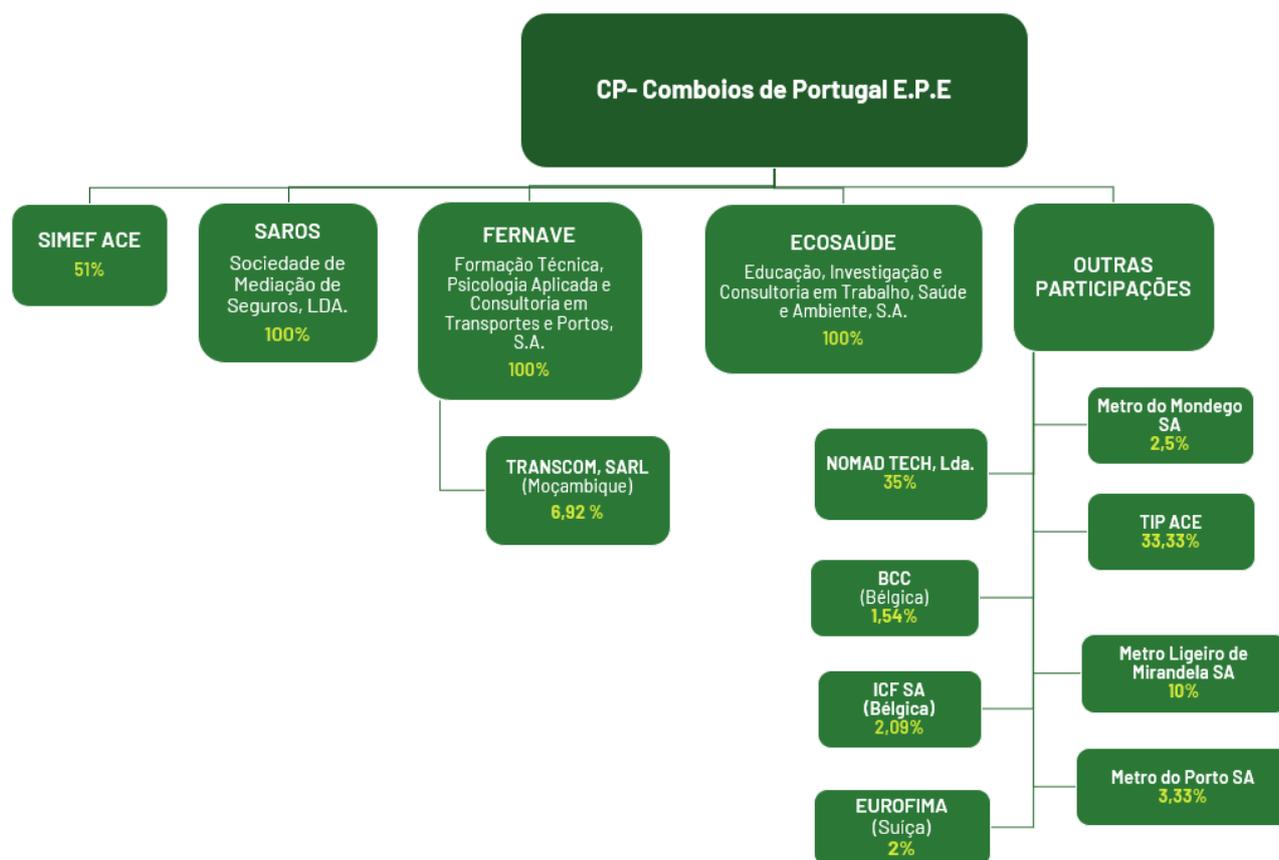


Gráfico 8 - Grupo CP.

O capital da CP Carga - Logística e Transportes Ferroviários de Mercadorias, S.A, foi alienado em 2016 à *Mediterranean Shipping Company Rail (Portugal)- Operadores Ferroviários, S.A.* Em 31 dezembro de 2021 a CP detêm ainda uma participação residual de 5%, meramente temporária (e ajustada com imparidade), visto aguardar a conclusão de alguns procedimentos previstos no acordo para a concretização da alienação total da participação (100%). Por este motivo não está representada no respetivo organograma do perímetro de consolidação.

### Empresas incluídas na consolidação pelo método de consolidação integral

As empresas incluídas na consolidação pelo método de consolidação integral, suas sedes e proporção do capital detido, direta e indiretamente pelo Grupo, em 31 de dezembro de 2021, são as seguintes:

<b>Empresa</b>	<b>Sede Social</b>	<b>Detentores de Capital</b>	<b>% do capital detido</b>
SAROS, LDA.	Lisboa	CP, E.P.E.	100%
FERNAVE, S.A.	Lisboa	CP, E.P.E.	100%
ECOSAÚDE, S.A.	Lisboa	CP, E.P.E.	100%

## **Empresas associadas contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial**

As empresas incluídas na consolidação pelo método da equivalência patrimonial, suas sedes e proporção do capital detido, em 31 de dezembro de 2021, são as seguintes:

<b>Empresa</b>	<b>Sede Social</b>	<b>Detentores de Capital</b>	<b>% do capital</b>
TIP, ACE	Porto	CP, E.P.E.	33%
SIMEF, ACE	Entroncamento	CP, E.P.E.	51%
NOMAD TECH, LDA.	Porto	CP, E.P.E.	35%

## **Outras participações**

Os investimentos financeiros em que não seja possível identificar com fiabilidade os seus justos valores são mensurados pelo seu custo de aquisição deduzido de quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

## **Políticas contabilísticas relevantes**

### **Ativos fixos tangíveis**

#### **Reconhecimento e valorização**

Os ativos fixos tangíveis relacionados com o segmento de transporte de passageiros são detidos pela empresa mãe e encontram-se registados ao custo de aquisição deduzido das respetivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade.

Na data da transição para as IFRS o GrupoCP decidiu considerar como custo dos ativos fixos tangíveis o seu valor reavaliado determinado em conformidade com as anteriores políticas contabilísticas, o qual era equiparável em termos gerais ao custo mensurado de acordo com as IFRS.

Os custos subsequentes são reconhecidos como ativos fixos tangíveis apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para a entidade. Todas as despesas com a manutenção e reparação corrente que não aumentem a vida útil do bem ou que não correspondam a substituições a intervalos regulares (grandes intervenções realizadas com intervalos que variam

entre os 2 e os 15 anos) de itens do ativo são reconhecidas como gasto, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

Os ativos fixos tangíveis do Grupo CP incluem ativos propriedade do Estado (ativos constantes do despacho conjunto nº 261/99, de 24 de março) e que se encontram alocados à exploração operacional da empresa. Estes ativos são registados nas demonstrações financeiras de forma a permitir uma apreciação da performance económica da empresa.

Esta política foi também adotada no reconhecimento e mensuração dos ativos fixos tangíveis utilizados pelas restantes subsidiárias no desenvolvimento da respetiva atividade, nomeadamente no fabrico e manutenção de equipamentos e veículos ferroviários, na formação técnica e psicologia aplicada e na prestação de serviços de medicina e de higiene e segurança no trabalho.

O custo de todos os ativos fixos tangíveis inclui o preço de compra, os direitos de importação, os impostos não reembolsáveis e os custos necessários para colocar o ativo na localização e condição de funcionamento, nomeadamente as despesas de transporte e montagem e exclui os descontos comerciais e abatimentos.

Os gastos subsequentes são reconhecidos como ativos fixos tangíveis apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros. Todas as despesas com a manutenção e reparação que não aumentem a vida útil do bem são reconhecidos como gastos, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

## Despesas de manutenção e reparação

### Material circulante afeto ao transporte de passageiros:

- As despesas com a manutenção corrente incorridas durante a vida útil do material circulante são reconhecidas como gastos operacionais;
- As despesas incorridas em grandes reparações plurianuais imprescindíveis para que o bem continue a operar são reconhecidas em ativos fixos tangíveis como componentes específicas do material circulante e depreciadas pela sua vida útil estimada, separadamente da componente principal. Quando cada grande reparação é efetuada, o seu custo é reconhecido na quantia escriturada do item do ativo fixo tangível como substituição, se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Qualquer quantia escriturada remanescente do custo da grande reparação anterior é desreconhecida; e
- As despesas incorridas no final da vida útil da componente principal, que incluam a transformação e modernização desta, são reconhecidas em ativos fixos tangíveis e depreciados pela extensão da vida útil esperada.

### Edifício e instalações fixas:

- As despesas de manutenção corrente e de reparação (contratos de manutenção, inspeções técnicas, etc.) são reconhecidos como gastos operacionais;
- As despesas incorridas com planos de manutenção plurianual programados são reconhecidas em ativos fixos tangíveis, através da substituição parcial ou total da componente substituída; e
- Os custos de manutenção e reparação são registados nos resultados do período em que são incorridos, em conformidade com o princípio da especialização dos exercícios.

## Depreciação

Os terrenos não são depreciados. A depreciação dos demais ativos fixos tangíveis é calculada pelo método das quotas constantes, de acordo com os seguintes períodos de vida útil esperada dos bens.

<b>Descritivo do bem</b>	<b>Anos</b>
Edifícios e outras construções -Estado	3 a 50
Edifícios e outras construções -CP	3 a 50
<i>Material circulante:</i>	
Locomotivas a <i>diesel</i> e elétricas:	
- Componente Principal	17 a 35
- Componente Secundária	5 a 15
Automotoras a <i>diesel</i> e elétricas:	
- Componente Principal	14 a 30
- Componente Secundária	2 a 15
Carruagens de passageiros:	
- Componente Principal	15 a 30
- Componente Secundária	2 a 12
Equipamento de transporte	4 a 12
Equipamento administrativo e utensílios	3 a 18
Outros ativos fixos tangíveis	5 a 20

Os ativos fixos tangíveis que são propriedade do Estado (ativos constantes do despacho conjunto nº 261/99, de 24 de março) encontram-se a ser depreciados, desde 1999, à taxa de 2%, conforme o decreto regulamentar 25/2009, de 14 de setembro.

Na determinação das quantias depreciáveis não foram considerados valores residuais.

## Subsídios governamentais

Os subsídios governamentais relacionados com ativos fixos tangíveis e intangíveis são reconhecidos inicialmente como rendimento diferido, quando existe segurança que o subsídio será recebido e que serão cumpridas as condições associadas à sua atribuição. Posteriormente são reconhecidos na demonstração dos resultados, numa base sistemática, de acordo com a vida útil do ativo.

Os subsídios que compensam gastos e perdas incorridos são reconhecidos como rendimento na demonstração dos resultados numa base sistemática, no mesmo período em que as despesas são reconhecidas.

## **Capitalização de custos com empréstimos e outros custos diretamente atribuíveis**

Os juros de empréstimos diretamente atribuíveis à aquisição ou construção de ativos são capitalizados como parte do custo desses ativos. Um ativo elegível para capitalização é um ativo que necessita de um período de tempo substancial para estar disponível para uso ou para venda. O montante de juros a capitalizar é determinado através da aplicação de uma taxa de capitalização sobre o valor dos investimentos efetuados. A capitalização de custos com empréstimos inicia-se quando tem início o investimento, já foram incorridos juros com empréstimos e já se encontram em curso as atividades necessárias para preparar o ativo para estar disponível para uso ou para venda. A capitalização é terminada quando todas as atividades necessárias para colocar o ativo como disponível para uso ou para venda se encontram substancialmente concluídas.

## **Imparidade de material circulante afeto ao transporte de passageiros**

Atendendo à natureza do material circulante afeto ao transporte de passageiros e, em particular, a ausência de interoperabilidade com a rede europeia, torna-se inviável o apuramento de um valor de mercado apropriado para estes ativos, pela ausência de um mercado ativo onde os mesmos sejam transacionados. Assim, este valor apenas é determinado quando existem propostas de compra para material específico.

No que respeita à determinação do valor de uso, este deve refletir os fluxos de caixa esperados, atualizados a uma taxa de desconto apropriada para o negócio. Considera-se que, para o cálculo dos fluxos de caixa esperados, deve ter-se em conta as características do serviço público prestado bem como as especificidades da estrutura de financiamento que tem vindo a ser seguida.

Tendo em consideração a natureza do serviço público, entende-se que não é possível a determinação do valor de uso conforme definido na IAS 36, dado que não se encontram definidas regras específicas para empresas prestadoras de serviço público.

Não obstante, quando se verificam situações específicas que evidenciam que um ativo possa estar em imparidade, nomeadamente quando o material circulante deixou de prestar serviço, é determinado o valor recuperável, e reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido de um ativo exceda o seu valor recuperável. Desta forma, as perdas por imparidade são reconhecidas em resultados.

## **Reconhecimento de imparidade nos restantes ativos do Grupo**

Quando existe indicação de que um ativo possa estar em imparidade, de acordo com o definido na IAS 36, é estimado o seu valor recuperável, sendo reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido contabilístico de um ativo exceda o seu valor recuperável. As perdas por imparidade são reconhecidas em resultados. O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu preço de venda (valor realizável líquido) e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa estimados que se esperam vir a obter do uso continuado do ativo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

### Locações

O Grupo aplica os critérios de reconhecimento e contabilização das locações, previstos na IFRS 16 -Locações, procedendo do seguinte modo:

#### Identificação de locações

Na data de início de cada contrato, o Grupo avalia se o âmbito do mesmo corresponde a um contrato de locação ou se contém uma locação. Uma locação é definida como um contrato, ou parte de um contrato, através do qual se atribui o direito de controlar o uso de um ativo identificável por um determinado período de tempo em troca de uma retribuição. Para se aferir se um contrato atribui o direito de controlar o uso de um ativo identificável por um determinado período de tempo, o Grupo avalia, se, durante o período de utilização do ativo, possui cumulativamente:

- O direito de obter substancialmente todos os benefícios económicos derivados do uso do ativo identificável; e
- O direito de direcionar o uso do ativo identificável.

#### Reconhecimento

O Grupo reconhece um direito de uso de um ativo e um passivo de locação na data de entrada em vigor do contrato. O direito de uso de um ativo é inicialmente mensurado ao custo, o qual compreende o valor inicial da responsabilidade de locação ajustado por quaisquer pagamentos de locação realizados em ou antes da data de início, quaisquer custos diretos iniciais incorridos, assim como uma estimativa dos custos de desmantelamento e remoção do ativo subjacente (caso aplicável), deduzido de qualquer incentivo concedido.

O direito de uso de um ativo é depreciado por duodécimos utilizando o método das quotas contantes durante a sua vida útil estimada ou durante o período do contrato de locação, dos dois o mais baixo.

O direito de uso de um ativo é periodicamente sujeito a testes de imparidade sendo que eventuais perdas detetadas são registadas de imediato na demonstração consolidada dos resultados do exercício.

O passivo de locação é inicialmente reconhecido pelo valor presente das rendas ainda não pagas à data de entrada em vigor do contrato, descontadas à taxa de juro implícita na locação, ou, no caso em que não seja possível determinar essa taxa, à taxa de juro incremental da respetiva empresa.

Os pagamentos de locação incluídos na mensuração do passivo de locação incluem as seguintes componentes:

- pagamentos fixos, deduzidos de quaisquer incentivos já recebidos;
- pagamentos variáveis, dependentes somente de uma determinada taxa ou índice;
- montantes que sejam devidos ao abrigo de uma garantia sobre o valor residual do ativo;
- preço de exercício de opções de compra, se for razoavelmente certo que o locatário irá exercer as mesmas; e
- pagamentos de penalidades pelo término do contrato, se for razoavelmente certo que o locatário irá cancelar o mesmo.

O passivo de locação é mensurado subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juro efetiva, sendo remensurado quando se verificarem:

- (i) alterações nos pagamentos futuros derivados de uma alteração de uma taxa ou de um índice especificados no contrato;
- (ii) alterações na estimativa do Grupo sobre o montante que deverá ser pago a título de garantia sobre o valor residual de um ativo, ou
- (iii) caso o grupo altere a sua avaliação acerca do exercício de uma opção de compra, ou sobre a sua extensão ou rescisão.

Quando o passivo de locação é remensurado, o direito de uso de um ativo é ajustado em igual montante, exceto se a quantia já escriturada do direito de uso se encontrar reduzida a zero, situação em que é registado um ganho na demonstração consolidada dos resultados do exercício.

### Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis das empresas do Grupo encontram-se registados ao custo de aquisição deduzido das respetivas amortizações acumuladas e das perdas por imparidade.

As empresas do Grupo procedem a testes de imparidade sempre que eventos ou circunstâncias indiciam que o valor contabilístico excede o valor recuperável, sendo a diferença, caso exista, reconhecida em resultados. O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu preço de venda líquido e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados que se esperam vir a obter do uso continuado do ativo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes pelo período de 3 anos.

### Outros Ativos/Passivos Financeiros

As empresas do Grupo CP apenas reconhecem um ativo financeiro, um passivo financeiro ou um instrumento de capital próprio quando se tornam parte das disposições contratuais do instrumento.

O Grupo CP classifica os seus investimentos, na data da sua negociação ("*trade date*"), de acordo com o objetivo que despoletou a sua aquisição, nas seguintes categorias: ativos financeiros ao justo valor através de resultados (detidos para negociação e opção justo valor); empréstimos e contas a receber; ativos detidos até à maturidade; e ativos financeiros disponíveis para venda, em conformidade com o preconizado pela IAS 39 – Instrumentos financeiros.

### Ativos financeiros ao justo valor através de resultados

Esta categoria inclui:

- (i) os ativos financeiros de negociação, que são adquiridos com o objetivo principal de serem transacionados no curto prazo, e
- (ii) os ativos financeiros designados no momento do seu reconhecimento inicial ao justo valor com variações reconhecidas em resultados.

## Relatório e Contas Consolidadas 2021

Após o seu reconhecimento inicial, os ativos financeiros ao justo valor através dos resultados são valorizados ao justo valor, sendo as suas variações reconhecidas em resultados.

Nesta categoria integram-se os derivados que não qualifiquem para efeitos de contabilidade de cobertura. As alterações ao seu justo valor são reconhecidas diretamente em resultados do exercício.

### **Ativos financeiros detidos até à maturidade**

Estes investimentos são ativos financeiros não derivados com pagamentos fixos ou determináveis e maturidades definidas, para os quais existe a intenção e capacidade de deter até à maturidade.

Estes investimentos são mensurados ao custo amortizado, com base no método da taxa de juro efetiva e são deduzidos de perdas de imparidade. As perdas por imparidade são registadas com base na estimativa e avaliação das perdas, associadas aos créditos de cobrança duvidosa na data das demonstrações financeiras.

As perdas por imparidade correspondem à diferença entre o valor contabilístico do ativo e o valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados (considerando o período de recuperação) descontados à taxa de juro efetiva original do ativo financeiro.

Estes ativos são apresentados na demonstração da posição financeira, líquidos da imparidade reconhecida.

### **Empréstimos e contas a receber**

Correspondem a ativos financeiros não derivados, com pagamentos fixos ou determinados, para os quais não existe um mercado de cotações ativo. São originados pelo decurso normal das atividades operacionais, no fornecimento de mercadorias ou serviços, e sobre os quais não existe a intenção de negociar.

Os empréstimos e contas a receber são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor, sendo subsequentemente valorizados ao custo amortizado, com base no método de taxa de juro efetiva.

São registadas perdas por imparidade quando existem indicadores de que a empresa do Grupo CP não irá receber todos os montantes a que tinha direito de acordo com os termos originais dos contratos estabelecidos. Na identificação de situações de imparidade são utilizados diversos indicadores, tais como:

- (i) Análise de incumprimento;
- (ii) Incumprimento há mais de 6 meses;
- (iii) Dificuldades financeiras do devedor;
- (iv) Probabilidade de falência do devedor.

As perdas por imparidade correspondem à diferença entre o valor contabilístico do ativo e o valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados (considerando o período de recuperação) descontados à taxa de juro efetiva original do ativo financeiro.

Estes ativos são apresentados na demonstração da posição financeira, líquidos da imparidade reconhecida.

### **Ativos financeiros disponíveis para venda**

Os ativos financeiros disponíveis para venda são ativos financeiros não derivados que o Grupo CP tem intenção de manter por tempo indeterminado, são designados como disponíveis para venda no momento do seu reconhecimento inicial ou não se enquadram nas categorias acima referidas.

Os ativos financeiros disponíveis para venda são registados ao justo valor sendo, as respetivas variações de justo valor, reconhecidas diretamente nos capitais próprios na rubrica reservas de justo valor, até que os investimentos sejam desreconhecidos ou seja identificada uma perda por imparidade, momento em que o valor acumulado dos ganhos e perdas potenciais registados em reservas é transferido para resultados. Caso não exista um valor de mercado, os ativos são mantidos ao custo de aquisição, sendo, contudo, efetuados testes de imparidade.

Os juros corridos de instrumentos de rendimento fixo, quando classificados como ativos disponíveis para venda e as diferenças entre o custo de aquisição e o valor nominal (prémio ou desconto) são registados em resultados de acordo com o método da taxa de juro efetiva.

### **Mensuração subsequente dos ativos/passivos financeiros**

Os ativos/passivos financeiros são mensurados ao custo ou custo amortizado menos qualquer perda por imparidade ou ao justo valor com as alterações de justo valor a ser reconhecidas na demonstração de resultados, de acordo com o preconizado na IAS 39.

Após o reconhecimento inicial, o Grupo CP mensura os ativos financeiros, incluindo os derivados que sejam ativos, pelos seus justos valores sem qualquer dedução para os custos de transação em que possa incorrer na venda ou outra alienação, exceto quanto aos seguintes ativos financeiros:

- a) Empréstimos concedidos e contas a receber, os quais são mensurados pelo custo amortizado usando o método do juro efetivo;
- b) Investimentos detidos até à maturidade, os quais são mensurados pelo custo amortizado usando o método do juro efetivo; e
- c) Investimentos em instrumentos de capital próprio que não tenham um preço de mercado cotado num mercado ativo e cujo justo valor não possa ser fiavelmente mensurado, bem como contratos ligados a tais instrumentos que, se executados resultem na entrega de tais instrumentos, os quais são mensurados pelo custo menos perdas de imparidade.

Os ativos financeiros que sejam designados como itens cobertos estão sujeitos a mensuração segundo os requisitos da contabilidade de cobertura contidos na IAS 39.

Todos os ativos financeiros, exceto aqueles mensurados pelo justo valor por via dos resultados, estão sujeitos a revisão quanto à imparidade, de acordo com a IAS 39.

Após o reconhecimento inicial, o Grupo CP mensura todos os passivos financeiros pelo custo amortizado usando o método do juro efetivo, exceto passivos financeiros pelo justo valor por via dos resultados. Tais passivos, incluindo derivados que sejam elementos do passivo, são mensurados pelo justo valor, exceto no caso de um passivo derivado que esteja ligado a e deva ser

## Relatório e Contas Consolidadas 2021

liquidado pela entrega de um instrumento de capital próprio não cotado, cujo justo valor não possa ser fiavelmente mensurado, o qual deverá ser mensurado pelo custo.

Os passivos financeiros designados como itens cobertos estão sujeitos aos requisitos da contabilidade de cobertura contidos na IAS 39.

Na determinação do justo valor de um ativo ou passivo financeiro, se existir um mercado ativo, o preço de mercado é aplicado. Este constitui o nível 1 da hierarquia do justo valor conforme definido na IFRS 13.

No caso de não existir um mercado ativo, o que é o caso para alguns ativos e passivos financeiros, são utilizadas técnicas de valorização geralmente aceites no mercado, baseadas em pressupostos de mercado. Este constitui o nível 2 da hierarquia do justo valor conforme definido na IFRS 13, e utilizado pelo Grupo CP.

Neste nível 2 da hierarquia do justo valor, o Grupo CP inclui instrumentos financeiros não cotados, tais como, derivados. Os modelos de valorização que são utilizados mais frequentemente são modelos de fluxos de caixa descontados e modelos de avaliação de opções que incorporam, por exemplo, as curvas de taxa de juro e volatilidade de mercado.

Para alguns tipos de derivados mais complexos, são utilizados modelos de valorização mais avançados contendo pressupostos e dados que não são diretamente observáveis em mercado. Este constitui o nível 3 da hierarquia do justo valor conforme definido na IFRS 13.

### Imparidade

De acordo com a IAS 36 – Imparidade de ativos, sempre que o valor contabilístico de um ativo excede a sua quantia recuperável, o seu valor é reduzido ao montante recuperável sendo a perda por imparidade reconhecida nos resultados do exercício.

À data de cada período de relato financeiro, é avaliada a imparidade dos ativos, e caso exista evidência objetiva de imparidade, é reconhecida uma perda por imparidade nas demonstrações de resultados.

Para os ativos financeiros que apresentam indicadores de imparidade, é determinado o respetivo valor recuperável, sendo as perdas por imparidade registadas por contrapartida de resultados.

### Inventários

Nas componentes de transporte ferroviário, os inventários de mercadorias e de matérias-primas, subsidiárias e de consumo são registados ao custo de aquisição, adotando-se como método de custeio das saídas o custo médio ponderado. Quando necessário, é reconhecida a imparidade para inventários obsoletos, de lenta rotação e defeituosos, sendo apresentado como dedução ao ativo.

Na manutenção de material ferroviário, os inventários (matérias-primas e subsidiárias, produtos acabados e intermédios e produtos e trabalhos em curso) encontram-se registados ao custo de aquisição (no caso das matérias-primas e subsidiárias) ou ao custo de produção (no caso dos produtos acabados e intermédios e produtos e trabalhos em curso) ou ao valor realizável líquido, dos dois o mais baixo.

O custo de aquisição ou de produção inclui todos os custos de compra, custos de conversão e outros custos incorridos para colocar os inventários no seu local e na sua condição de utilização ou venda. O valor realizável líquido é o preço de venda estimado no decurso normal da atividade deduzido dos respetivos custos de venda, conforme previsto pela IAS 2 – Inventários.

## Relatório e Contas Consolidadas 2021

O valor dos inventários é reduzido para o seu valor realizável líquido, sempre que esses ativos estão escriturados por quantias superiores àquelas que previsivelmente resultariam da sua venda ou uso.

No reconhecimento e mensuração dos inventários relativos a produtos e trabalhos em curso e produto acabados, o Grupo CP tem adicionalmente em consideração o definido na IAS 11 – Contratos de construção, no que respeita aos custos associados a contratos de construção.

### **Matérias-primas, subsidiárias e de consumo**

As matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se mensuradas ao menor entre o seu custo de aquisição e o seu valor realizável líquido. São considerados como custo os valores inerentes à compra, conversão e outros incorridos para colocar os inventários no seu local e na sua condição de utilização ou venda.

As matérias-primas, subsidiárias e de consumo são ajustadas com base na rotação, obsolescência, natureza e vida útil dos bens. A quantia de qualquer ajustamento dos inventários para o valor realizável líquido é reconhecida como gasto do período em que a perda ocorra. Quando as circunstâncias que anteriormente resultavam em ajustamento ao valor dos inventários deixarem de existir, ou quando houver um aumento no valor realizável líquido devido à alteração nas circunstâncias económicas, a quantia dos ajustamentos é revertida, sendo a reversão limitada à quantia do ajustamento original.

O método adotado para o custeio das saídas é o custo médio ponderado.

### **Produtos e trabalhos em curso**

Os inventários de produtos e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao mais baixo de entre o custo de produção (que inclui o custo das matérias incorporadas e da subcontratação de serviços, mão-de-obra direta e gastos gerais de fabrico) e o valor realizável líquido.

É considerado, como valor realizável líquido, o preço de venda estimado no decurso ordinário da atividade empresarial, subtraído dos custos estimados de acabamento e dos custos estimados necessários para efetuar a venda.

### **Produtos acabados**

Esta rubrica regista os produtos transferidos de produtos e trabalhos em curso, após a sua conclusão e encontram-se valorizados ao custo de produção ou ao valor realizável líquido, caso este seja mais baixo.

### **Caixa e equivalentes de caixa**

Esta rubrica inclui a caixa, depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de elevada liquidez e descobertos bancários. Os descobertos bancários são apresentados na demonstração da posição financeira, no passivo corrente, na rubrica de financiamentos obtidos.

## Empréstimos e descobertos bancários

Os empréstimos são inicialmente reconhecidos no passivo pelo valor nominal recebido, líquido de despesas com a emissão, o qual corresponde ao respetivo justo valor nessa data.

Subsequentemente, os empréstimos são mensurados pelo método do custo amortizado. Qualquer diferença entre a componente de passivo e a quantia nominal a pagar, à data de maturidade, é reconhecida como gastos de juro utilizando o método da taxa de juro efetiva.

São classificados em passivo corrente os montantes em dívida dos contratos de financiamento que satisfaçam qualquer um dos seguintes critérios:

- Se espere que sejam liquidados durante o ciclo operacional normal da entidade;
- Estejam detidos essencialmente para a finalidade de ser negociado;
- Devam ser liquidados num período até doze meses após a data da demonstração da posição financeira;
- A entidade não tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos doze meses após a data da demonstração da posição financeira.

Todos os outros empréstimos são classificados como passivo não corrente.

Desta forma, é classificado em passivo não corrente o montante em dívida dos contratos de financiamento cuja exigibilidade estabelecida contratualmente é superior a um ano.

## Ativos não correntes detidos para venda e operações em descontinuação

Os ativos não correntes ou grupos de ativos não correntes detidos para venda (grupos de ativos em conjunto com os respetivos passivos, que incluem pelo menos um ativo não corrente), são classificados como detidos para venda quando o seu custo for recuperado principalmente através de venda, os ativos ou grupos de ativos estão disponíveis para venda imediata e a sua venda é muito provável, de acordo com o preconizado na IFRS 5.

As empresas do Grupo CP também classificam como ativos não correntes detidos para venda os ativos não correntes ou grupos de ativos adquiridos apenas com o objetivo de venda posterior, que estão disponíveis para venda imediata e cuja venda é muito provável.

Imediatamente antes da sua classificação como detidos para venda, a mensuração de todos os ativos não correntes e todos os ativos e passivos incluídos num grupo de ativos para venda, é efetuada de acordo com as normas aplicáveis. Após a sua classificação, estes ativos ou grupos de ativos são mensurados ao menor entre a sua quantia escriturada e o seu justo valor deduzido dos custos de venda.

## Transações em moeda estrangeira

### Moeda Funcional e de apresentação

Os elementos incluídos nas demonstrações financeiras das empresas do Grupo CP são mensurados utilizando a moeda do ambiente económico em que a entidade opera ("a moeda

funcional"). As Demonstrações financeiras são apresentadas em euros, sendo esta a moeda funcional e de apresentação do Grupo CP.

### Transações e saldos

As transações em outras divisas, que não o euro, são convertidas em moeda funcional utilizando as taxas de câmbio em vigor na data da transação.

Em cada data da na demonstração da posição financeira, os ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para euros utilizando as taxas de câmbio vigentes naquela data.

As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transações e as vigentes na data das cobranças/pagamentos ou à data da demonstração da posição financeira, são registadas como rendimentos e gastos na demonstração dos resultados do período.

Ativos e passivos não monetários registados de acordo com o seu justo valor denominado em moeda estrangeira são transpostos para euros utilizando para o efeito a taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor foi determinado.

As taxas de câmbio em vigor, correspondem às divulgadas para a mesma data no site do Banco Portugal (<https://www.bportugal.pt/taxas-cambio>).

## Reconhecimento do rédito

### Transporte de passageiros

As receitas geradas neste segmento de atividade referem-se à prestação de serviços de transporte de passageiros, à venda de bens e outros serviços relacionados com o transporte ferroviário, deduzidos de descontos e deduções ao preço. As receitas são reconhecidas ao seu justo valor.

Os serviços prestados são normalmente concluídos dentro de cada período de relato. Os rendimentos decorrentes da atividade são reconhecidos na demonstração dos resultados, no momento em que o serviço seja prestado o qual se refere à data do início da viagem, e que seja provável que a quantia das receitas e das despesas seja fiavelmente mensurável e que os benefícios económicos associados reverterão para a entidade.

### Manutenção de material circulante

No reconhecimento do rédito deste segmento de atividade é seguido o preconizado na IAS 11 – Contratos de construção, sendo aferido se se encontram satisfeitas as condições necessárias para a consideração de um desfecho de transação fiavelmente estimado, o que permitirá aplicar o método de percentagem de acabamento.

O método de percentagem de acabamento aplicado à prestação de serviços tem em consideração os custos totais estimados, montante que é apurado pela parte operacional, tendo em consideração o trabalho a desenvolver e a experiência passada em trabalhos similares.

Quando as condições necessárias para a consideração de um desfecho de transação fiavelmente estimado não se encontram satisfeitas, é aferido em que medida serão recuperáveis os gastos reconhecidos. Caso não existam indicadores que evidenciem que será provável que os custos incorridos serão recuperados, o rédito não é reconhecido e os custos incorridos são reconhecidos como um gasto.

### Restantes áreas de atividade

O rédito é mensurado pelo justo valor da retribuição recebida ou a receber. O rédito associado com uma prestação de serviços é reconhecido com referência à fase de acabamento da transação à data da demonstração da posição financeira quando o desfecho de uma transação possa ser fiavelmente estimado. O desfecho de uma transação pode ser fiavelmente estimado quando todas as condições seguintes forem satisfeitas:

- Quantia de rédito possa ser fiavelmente mensurada;
- Seja provável que os benefícios económicos associados à transação fluam para a entidade;
- A fase de acabamento da transação à data da demonstração da posição financeira possa ser fiavelmente mensurada;
- Os custos incorridos com a transação e os custos para concluir a transação possam ser fiavelmente mensurados.

O rédito compreende os montantes faturados na venda de produtos ou prestações de serviços líquidos de impostos sobre o valor acrescentado, abatimentos e descontos. Quando o influxo de dinheiro ou equivalentes de dinheiro for diferido, o justo valor da retribuição pode ser menor que a quantia nominal. Esta diferença é reconhecida como rédito de juros.

### Reconhecimento de Gastos e Rendimentos

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o pressuposto subjacente do regime de acréscimo (periodização económica).

As demonstrações financeiras preparadas informam não somente das transações passadas envolvendo o pagamento e o recebimento de caixa, mas também das obrigações de pagamento de futuro e de recursos que representem caixa a ser recebida no futuro.

A especialização dos exercícios é efetuada através da utilização da rubrica de outras contas a receber e a pagar e da rubrica de diferimentos.

### Provisões

As provisões são reconhecidas quando:

- (i) existe obrigação presente, legal ou construtiva, proveniente de um acontecimento passado;
- (ii) seja provável uma saída de recursos para liquidar a obrigação e
- (iii) possa ser feita uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

O valor provisionado é o valor considerado necessário para fazer face a perdas económicas estimadas. Quando o efeito temporal do dinheiro for material, a quantia de provisão é apresentada pelo valor presente dos dispêndios que se espera que sejam necessários para liquidar a obrigação.

### **Juros e Rendimentos similares obtidos e Juros e Gastos similares suportados**

Os juros são reconhecidos de acordo com o princípio da especialização dos exercícios. Os dividendos a receber são reconhecidos na data em que se estabelece o direito ao seu recebimento.

Sendo reconhecidos em gastos e perdas do período, o seu reconhecimento é efetuado de acordo com o regime de acréscimo e de acordo com a taxa de juro efetiva aplicável.

### **Imposto sobre lucros**

A CP é a sociedade dominante de um grupo de empresas, tributado de acordo com o Regime Especial de Tributação dos Grupos de Sociedades, previsto no artigo 69º do Código do IRC, que integra, para além da própria CP, as filiais SAROS-Sociedade de Mediação de Seguros, Lda. e, desde o exercício de 2014, a Fernave - Formação Técnica, Psicologia Aplicada e Consultoria em Transportes e Portos, S.A. e a Ecosaúde - Educação, Investigação e Consultoria em Trabalho, Saúde e Ambiente, S.A

O Grupo CP não contabiliza ativos por impostos diferidos relacionados com o reporte de prejuízos fiscais e imparidades e provisões temporárias não aceites fiscalmente, por considerar que não existem expectativas de que o referido grupo de sociedades, abrangido pelo regime especial de tributação, venha a obter lucros tributáveis futuros que permitam a utilização dos prejuízos fiscais acumulados do Grupo CP.

Da mesma forma, não foram contabilizados passivos por impostos diferidos relacionados com ativos fixos tangíveis reavaliados (material circulante) em períodos anteriores, por se entender não ser expectável que a forma de financiamento do serviço público de transporte e as condições económicas venham a alterar-se significativamente de forma que origine matéria coletável suficiente para gerar coleta e consequentemente dê lugar a pagamento de impostos sobre o rendimento.

O resultado contabilístico foi ajustado de modo a refletir o IRC estimado a pagar referente a tributação autónoma, derrama estadual e derrama municipal.

### **Ativos e passivos contingentes**

#### **Ativos contingentes**

Um ativo contingente é um possível ativo proveniente de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não ocorrência, de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob o controlo da entidade.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, mas divulgados nas notas anexas às demonstrações financeiras quando é provável um influxo de benefícios económicos.

### Passivos contingentes

Um passivo contingente surge quando exista:

- Uma possível obrigação proveniente de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não ocorrência, de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob o controlo da entidade; ou
- Uma obrigação presente de acontecimentos passados, mas que não é reconhecida porque
  - (i) não é provável que um exfluxo de recursos, que incorporem benefícios económicos, será necessário para liquidar a obrigação; ou
  - (ii) a quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo os mesmos divulgados nas notas anexas às respetivas demonstrações, a menos que a possibilidade de um exfluxo de recursos que incorporem benefícios económicos futuros seja remota.

### Acontecimentos Subsequentes

As demonstrações financeiras apresentadas refletem os eventos subsequentes ocorridos até 12 de maio de 2022, data em que foram aprovadas pelo Órgão de Gestão, conforme referido na nota 2.

Os eventos ocorridos após a data da demonstração da posição financeira sobre condições que existiam à data da demonstração da posição financeira são considerados na preparação das demonstrações financeiras. Os acontecimentos materiais após a data da demonstração da posição financeira que não dão lugar a ajustamentos são divulgados na nota 46.

### Juizados de Valor

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com as IFRS requer que os gestores exerçam o seu julgamento no processo de aplicação das políticas contabilísticas.

O juízo de valor que foi efetuado no processo de aplicação das políticas contabilísticas e que possam ter maior impacto nas quantias reconhecidas nas demonstrações financeiras são os seguintes:

- Provisões - as provisões constituídas são registadas pela melhor estimativa do dispêndio exigido para liquidar a obrigação presente à data da demonstração da posição financeira;
- Recuperabilidade de saldos devedores de clientes e outros devedores - as perdas por imparidade relativas a saldos devedores de clientes e outros devedores, são baseadas na avaliação da probabilidade de recuperação dos saldos das contas a receber, antiguidade de saldos, anulação de dívidas e outros fatores considerados relevantes. Existem determinadas circunstâncias e factos que podem alterar a estimativa das perdas por imparidade dos saldos das contas a receber face aos pressupostos considerados. Estas alterações podem resultar da conjuntura económica, das tendências setoriais, da deterioração da situação creditícia dos

principais clientes e de incumprimentos significativos. Este processo de avaliação está sujeito a diversas estimativas e julgamentos. As alterações destas estimativas podem implicar a determinação de diferentes níveis de imparidade e, conseqüentemente, diferentes impactos nos resultados;

- Reconhecimento do réditio - no reconhecimento do réditio afere-se se se encontram satisfeitas as condições necessárias para a consideração de um desfecho de transação fiavelmente estimado, que permita aplicar o método de percentagem de acabamento. O método de percentagem de acabamento aplicado à prestação de serviços tem em consideração os custos totais estimados, montante que é apurado pela parte operacional, tendo em consideração o trabalho a desenvolver e a experiência passada em trabalhos similares. Quando as condições necessárias para a consideração de um desfecho de transação fiavelmente estimado não se encontram satisfeitas, afere-se em que medida serão recuperáveis os gastos reconhecidos. Caso não existam indicadores que evidenciem que será provável que os custos incorridos serão recuperados, o réditio não é reconhecido e os custos incorridos são reconhecidos como um gasto;
- Perdas por imparidade - na determinação das perdas por imparidade de ativos, aplicam-se diferentes critérios dependendo do estado, antiguidade e natureza/objetivo dos mesmos, considerando que tais critérios refletem a perda de valor;
- Impostos sobre os lucros - existem diversas transações e cálculos para os quais a determinação do valor final do imposto a pagar é incerto durante o ciclo normal dos negócios. Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente dos impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no período. Em Portugal, as Autoridades Fiscais têm a atribuição de rever o cálculo da matéria coletável efetuado, durante um período de quatro anos, no caso de haver prejuízos fiscais reportáveis. Desta forma, é possível que ocorram correções à matéria coletável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, é convicção, de que não haverá correções significativas aos impostos sobre os lucros registados nas demonstrações financeiras.

### Principais pressupostos relativos ao futuro

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no princípio da continuidade das operações.

O Conselho de Administração entende adequado a preparação das demonstrações financeiras numa base de continuidade considerando os fatores adiante descritos:

- A situação operacional da CP e das empresas do Grupo apresenta sustentabilidade, o que indicia que existem fatores que asseguram a sua continuidade;
- A assinatura do contrato de serviço público de transporte ferroviário de passageiros, celebrado com o Estado Português, em 28 de novembro de 2019;
- O Estado tem garantido todo o seu apoio, nomeadamente no que respeita ao suporte necessário ao financiamento da CP, com vista a assegurar o serviço da dívida e necessidades de exploração e investimento;
- Acresce ainda mencionar a importância do serviço que hoje o Grupo CP presta à economia portuguesa, nomeadamente no que respeita ao transporte de passageiros, como fator de importância vital para o funcionamento da atividade económica, reforçando a necessidade de o Estado assegurar, em eventuais situações adversas, o apoio necessário à continuidade do Grupo CP.

## Principais fontes de incerteza das estimativas

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com as IFRS requer o uso de algumas estimativas contabilísticas importantes.

As estimativas são baseadas no melhor conhecimento existente em cada momento e nas ações que se planeiam realizar, sendo permanentemente revistas com base na informação disponível. Alterações nos factos e circunstâncias podem conduzir à revisão das estimativas, pelo que os resultados reais futuros poderão diferir daquelas estimativas.

As principais fontes de incerteza das estimativas à data da demonstração da posição financeira, que têm um risco significativo de provocar um ajustamento material nas quantias escrituradas de ativos e passivos durante o período contabilístico seguinte são:

### Vida útil de ativos fixos tangíveis

A vida útil de um ativo é definida em termos da utilidade esperada do ativo para a entidade. A política de gestão de ativos pode envolver a alienação de ativos após um período especificado ou após consumo de uma proporção especificada dos futuros benefícios económicos incorporados no ativo. Por isso, a vida útil de um ativo pode ser mais curta do que a sua vida económica. A estimativa da vida útil do ativo é uma questão de juízo de valor baseado na experiência da entidade com ativos semelhantes.

### Cobranças duvidosas

As perdas por imparidade relativas a créditos de cobrança duvidosa são baseadas na avaliação efetuada da probabilidade de recuperação dos saldos das contas a receber, antiguidade de saldos, anulação de dívidas e outros fatores. Existem determinadas circunstâncias e factos que podem alterar a estimativa das perdas por imparidade dos saldos das contas a receber face aos pressupostos considerados, incluindo alterações da conjuntura económica, das tendências setoriais, da deterioração da situação creditícia dos principais clientes e de incumprimentos significativos. Este processo de avaliação está sujeito a diversas estimativas e julgamentos. As alterações destas estimativas podem implicar a determinação de diferentes níveis de imparidade e, conseqüentemente, diferentes impactos nos resultados.

### Provisões

As provisões correspondem a passivos de montante ou de ocorrência temporal incerta. As empresas do Grupo CP, tendo em consideração o princípio da prudência, têm constituído provisões sempre que existe uma obrigação presente (legal ou construtiva), proveniente de um acontecimento passado, em que seja provável uma saída de recursos para liquidar a obrigação e se possa efetuar uma estimativa fiável da mesma. No que respeita nomeadamente à constituição de provisões para processos judiciais, estas requerem o uso de julgamento, tendo por base as últimas informações conhecidas na data de elaboração das demonstrações financeiras, nomeadamente no que respeita à probabilidade de perda do processo judicial e do valor estimado dessa perda. As alterações destas estimativas podem implicar impactos nos resultados.

### **Imparidades**

A definição e aplicação de critérios para determinação das imparidades de ativos procura garantir a proximidade do valor do ativo ao seu valor realizável. Sem prejuízo, as imparidades determinadas pela aplicação destes critérios podem vir a divergir das que venham a ser efetivamente apuradas no fim da vida útil do ativo. De salientar, em especial, a complexidade dos critérios de determinação das imparidades de inventários, tendo em consideração a sua diversidade, e o longo período durante o qual os mesmos podem ser usados, especificamente no caso dos inventários detidos pelo Grupo para aplicação no material circulante no âmbito da sua manutenção/reparação.

As perdas por imparidades de inventários relativos a matérias-primas, subsidiárias e de consumo e as relativas a produtos acabados e intermédios têm origem essencialmente na área de transporte de passageiros e na manutenção e reparação de material circulante.

Para o cálculo da imparidade dos inventários, o Grupo avalia semestralmente a necessidade de reconhecimento de imparidades no que respeita aos seus inventários.

Sumarizam-se, de seguida, os critérios aplicados para determinação das imparidades de inventários, sem prejuízo de as imparidades determinadas pela aplicação destes critérios poderem vir a divergir das que venham a ser efetivamente apuradas no fim da vida útil do ativo:

#### **Materiais com aplicação em material circulante**

Para as peças utilizadas em reparações de material circulante da CP, e atendendo à durabilidade das mesmas, a imparidade é calculada em função da vida útil comercial residual estimada das séries de material a que estão associadas, o que permite a identificação dos materiais efetivamente obsoletos e sem aplicação.

#### **Materiais com aplicação em material circulante de clientes externos**

O cálculo da imparidade destas peças de armazém é, de um modo geral, função do número de anos remanescentes até ao término dos respetivos contratos. No caso de os inventários serem também utilizáveis em séries de material circulante CP aplicam-se-lhe os critérios de determinação de imparidade aplicados a estas.

#### **Peças reparáveis "rotáveis"**

Estes materiais respeitam a peças retiradas do material circulante para reparação e posterior aplicação em séries ativas. Nestas circunstâncias, a imparidade é determinada em função da vida útil comercial residual estimada mais longa entre as diversas séries de material circulante onde as mesmas podem ser aplicadas e/ou da série onde as peças poderão ter maior aplicação.

### Restantes materiais

Para efeitos de determinação da imparidade, para os restantes materiais diversos, aplica-se o critério da não rotatividade há mais de 5 anos, para identificação dos materiais obsoletos e sem aplicação.

Caso estes materiais sem rotatividade voltem a ter movimento a imparidade apenas é revertida no caso de o valor líquido do material ser negativo e até ao limite estritamente necessário para que o deixe de ser.

No que respeita a imparidades de inventários com aplicação em material circulante (séries Grupo CP ou dos seus clientes), para além da imparidade imputada em função da vida útil residual remanescente, considera-se uma imparidade adicional de 25% para os inventários que não tiverem movimento há mais de 10 anos, com um crescimento adicional de 5% por cada ano sem movimento, e atingindo o valor máximo de 75%, no caso de não terem movimento há mais de 20 anos. A definição do período de 10 anos para início da imputação desta imparidade adicional resulta do facto de ser expectável que, em 10 anos, o material tenha um ciclo completo de intervenções, sendo expectável que ocorram consumos dos diferentes materiais nesse período de tempo.

### Ativos não correntes detidos para venda

Os ativos não correntes detidos para venda devem ser reconhecidos pelo menor valor entre o seu valor contabilístico líquido e o seu justo valor, deduzido dos custos para vender, de acordo com a IFRS. Na determinação do justo valor, nomeadamente no que respeita a material circulante, e tendo em consideração a ausência de mercado ativo, é considerado pelo Grupo CP, como referência, o valor de transações recentes com material semelhante, ajustando esse valor às características técnicas do material e à procura existente. Com base no valor estimado de venda é determinada a existência e montante da imparidade a reconhecer, sendo que o verdadeiro impacto só será conhecido no momento da venda efetiva dos ativos, o que pode implicar variações com algum significado nos resultados.

## Alterações às normas que se tornaram efetivas em 1 de janeiro de 2021

De seguida identificam-se as alterações às normas que se tornaram efetivas em 1 de janeiro de 2021 avaliando-se a existência de possível impacto no Grupo CP:

### IAS 16 – “Bonificação de rendas relacionadas com a COVID-19”

As alterações introduzidas permitem isentar os locatários de avaliar se as bonificações atribuídas pelos locadores no âmbito do COVID-19, se qualificam como modificações às locações. Os locatários que optem pela aplicação desta isenção, e desde que cumpram as condições aplicáveis, contabilizam a alteração aos pagamentos das rendas, como rendas variáveis de locação no(s) período(s) no(s) qual(ais) o evento ou condição que leva a redução de pagamento ocorre. Esta alteração é aplicada retrospectivamente com os impactos refletidos como um ajustamento nos resultados transitados (ou outra rubrica de capital próprio) no início do período do relato anual em que o locatário aplica a alteração pela primeira vez.

Não se registaram impactos decorrentes desta alteração no Grupo CP.

### IFRS4 – “Contratos de seguro – diferimento da aplicação da IFRS 9”

Esta alteração refere-se as consequências contabilísticas temporárias que resultam da diferença entre a data de entrada em vigor da IFRS9-Instrumentos Financeiros e a futura entrada em vigor da IFRS17-Contratos de Seguros, possibilitando o alinhamento das datas de ambas as normas. Esta alteração apenas se aplica a entidades seguradoras.

Não se registaram impactos decorrentes desta alteração no Grupo CP.

### IFRS 9, IAS 39 e IFRS 7 – “Reforma das taxas de juro de referência – fase 2”

Esta alteração corresponde à segunda fase do projeto de “Reforma das taxas de juro de referência” (exemplos: Euribor e Libor) que surgiu no seguimento da crise financeira. Nesta fase, tratam-se de questões que surgem na contabilização de instrumentos financeiros indexados a essas taxas, devido a substituição de uma taxa de juro de referencia, por outra alternativa, e preveem a aplicação de isenções dependendo de diversos fatores associados a cobertura dos instrumentos financeiros.

Não se registaram impactos decorrentes desta alteração no Grupo CP.

## Fluxo de Caixa (nota 4)

A demonstração dos fluxos de caixa é preparada segundo o método direto, através do qual são divulgados os recebimentos e pagamentos de caixa em atividades operacionais, de investimento e de financiamento.

O Grupo classifica os juros e dividendos pagos como atividades de financiamento e os juros e os dividendos recebidos como atividades de investimento.

A 31 de dezembro de 2021 todos os saldos de caixa e seus equivalentes encontram-se disponíveis para uso.

## Rubrica de Caixa e depósitos bancários

A rubrica de caixa e depósitos bancários é constituída pelos seguintes saldos:

Descrição	(valores em euros)	
	31-dez-21	31-dez-20
Caixa	391 661	372 555
Depósitos bancários	17 741 170	33 763 741
<b>Sub total</b>	<b>18 132 831</b>	<b>34 136 296</b>
Descobertos bancários (a)	-	( 250 817)
<b>Total</b>	<b>18 132 831</b>	<b>33 885 479</b>

(a) o valor dos descobertos bancários encontra-se registado em financiamentos obtidos

## Políticas Contabilísticas, Alterações nas Estimativas Contabilísticas e Erros (nota 5)

Não existem alterações a reportar de políticas contabilísticas e estimativas ou erros com impactos materiais nas demonstrações financeiras do Grupo.

## Ativos Fixos Tangíveis (nota 6)

No final do ano 2021 o Grupo CP apresentava um ativo fixo tangível organizado por classes de imobilizado, conforme quadro seguinte:

Descrição	(valores em euros)	
	31-dez-21	31-dez-20
Valor Bruto:		
Terrenos e recursos naturais	20 533 661	20 617 518
Edifícios e outras construções	98 134 592	97 217 752
Equipamento básico	1 504 302 863	1 480 998 491
Equipamento de transporte	3 245 350	3 079 461
Equipamento administrativo	27 841 055	27 749 059
Outros ativos fixos tangíveis	44 214 113	63 258 794
Investimentos em curso	17 147 051	7 696 160
Adiantamentos por conta de investimentos	5 279 520	313 973
<b>Sub-total</b>	<b>1 720 698 205</b>	<b>1 700 931 208</b>
Depreciação acumulada e imparidade:		
Depreciação do período	56 333 170	59 164 535
Depreciação acumulada de períodos anteriores	<b>1 288 163 005</b>	<b>1 195 639 445</b>
Depreciação acumulada dos bens abatidos e transferidos no período	(9 816 323)	33 359 025
Perdas por imparidade do período	<b>( 814 485)</b>	<b>( 548 477)</b>
Perdas por imparidade de períodos anteriores	3 631 107	4 179 584
<b>Sub-total</b>	<b>1 337 496 474</b>	<b>1 291 794 112</b>
<b>Valor líquido contabilístico</b>	<b>383 201 731</b>	<b>409 137 096</b>

Os movimentos na rubrica de ativos fixos tangíveis durante o ano 2021 são resumidos no quadro seguinte:

(valores em euros)

Descrição	Saldo Inicial	Adições	Alienações	Ativos classificados	Abates	Transferências	Outras regularizações	Saldo final
Valor bruto:								
Terenos e recursos naturais	20 617 518	-	-	-	( 83 857)	-	-	20 533 661
Edifícios e outras construções	97 217 752	-	-	-	-	916 840	-	98 134 592
Equipamento básico	1480 998 491	602 569	-	8 636 161	(137 719)	13 261 810	941 551	1504 302 863
Equipamento de transporte	3 079 461	182 088	-	-	(16 199)	-	-	3 245 350
Equipamento administrativo	27 749 059	226 004	-	-	(344 726)	210 718	-	27 841 055
Outros ativos fixos tangíveis	63 258 794	105 696	-	-	(17 415 559)	( 673 505)	(1 061 313)	44 214 113
Investimentos em curso	7 696 160	23 192 274	-	-	( 7 750)	(13 715 863)	(17 770)	17 147 051
Adiantamentos por conta de investimentos	313 973	4 965 547	-	-	-	-	-	5 279 520
	<b>1 700 931 208</b>	<b>29 274 178</b>	-	<b>8 636 161</b>	<b>( 18 005 810)</b>	-	<b>( 137 532)</b>	<b>1 720 698 205</b>
Depreciação acumulada e imparidade:								
Edifícios e outras construções	51 860 558	2 780 296	-	-	-	-	-	54 640 854
Equipamento básico	1155 267 773	50 017 076	-	6 821 784	(137 719)	58 311	536 053	1212 563 278
Equipamento de transporte	2 974 456	34 945	-	-	(16 198)	-	-	2 993 203
Equipamento administrativo	25 367 858	1 421 015	-	-	(344 652)	( 58 311)	-	26 385 910
Outros ativos fixos tangíveis	52 692 361	2 079 838	-	-	(16 019 775)	-	( 655 816)	38 096 608
Ativ. Fix. Tang.-Perdas Impar. Acum. -Equipam. Básico	3 631 106	( 814 485)	-	-	-	-	-	2 816 621
	<b>1 291 794 112</b>	<b>55 518 695</b>	-	<b>6 821 784</b>	<b>( 16 518 344)</b>	-	<b>( 119 763)</b>	<b>1 337 496 474</b>
<b>Total</b>	<b>4 09 137 096</b>							<b>383 201 731</b>

## Relatório e Contas Consolidadas 2021

Os ativos fixos tangíveis do Grupo CP são mensurados ao custo, sendo depreciados linearmente, de acordo com vidas úteis especificadas na nota 3.

Os investimentos mais significativos realizados no ano de 2021, respeitam essencialmente a grandes reparações periódicas de material circulante do tipo R2 que cumprem os critérios de reconhecimento como ativo fixo tangível.

De salientar também a recuperação de material circulante que se encontrava classificado como detido para venda e que por estar em condições de voltar ao serviço comercial, foi transferido para ativos fixos tangíveis, num valor de cerca de 1,8 milhões de euros.

As depreciações acumuladas referidas na coluna adições respeitam à depreciação dos ativos, de acordo com a sua vida útil, destacando-se pelo seu contributo, as depreciações do material circulante.

A reversão das perdas de imparidade registadas no período decorre do ajustamento do valor contabilístico ao valor recuperável.

Relativamente aos compromissos contratuais para aquisição de ativos fixos tangíveis, considera-se relevante mencionar, pela sua materialidade, o contrato celebrado com a Stadler para a aquisição de 12 unidades automotoras bimodo e de 10 unidades automotoras elétricas, e respetivas peças de parque e ferramentas especiais. O montante global da aquisição é de 158.140.672,02 euros, a que acresce o IVA à taxa legal em vigor, sendo que o n.º 4 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 98/2021 determina os encargos anuais máximos resultantes da aquisição, para o período de 2021 a 2028. No n.º 5 da referida Resolução é ainda estabelecido que o montante fixado para cada ano pode ser acrescido do saldo apurado no ano anterior.

A 31 de dezembro de 2021 os seguintes ativos fixos tangíveis estavam dados como garantia de empréstimos obtidos pelo Grupo CP junto da Eurofima:

<b>Descrição</b>	<b>(valores em euros)</b>
	<b>V.contabilístico</b>
Automotoras	95 125 587
<b>Total</b>	<b>95 125 587</b>

## Ativos intangíveis (nota 7)

Os ativos intangíveis do Grupo CP respeitam essencialmente à implementação de sistemas informáticos não havendo nenhuma situação em que o ativo tenha sido desenvolvido internamente, conforme quadro seguinte:

	(valores em euros)	
Descrição	31-dez-21	31-dez-20
Valor Bruto:		
Despesas de investigação e desenvolvimento	65 542	42 723
Programas de computador	159 670	517 792
Ativos intangíveis em curso	-	2 436
<b>Sub-total</b>	<b>225 212</b>	<b>562 951</b>
Amortização acumulada e imparidade:		
Amortização do período	105 834	84 960
Amortização acumulada de períodos anteriores	421 378	336 418
Amortização acumulada dos bens abatidos no período	( 371 077)	-
Perdas por imparidade do período	-	-
Perdas por imparidade de períodos anteriores	-	-
<b>Sub-total</b>	<b>156 135</b>	<b>421 378</b>
<b>Valor líquido contabilístico</b>	<b>69 077</b>	<b>141 573</b>

Para efeitos de amortização é considerada, por norma, uma vida útil de 3 anos para estes ativos. Esta estimativa é, no entanto, revista anualmente em função da utilização esperada do ativo. Os ativos intangíveis são mensurados ao custo e amortizados pelo método das quotas constantes num regime de duodécimos a partir da data de entrada em produção do ativo.

A variação da rubrica de ativos intangíveis durante o ano 2021 é analisada como segue:

	(valores em euros)						
Descrição	Saldo inicial	Adições	Alienações	Ativos detidos para venda	Abates	Transf.	Saldo final
Valor bruto:							
Despesas de investigação e desenvolvimento	42 723	31 860	-	-	( 26 353)	17 312	65 542
Programas de computador	517 792	-	-	-	( 375 892)	17 770	159 670
Ativos intangíveis em curso	2 436	14 876	-	-	-	( 17 312)	-
	<b>562 951</b>	<b>46 736</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>( 402 245)</b>	<b>17 770</b>	<b>225 212</b>
Amortização acumulada e imparidade:							
Amortização do período	84 960	105 834	-	-	( 371 077)	-	( 180 283)
Amortização acumulada de períodos anteriores	336 418	-	-	-	-	-	336 418
	<b>421 378</b>	<b>105 834</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>( 371 077)</b>	<b>-</b>	<b>156 135</b>
<b>Total</b>	<b>141 573</b>						<b>69 077</b>

A redução do ativo intangível em 2021, diz respeito essencialmente a abate de ativo parcialmente amortizado, por substituição do programa informático em uso.

## Direitos de uso de ativos (nota 8)

No final do ano 2021 o Grupo CP apresentava os seguintes direitos de uso que cumpriram todos os requisitos enumerados na IFRS 16:

Descrição	(valores em euros)	
	31-dez-21	31-dez-20
Valor Bruto:		
Direito de Uso (Locações Financeiras - IFRS16)	14 653 677	14 568 074
<b>Sub-total</b>	<b>14 653 677</b>	<b>14 568 074</b>
Amortização acumulada e imparidade:		
Amortização do período	1 685 605	1 685 605
Amortização acumulada de períodos anteriores	3 356 339	1 670 734
<b>Sub-total</b>	<b>5 041 944</b>	<b>3 356 339</b>
<b>Valor líquido contabilístico</b>	<b>9 611 733</b>	<b>11 211 735</b>

Assim como as respetivas responsabilidades que resultam das locações financeiras:

Descrição	(valores em euros)	
	31-dez-21	31-dez-20
Não corrente		
Responsabilidades por locações financeiras	8 137 937	9 763 374
Corrente		
Responsabilidades por locações financeiras	1 571 058	1 560 332
<b>Total</b>	<b>9 708 995</b>	<b>11 323 706</b>

Estes direitos de uso respeitam fundamentalmente a edifícios e material circulante.

## Participações Financeiras - Método de Equivalência Patrimonial (nota 9)

O detalhe das participações financeiras em que se aplica o método da equivalência patrimonial é apresentado no quadro seguinte:

Descrição	Tipo	(valores em euros)					
		31-dez-21			31-dez-20		
		Valor bruto	Imparidade	Valor líquido	Valor bruto	Imparidade	Valor líquido
SIMEF A.C.E.	Investimento	475 189	-	475 189	419 904	-	419 904
NOMAD TECH, LDA.	Investimento	1 248 628	-	1 248 628	1 068 952	-	1 068 952
OTLIS, ACE	Investimento	-	-	-	342 236	-	342 236
TIP, ACE	Investimento	1 522 355	-	1 522 355	1 359 611	-	1 359 611
<b>Total</b>		<b>3 246 172</b>	<b>-</b>	<b>3 246 172</b>	<b>3 190 703</b>	<b>-</b>	<b>3 190 703</b>

Em 2021 foram realizados os seguintes movimentos nestas participações financeiras, conforme quadro seguinte:

(valores em euros)						
	Saldo inicial	Adições	Alienações	MEP	Outras alterações	Saldo final
Valor bruto						
SIMEF A.C.E.	419 904	-	-	475 043	( 419 758)	475 189
NOMAD TECH, LDA.	1 068 952	-	-	179 676	-	1 248 628
OTLIS A.C.E.	342 236	-	-	-	( 342 236)	-
TIP, ACE	1 359 611	-	-	162 744	-	1 522 355
<b>Sub-total</b>	<b>3 190 703</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>817 463</b>	<b>( 761 994)</b>	<b>3 246 172</b>
Imparidade	-	-	-	-	-	-
<b>Sub-total</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Total</b>	<b>3 190 703</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>817 463</b>	<b>( 761 994)</b>	<b>3 246 172</b>

Como é possível verificar pela análise do quadro apresentado, o acréscimo da rubrica de participações financeiras, deve-se essencialmente à integração dos resultados positivos da totalidade das empresas do grupo. Em 2021, de referir ainda a concretização da liquidação da participação na Otlis por acordo de transferência de património global formalizado entre os Membros da Otlis e os Transportes Metropolitanos de Lisboa (TML).

A informação financeira resumida referente às empresas participadas (a aguardar aprovação em Assembleia Geral) apresenta-se como segue:

(valores em euros)							
Nome da associada	% de participação	Data de referência	Ativos	Passivos	Capital Próprio	Rendimentos	Resultado líquido
SIMEF, ACE	51	31-dez-21	9 677 717	8 745 972	931 745	13 084 201	931 745
Nomad Tech, Lda.	35	31-dez-21	5 859 571	2 292 064	3 567 507	2 252 326	( 358 763)
TIP, ACE	33	31-dez-21	20 352 729	15 785 664	4 567 065	4 837 606	9 130

\* Este montante refere-se ao Resultado Líquido do período compreendido entre 01/07/2021 e 31/12/2021. Conforme já referido anteriormente, a Nomad Tech encerra o seu exercício a 30 de junho de cada ano.

## Outros Investimentos Financeiros (nota 10)

O Grupo CP detém pequenas participações em diferentes empresas que se encontram reconhecidas ao custo menos perdas de imparidade, dado o valor destas participações não ser publicamente negociado e não ser possível obter de forma fiável o seu justo valor.

À data de cada período de relato financeiro, é avaliada a possibilidade de existência de imparidade destes ativos financeiros, reconhecendo-se uma perda por imparidade na demonstração dos resultados se existir uma evidência objetiva dessa imparidade.

O detalhe desta rubrica é apresentado no quadro seguinte:

## Relatório e Contas Consolidadas 2021

(valores em euros)

Descrição	Método	31-dez-21			31-dez-20		
		Valor bruto	Imparidade	Valor líquido	Valor bruto	Imparidade	Valor líquido
CP Carga, SA	Custo de aquisição	80 000	( 80 000)	-	80 000	( 80 000)	-
MLM, SA	Custo de aquisição	12 721	( 12 721)	-	12 721	( 12 721)	-
METRO DO PORTO, SA	Custo de aquisição	249 399	( 249 399)	-	249 399	( 249 399)	-
METRO-MONDEGO, SA	Custo de aquisição	3 595	-	3 595	3 595	-	3 595
ICF	Custo de aquisição	382 269	( 382 269)	-	382 269	( 382 269)	-
EUROFIMA	Custo de aquisição	27 760 679	-	27 760 679	27 760 679	-	27 760 679
BCC	Custo de aquisição	1 460	-	1 460	1 460	-	1 460
INEGI	Custo de aquisição	2 500	( 2 500)	-	2 500	( 2 500)	-
Centro de Competências Ferroviário	Custo de aquisição	2 000 000	(2 000 000)	-	-	-	-
TRANSCOM, S.A.	Custo de aquisição	388 280	( 123 752)	264 528	388 280	( 163 083)	225 197
Fundo Comp. Trabalho	Custo de aquisição	207 662	-	207 662	137 814	-	137 814
FUNDAÇÃO MUSEU NAC. FERROVIÁRIO	Custo de aquisição	-	-	-	31 944	( 31 944)	-
		<b>31 088 565</b>	<b>(2 850 641)</b>	<b>28 237 924</b>	<b>29 050 661</b>	<b>( 921 916)</b>	<b>28 128 745</b>

A Eurofima é uma organização supranacional, sob a forma societária, que é constituída pelas empresas públicas de transporte ferroviário. A Eurofima foi constituída em 20 de novembro de 1956, em resultado de um tratado ("Convenção") entre os vários estados-membros Europeus signatários. Os estatutos da Eurofima determinavam que a "Convenção" teria uma duração de 50 anos após a constituição. Contudo, na assembleia geral extraordinária, de 1 de fevereiro de 1984, foi aprovado por todos os Estados membros a extensão do período da Convenção por mais 50 anos, isto é, até 2056.

O valor registado na participação da Eurofima corresponde a subscrição de 52 mil Francos Suíços à data da subscrição inicial do capital e dos aumentos de capital subsequentes. A CP, bem como os demais acionistas da Eurofima, apenas realizou 20% daquele valor, encontrando-se os restantes 41,6 mil Francos Suíços por realizar. Os acionistas podem ser chamados a realizar a qualquer momento e incondicionalmente o valor que se encontra por realizar.

O movimento destas participações financeiras em 2021 é analisado no quadro seguinte:

(valores em euros)

	Saldo inicial	Adições	Alienações	Justo valor	Outras alterações	Saldo final
<b>Valor bruto</b>						
CP Carga, SA	80 000	-	-	-	-	80 000
MLM, SA	12 721	-	-	-	-	12 721
METRO DO PORTO, SA	249 399	-	-	-	-	249 399
METRO-MONDEGO, SA	3 595	-	-	-	-	3 595
ICF	382 269	-	-	-	-	382 269
EUROFIMA	27 760 679	-	-	-	-	27 760 679
BCC	1 460	-	-	-	-	1 460
INEGI	2 500	-	-	-	-	2 500
Centro de Competências Ferroviário	-	2 000 000	-	-	-	2 000 000
TRANSCOM, S.A.	388 280	-	-	-	-	388 280
Fundo Comp. Trabalho	137 814	66 883	-	2 965	-	207 662
FUNDAÇÃO MUSEU NAC. FERROVIÁRIO	31 944	-	-	-	( 31 944)	-
	<b>29 050 661</b>	<b>2 066 883</b>	<b>-</b>	<b>2 965</b>	<b>( 31 944)</b>	<b>31 088 565</b>
<b>Imparidade</b>						
CP Carga, SA	( 80 000)	-	-	-	-	( 80 000)
MLM, SA	( 12 721)	-	-	-	-	( 12 721)
METRO DO PORTO, SA	( 249 399)	-	-	-	-	( 249 399)
ICF	( 382 269)	-	-	-	-	( 382 269)
INEGI	( 2 500)	-	-	-	-	( 2 500)
Centro de Competências Ferroviário	-	(2 000 000)	-	-	-	(2 000 000)
TRANSCOM, S.A.	( 163 083)	-	-	-	39 331	( 123 752)
FUNDAÇÃO MUSEU NAC. FERROVIÁRIO	( 31 944)	-	-	-	31 944	-
	<b>( 921 916)</b>	<b>( 2 000 000)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>71 275</b>	<b>( 2 850 641)</b>
<b>Total</b>	<b>28 128 745</b>	<b>66 883</b>	<b>-</b>	<b>2 965</b>	<b>39 331</b>	<b>28 237 924</b>

A principal alteração nesta rubrica no decorrer do ano de 2021, diz respeito à participação na nova entidade Centro de Competências Ferroviário. Os restantes movimentos são representativos dos descontos impostos por lei para o fundo de compensação do trabalho, e respetiva valorização, por via dos novos contratos de trabalho celebrados.

## Impostos Sobre o Rendimento (nota 11)

A CP é a sociedade dominante de um grupo de empresas, tributado de acordo com o Regime Especial de Tributação dos Grupos de Sociedades, previsto no artigo 69º do Código do IRC, que integra, para além da própria CP, as filiais SAROS-Sociedade de Mediação de Seguros, Lda., a Fernave - Formação Técnica, Psicologia Aplicada e Consultadoria em Transportes e Portos, S.A. e a Ecosaúde - Educação Investigação e Consultoria em Trabalho, Saúde e Ambiente, S.A.

Apesar de, em 2019, ter sido celebrado o contrato de serviço público, que altera significativamente a forma de financiamento do serviço público de transporte, e o mesmo ter sido aprovado pelo Tribunal de Contas no decorrer do ano de 2020, tendo a CP durante os anos de 2020 e 2021 recebido as compensações que lhe eram devidas ao abrigo deste contrato, por força do impacto da pandemia (COVID-19) nas contas da Empresa, não se vislumbra que num futuro próximo o Grupo CP venha a obter lucros tributáveis que permitam a utilização dos prejuízos fiscais acumulados. Por esta razão, o Grupo CP não contabiliza ativos por impostos diferidos (diferenças temporárias dedutíveis) relacionados com o reporte de prejuízos fiscais e imparidades e provisões.

No final de 2021, o total dos prejuízos fiscais dedutíveis do Grupo CP ascendem aproximadamente a 312,1 milhões de euros, os quais podem ser utilizados entre 2021 e 2032.

Da mesma forma, não foram contabilizados passivos por impostos diferidos relacionados com ativos fixos tangíveis reavaliados (material circulante) em períodos anteriores.

O resultado contabilístico foi ajustado de modo a refletir o IRC estimado a pagar com a tributação autónoma, conforme detalhe apresentado no quadro abaixo:

Empresa	(valores em euros)	
	31-dez-21	31-dez-20
CP	( 334 889)	( 312 115)
Fernave	( 6 249)	( 6 548)
Ecosaúde	( 13 459)	( 10 732)
Emef	-	-
Saros	( 5 060)	( 5 848)
<b>Total</b>	<b>( 359 657)</b>	<b>( 335 243)</b>

## Inventários (nota 12)

Em 31 de dezembro de 2021 o Grupo CP apresenta os seguintes valores de inventários, detalhados por classificação:

## Relatório e Contas Consolidadas 2021

Descrição	(valores em euros)	
	31-dez-21	31-dez-20
Valor Bruto:		
Mercadorias	138 575	188 242
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	53 638 212	47 996 886
Produtos acabados e intermedios*	3 826 473	3 935 107
Produtos e trabalhos em curso	2 577 525	793 346
	<b>60 180 785</b>	<b>52 913 581</b>
Imparidades acumuladas		
Imparidades do período	(1 699 559)	(4 919 449)
Imparidades de períodos anteriores	(16 281 768)	(11 362 319)
	<b>( 17 981 327)</b>	<b>( 16 281 768)</b>
<b>Valor líquido contabilístico</b>	<b>42 199 458</b>	<b>36 631 813</b>

\*fabricos internos e rotaveis

No que respeita às imparidades de inventários do Grupo, verifica-se uma diminuição nas imparidades constituídas no ano, em cerca de 3,2 milhões de euros face ao ano anterior. Este facto deve-se por um lado ao ajustamento decorrente da uniformização dos critérios de avaliação de imparidade realizado em janeiro de 2020 (quando foi realizada a fusão com a EMEF), que levou a um aumento das imparidades constituídas nesse ano, mas também, a reduções, em 2021, de inventários em armazém que se encontravam em imparidade.

De referir, no que respeita ao controlo do valor dos inventários, que é efetuada uma avaliação semestral da necessidade de ajustamento do seu valor, o que se reflete nas imparidades constituídas em conformidade.

Os critérios aplicados para determinação das imparidades de inventários nessa avaliação semestral, encontram-se documentados na nota 3.

Tendo em consideração a aplicação desses critérios, foi reconhecida, em 2021, uma perda por imparidade de cerca de 1,7 milhões de euros tal como identificado no quadro seguinte:

Descrição	Saldo inicial	Utilizações	Perdas	Reversão	(valores em euros)
					Saldo final
Imparidades de inventários					
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	(15 764 662)	-	(1 860 265)	310 274	(17 314 653)
Produtos acabados e intermédios	( 517 106)	-	( 250 614)	101 046	( 666 674)
Fabricos	122 806	-	( 22 204)	-	100 602
Rotaveis	( 216 393)	-	( 228 410)	101 046	( 343 757)
<b>Total</b>	<b>(16 281 768)</b>	<b>-</b>	<b>(2 110 879)</b>	<b>411 320</b>	<b>(17 981 327)</b>

## Cientes (nota 13)

Em 31 de dezembro de 2021 a rubrica de clientes apresenta os seguintes valores:

Descrição	(valores em euros)	
	31-dez-21	31-dez-20
Valor Bruto:		
Clientes c/c		
Gerais	10 633 928	3 895 479
Empresas associadas	383 931	235 046
Empreendimentos conjuntos	329 530	183 932
Outras partes relacionadas	5771	1 472
Clientes - cobrança duvidosa	5 827 125	6 529 660
<b>Sub-total</b>	<b>17 180 285</b>	<b>10 845 589</b>
Imparidade acumulada		
Perdas por imparidade do período	702 535	(3 560 096)
Perdas por imparidade de períodos anteriores	(6 529 660)	(2 969 564)
<b>Sub-total</b>	<b>( 5 827 125)</b>	<b>( 6 529 660)</b>
<b>Valor líquido contabilístico</b>	<b>11 353 160</b>	<b>4 315 929</b>

Em 2021, a rubrica de clientes apresenta um aumento face ao período homólogo na ordem dos 7 milhões de euros. Este facto é explicado pelo aumento da dívida de clientes, essencialmente dos montantes atribuídos pela TML relativos aos meses de junho e julho de 2021, no âmbito do Programa de Apoio à Redução Tarifária nos Transportes (PART) os quais foram recebidos em janeiro de 2022 (ver complemento na nota 28).

Os movimentos das perdas por imparidade são analisados como segue:

Descrição	(valores em euros)				
	Saldo inicial	Perdas	Utilizações	Reversões	Saldo final
Perdas por imparidade					
Cientes gerais	(6 529 660)	( 18 182)	514 129	206 588	(5 827 125)
<b>Total</b>	<b>(6 529 660)</b>	<b>( 18 182)</b>	<b>514 129</b>	<b>206 588</b>	<b>(5 827 125)</b>

## Estado e Outros Entes Públicos (nota 14)

A rubrica de Estado e outros entes públicos é analisada como segue:

<b>Descrição</b>	<b>(valores em euros)</b>	
	<b>31-dez-21</b>	<b>31-dez-20</b>
<b>Ativo</b>		
Imposto sobre o rendimento	214 949	238 963
Pagamento especial por conta	167 451	167 451
Imposto retido na fonte	47 498	59 275
Imposto retido na fonte-Dependente	-	12 237
IVA		
IVA a recuperar	5 460 406	7 134 218
IVA reembolsos pedidos	-	-
Outros Impostos		
Contribuições Seg Social CNP	233 888	173 845
DGI-FCT	-	46
<b>Total</b>	<b>5 909 243</b>	<b>7 547 026</b>
<b>Passivo</b>		
Imposto sobre o rendimento	2 016 741	379 757
Imposto sobre o rendimento	359 657	335 243
Retenções de imposto sobre o rendimento	1 657 084	44 514
IVA		
IVA a pagar	75 597	82 337
IVA a pagar	75 597	82 337
Outros Impostos		
Contribuição para a Segurança Social	30 439	25 997
Contribuição para a Segurança Social	22 808	19 838
Outras tributações	7 631	6 159
<b>Total</b>	<b>2 122 777</b>	<b>488 091</b>

Em 2021 verificou-se um decréscimo na rubrica "IVA a recuperar" motivado pelo facto de à data de 31/12/2021 existir apenas um mês com imposto a recuperar no Grupo, quando no ano transato existiam dois meses.

De salientar também que, no que diz respeito ao passivo, nomeadamente nas retenções de imposto sobre o rendimento, o incremento verificado em 2021, ficou a dever-se ao facto de não terem sido pagas as retenções na fonte do trabalho dependente no próprio mês de dezembro, ao contrário do que sucedeu em 2020, em que estas retenções foram ainda liquidadas no próprio ano.

## Outros créditos a receber (nota 15)

A rubrica de outros créditos a receber é analisada como segue:

Descrição	(valores em euros)	
	31-dez-21	31-dez-20
Valor Bruto:		
Adiantamentos a fornecedores	634 869	678 939
Fornecedores c/c - saldos devedores	75 570	43 793
Outros	131 044	105 139
Outros Devedores - pessoal	113 028	98 447
D.Diversos - c/c	7 892 646	9 032 976
Devedores por acréscimos de receitas	4 410 252	1 682 324
<b>Sub-total</b>	<b>13 257 409</b>	<b>11 641 617</b>
Imparidade acumulada		
Imparidade do período - Outras dívidas terceiros	(1 240 919)	( 64 595)
Imparidade de períodos anteriores-0. Dív. terceiros	(4 585 177)	(4 520 582)
<b>Sub-total</b>	<b>( 5 826 096)</b>	<b>( 4 585 177)</b>
<b>Valor líquido contabilístico</b>	<b>7 431 313</b>	<b>7 056 440</b>

De referir o acréscimo que se regista na rubrica de "Devedores por acréscimos de receitas", em resultado essencialmente da especialização do rendimento relativo à receita do PART respeitante ao mês de agosto de 2021, foi faturado e efetivamente recebido durante o 1º trimestre de 2022.

Por outro lado, verifica-se uma redução face ao ano transato, na rubrica "D. diversos - c/c" que é originada pelo registo em 2020 da faturação pendente de pagamento relativa à prestação de serviços do Comboio Socorro.

Os movimentos das perdas por imparidade são analisados como segue:

Descrição	(valores em euros)					
	Saldo inicial	Perdas	Utilização	Transferência	Reversões	Saldo final
Perdas por imparidade						
Outras dívidas de terceiros	(4 585 177)		117 160	(1 418 121)	60 042	(5 826 096)
<b>Total</b>	<b>(4 585 177)</b>	<b>-</b>	<b>117 160</b>	<b>(1 418 121)</b>	<b>60 042</b>	<b>(5 826 096)</b>

O montante referente a "Transferência" resulta de uma reclassificação da conta de provisões relativa a um valor transitado aquando da fusão da EMEF com a CP.

## Diferimentos (nota 16)

A rubrica de diferimentos apresenta os valores registados no quadro seguinte:

	<b>(valores em euros)</b>	
<b>Descrição</b>	<b>31-dez-21</b>	<b>31-dez-20</b>
Ativo		
Gastos a reconhecer		
Diferim. - gast. reconh. - outros - diversos	1 020 249	1 114 752
<b>Total</b>	<b>1 020 249</b>	<b>1 114 752</b>
Passivo		
Rendimentos a reconhecer		
Difer. - rend. a reconh. - subsidios ao investimento	85 212 029	93 141 300
Difer. - rend. a reconh. - fact.p/conta - trab.a real.	-	614 772
Diferim. - rend. reconh. - outros dif - rendim reconh.	430 171	24 680
<b>Total</b>	<b>85 642 200</b>	<b>93 780 752</b>

No que diz respeito ao ativo do Grupo, esta rubrica releva os diversos prémios de seguro faturados e pagos, no final do ano, de forma a garantir a efetividade dos seguros a vigorar no 1º trimestre do ano seguinte. Os principais seguros que contribuem para a constituição do saldo desta rubrica, respeitam aos seguros de acidentes de trabalho, de saúde, multirriscos e de responsabilidade civil.

Relativamente ao passivo, o valor apresentado reflete os rendimentos a reconhecer derivados da atividade de manutenção e reparação de material circulante, concretamente a faturação por conta de trabalhos a realizar emitida de acordo com as condições contratuais estabelecidas.

O valor da rubrica de subsídios ao investimento respeita essencialmente a subsídios recebidos para material circulante, resultando as diminuições registadas nesta componente do capital, da imputação, como rendimento do exercício, numa base sistemática e racional durante a vida útil do ativo, dum parte desse subsídio, na mesma proporção em que são reconhecidas as depreciações.

No quadro seguinte apresenta-se o detalhe da rubrica de subsídios:

	<b>(valores em euros)</b>	
	<b>31-dez-21</b>	<b>31-dez-20</b>
Fundo Ambiental _ Aqui. 12 Auto. BiModo e 10 Elec	5 956 145	4 565 785
Subvenções PIDDAC	32 851 630	36 597 995
Subvenções FEDER	44 599 600	49 883 677
Subvenções IGCP	1 576 939	1 709 548
Subvenções Outros (inclui CEF)	227 715	384 295
<b>Total</b>	<b>85 212 029</b>	<b>93 141 300</b>

## Ativos Não Correntes Detidos para Venda (nota 17)

Um dos objetivos do Grupo é proceder à alienação de bens não necessários à sua atividade. Esses bens respeitam essencialmente a edifícios e material circulante. Nesse sentido, a gestão de topo encontra-se comprometida no desenvolvimento de ações que possibilitem a concretização dessas alienações, através da prospeção de eventuais interessados quer no mercado interno quer no mercado externo.

Apesar de alguns destes ativos se encontrarem classificados como ativos não correntes detidos para venda há mais de um ano, entende-se que os mesmos se devem manter classificados nesta rubrica do ativo, por o seu valor vir a ser recuperado não pelo uso, mas sim pela venda, e, a gestão de topo estar fortemente comprometida no desenvolvimento de esforços nesse sentido.

O quadro seguinte resume, por classe de imobilizado e pelo seu valor líquido contabilístico, os ativos não correntes detidos para venda:

Descrição	(valores em euros)	
	31-dez-21	31-dez-20
Ativos		
Terrenos e recursos naturais	84 031	84 031
Edifícios e outras construções	175 369	175 369
Equipamento básico	2 015 459	2 443 126
<b>Total</b>	<b>2 274 859</b>	<b>2 702 526</b>

Os ativos classificados como detidos para venda estão valorizados pelo menor entre o valor contabilístico e o valor realizável líquido.

Semestralmente é avaliada a existência de imparidades nestes ativos e, sempre que necessário, procede-se a ajustamentos aos valores já reconhecidos.

Após a constituição destas imparidades, o universo do material circulante classificado na classe de ativos não correntes detidos para venda ficou com o valor nas contas do Grupo ajustado a zero, se se considerar o valor dos subsídios a reconhecer e o valor de sucata, conforme detalhe abaixo com reporte a 31 de dezembro de 2021:

Descrição	Valor contabilístico (1)	Subsídio a reconhecer (2)	Valor de sucata (3)	Imparidade (4)	(valores em euros)
					(1)-(2)+(3)-(4)
Várias séries	4 741 868	(1 445 359)	( 570 100)	(2 726 409)	-

## Capital (nota 18)

De acordo com a legislação que define os Estatutos da CP, o capital da empresa é detido integralmente pelo Estado português e destina-se a responder às necessidades permanentes da empresa.

Entre 2015 e 2019 foi determinado por despachos conjuntos das Tutelas financeira e setorial aumentar em cerca de 2.000 milhões de euros o capital, tendo o mesmo sido realizado ao longo dos respetivos anos.

Estes valores destinaram-se a suprir as necessidades decorrentes do serviço da dívida (amortizações, juros e outros encargos), investimento e despesas com pessoal, relacionadas com o acordo histórico de variáveis.

No decorrer do exercício de 2021 não existiram operações de aumento de capital, apresentando a empresa, com referência a 31 de dezembro de 2021, um capital de 3.959.489.351 euros, que se encontra integralmente realizado pelo Estado Português.

## Reservas Legais (nota 19)

Em conformidade com o art.º 295 do Código das Sociedades Comerciais e de acordo com o artigo 30º do decreto-lei n.º 137-A/2009, de 12 de junho, alterado pelo decreto-lei n.º 59/2012, de 14 de março, e pelo decreto-lei 124-A/2018 de 31 de dezembro, que define os estatutos da CP, a empresa deve constituir reservas e fundos julgados necessários, sendo obrigatória a constituição de reserva legal no valor de 5% dos lucros de cada exercício. A reserva legal pode ser utilizada na cobertura de prejuízos de exercício.

Durante o período, não houve reforço das reservas legais nem se verificou a sua utilização para cobertura de prejuízos.

## Outras Reservas (nota 20)

Nesta rubrica, está contabilizada a reserva estatutária que corresponde ao valor do Fundo de Amortização e Renovação de Material Circulante existente em 31 de dezembro de 1974.

O Fundo de Amortização e Renovação de Material Circulante destinava-se à renovação do material circulante, conforme previsto no artigo 16º do Contrato de Concessão de 1951 entre o Estado e a Companhia dos Caminhos de Ferro Portugueses, e respeitava ao excedente das receitas do Fundo sobre os investimentos por ele financiados.

## Resultados Transitados (nota 21)

A variação dos resultados transitados diz respeito essencialmente:

- À transferência do resultado líquido do exercício anterior para resultados transitados.

Contribuem, no entanto, também para esta variação os movimentos detalhados no quadro seguinte:

(valores em euros)

<b>Reconciliação do resultado transitado consolidado</b>		
Resultados transitados de 2021		(5 924 032 469)
Resultados transitados de 2020	(5 828 618 157)	
+ Resultado líquido do período de 2020	( 95 656 465)	(5 924 274 622)
Movimentos de 2021 directamente em Res.transitados:		242 153
Diferenças de consolidação relacionadas com:		
*-Anulação Excesso Estimativa de Imposto referente a 2020		148 756
- Outras (saldos e transações)		93 397

## Ajustamentos/Outras Variações no Capital Próprio (nota 22)

O detalhe desta rubrica é analisado como segue:

<b>Descrição</b>	<b>(valores em euros)</b>	
	<b>31-dez-21</b>	<b>31-dez-20</b>
Saneamento financeiro	91 357 368	91 357 368
Ajustamentos de transição	132 640	132 640
<b>Total</b>	<b>91 490 008</b>	<b>91 490 008</b>

A rubrica saneamento financeiro reflete o passivo assumido pelo Estado nos termos do Protocolo de 24 de agosto de 1993, respeitante a dívidas à Administração Fiscal, à Direção Geral do Tesouro e à Banca de 97.975.959 euros e à utilização na regularização do restante valor em dívida pelo Estado de 6.618.591 euros, resultante do saneamento financeiro realizado no âmbito do decreto-lei n.º 361/85.

## Provisões (nota 23)

O movimento na rubrica de provisões é analisado como segue:

<b>Descrição</b>	<b>(valores em euros)</b>				
	<b>Saldo Inicial</b>	<b>Adições</b>	<b>Utilizações</b>	<b>Reversões</b>	<b>Saldo Final</b>
Processos judiciais em curso	1 581 659	293 235		-	1 874 894
Acidentes ferroviários	2 742 861	-		118 170	2 624 691
Acid. trabalho e doenças profissionais, e outras provisões	11 322 445	1 062 439	2 098 249	865 918	9 420 717
<b>Total</b>	<b>15 646 965</b>	<b>1 355 674</b>	<b>2 098 249</b>	<b>984 088</b>	<b>13 920 302</b>

As variações registadas na rubrica de provisões, no decorrer do período de 2021, decorrem essencialmente da estimativa de desfecho dos processos judiciais em curso e de acidentes

## Relatório e Contas Consolidadas 2021

ferroviários, da provisão para outras contingências, e da avaliação atuarial das responsabilidades com pensões de acidentes de trabalho.

Tal como já referido na nota 15, o montante identificado na coluna "Utilizações" relativo à rubrica "Outras", resulta de uma reclassificação da conta de provisões para a conta de perdas por imparidade, de dívida de terceiro.

A avaliação atuarial, com referência a 31 de dezembro de 2021, das responsabilidades com acidentes de trabalho ocorridos até 31 de dezembro de 1999, foi realizada por entidade externa ao Grupo (CGD PENSÕES).

Os aumentos ou reduções das responsabilidades provenientes de alterações dos benefícios atribuídos são reconhecidos como gastos ou rendimentos no período em que ocorrem.

A metodologia e os pressupostos financeiros e atuariais da avaliação das responsabilidades são os seguintes:

**Método de cálculo:** Para o apuramento das responsabilidades relativas a reformados com pensões de acidentes de trabalho, procedeu-se ao cálculo do valor atual de rendas vitalícias imediatas.

**Taxa de desconto:** 1,0%.

**Taxa de Crescimento das Pensões:** 1,0%.

**Tábuas de Mortalidade:** Utilizou-se a tábua francesa TV 88/90.

**Prazo de pagamento das pensões de acidente de trabalho:** Pensões vitalícias.

**Data de efeito dos cálculos:** 31 de dezembro de 2021.

## Financiamentos Obtidos (nota 24)

No final do período de 2021 a rubrica de financiamentos obtidos apresentava o detalhe constante do quadro seguinte:

Descrição	(valores em euros)	
	31-dez-21	31-dez-20
Não corrente		
Instituições de crédito e sociedades financeiras		
Empréstimos bancários	-	32 533 333
Empréstimos por obrigações	200 000 000	200 000 000
Aplicação taxa Efetiva Emp. O brigacionistas	(4 596 093)	(4 983 183)
Outros financiadores	52 000 000	153 000 000
<b>Total não corrente</b>	<b>247 403 907</b>	<b>380 550 150</b>
Corrente		
Instituições de crédito e sociedades financeiras		
Empréstimos bancários	-	23 800 000
Empréstimos por obrigações	-	-
Aplicação taxa Efetiva Emp. O brigacionistas	-	-
Descobertos bancários	-	250 817
Outros financiadores	1 885 089 333	1 727 756 000
<b>Total corrente</b>	<b>1 885 089 333</b>	<b>1 751 806 817</b>
<b>Total</b>	<b>2 132 493 240</b>	<b>2 132 356 967</b>

Em 2021 e com esforço significativo na gestão da liquidez, foi possível manter praticamente inalterado o valor total dos financiamentos do Grupo.

Em 2021, foram contratados três empréstimos com a DGTF, num total de 156,3 milhões de euros, por forma a assegurar a amortização de financiamentos da Eurofima, no valor de 100 milhões de euros (que se venceram em julho), e de financiamentos do BEI, num total de 56,3 milhões de euros (23,8 milhões de euros que se venceram em setembro, e o reembolso antecipado do valor remanescente dos financiamentos do BEI, num total de 32,5 milhões de euros, em 15 de dezembro, data de vencimento de juros). Adicionalmente, foi prorrogado para 2022 o vencimento dos empréstimos celebrados com a DGTF previstos amortizar em 2021. Estas operações foram viabilizadas por autorização da Tutela.

Apesar dos financiamentos e prorrogações de prazo concedidos pela DGTF terem resolvido as necessidades mais prementes no que respeita à amortização dos empréstimos com vencimento no período, continuamos a aguardar decisão formal do Estado no que respeita ao saneamento financeiro.

A análise da rubrica de financiamentos obtidos, por maturidade, excluindo descobertos bancários, é a seguinte:

Descrição	(valores em euros)	
	31-dez-21	31-dez-20
Instituições de crédito e sociedades financeiras		
Empréstimos bancários		
Até 1 ano	-	23 800 000
De 1 a 5 anos	-	32 533 333
A mais de 5 anos	-	-
Descobertos bancários		
Até 1 ano	-	-
Empréstimos por obrigações		
De 1 a 5 anos	-	-
Aplicação taxa Efetiva Emp. O brigacionistas	-	-
A mais de 5 anos	200 000 000	200 000 000
Aplicação taxa Efetiva Emp. O brigacionistas	(4 596 093)	(4 983 183)
Outros financiadores		
Até 1 ano	1 885 089 333	1 727 756 000
De 1 a 5 anos	52 000 000	153 000 000
A mais de 5 anos	-	-
<b>Total</b>	<b>2 132 493 240</b>	<b>2 132 106 150</b>

## Outras dívidas a Pagar (nota 25)

A rubrica de outras dívidas a pagar é analisada como segue:

Descrição	(valores em euros)	
	31-dez-21	31-dez-20
Corrente		
Fornecedores de investimentos	3 467 542	648 562
Credores por subscrições não liberadas	40 195 026	38 439 256
Outros devedores e credores	3 991 020	1 833 397
Credores por acréscimo de gastos	123 586 665	114 946 274
<b>Total</b>	<b>171 240 253</b>	<b>155 867 489</b>

Esta rubrica apresenta um acréscimo significativo face ao ano anterior de 15,4 milhões de euros, com um aumento mais expressivo nos saldos de credores por acréscimo de gastos (8,6 milhões de euros), justificado essencialmente pelo incremento nos valores especializados com juros de financiamentos a liquidar.

Relativamente ao saldo dos outros credores destaca-se a dívida no final de 2021 às Infraestruturas de Portugal.

Para o saldo dos fornecedores de investimento contribui a faturação recebida e contabilizada na 2ª quinzena de dezembro de 2021, referente a investimentos diversos com equipamentos oficiais e de aplicação em material circulante.

O saldo de credores por subscrições não liberadas diz respeito ao capital subscrito e não realizado da participada Eurofima conforme já identificado na nota 10.

## Fornecedores (nota 26)

A rubrica de fornecedores apresenta o seguinte detalhe:

Descrição	(valores em euros)	
	31-dez-21	31-dez-20
Fornecedores c/c		
Gerais	34 381 153	6 720 969
Facturas em receção e conferência	448 546	719 605
	<b>34 829 699</b>	<b>7 440 574</b>

O aumento que se observa no saldo da rubrica de fornecedores, em 27,4 milhões de euros, respeita essencialmente a faturação das Infraestruturas de Portugal relativa ao último trimestre de 2021, que não foi paga durante o ano, ao contrário do verificado no ano anterior. De salientar, no entanto, o aumento generalizado dos saldos em dívida a fornecedores em resultado dos fortes constrangimentos financeiros e orçamentais a que o Grupo esteve sujeito em 2021.

## Adiantamentos de clientes (nota 27)

A rubrica apresenta os seguintes valores:

Descrição	(valores em euros)	
	31-dez-21	31-dez-20
Adiantamentos de clientes (DUAT)	-	374 000
	<b>-</b>	<b>374 000</b>

Por força da decisão judicial do tribunal moçambicano, foi anulado o contrato celebrado em 2014, de promessa compra e venda do DUAT do prédio denominado "Talhão nº 262" que o Grupo detinha em Moçambique.

Foi alcançado um acordo com o comprador, no sentido de ser somente devolvido metade do sinal recebido em 2014, o que na prática, ao câmbio do dia anterior à assinatura do referido acordo, resultou num reembolso de 212.098€.

## Vendas e Serviços Prestados (nota 28)

As vendas e serviços prestados apresentam-se conforme quadro seguinte:

Descrição	(valores em euros)	
	2021	2020
Prestações de serviços		
Passageiros líquido de descontos e abatimentos	171 976 899	150 899 240
Manutenção e reparação de material circulante	16 440 991	15 475 069
Outros	6 633 324	7 326 174
<b>Total</b>	<b>195 051 214</b>	<b>173 700 483</b>

Face ao ano transato, destaca-se o aumento registado na prestação de serviços do Grupo CP, essencialmente na prestação de serviços de transporte de passageiros em cerca de 21,1 milhões de euros, em resultado do alívio das medidas restritivas impostas na sequência do COVID 19.

De acordo com o Despacho nº 3515-A de 2021, foram efetuadas pelos Transportes Metropolitanos de Lisboa (TML) e pela Área Metropolitana do Porto (AMP), candidaturas para o PART referentes ao 2º semestre de 2021, as quais aguardam uma tomada de decisão, não sendo garantida a sua autorização, motivo pelo qual não se encontram reconhecidos nas contas do Grupo CP os respetivos valores.

## Subsídios à Exploração (nota 29)

No quadro seguinte identificam-se os subsídios à exploração reconhecidos como rendimentos nos exercícios de 2021 e 2020:

Descrição	(valores em euros)	
	2021	2020
Subsídios à exploração:		
Contrato de serviço público	89 384 377	88 101 529
Subsídios Shift2Rail	1 681	25 855
<b>Total</b>	<b>89 386 058</b>	<b>88 127 384</b>

Verifica-se um ligeiro aumento dos subsídios recebidos do Grupo, como resultado direto do aumento dos rendimentos recebidos com a comparticipação financeira do contrato de serviço público em 2021, em comparação com os valores recebidos no ano anterior.

O contrato de serviço público assinado em 28 de novembro de 2019 entre o Estado e a CP, foi visado pelo Tribunal de Contas no dia 26 de junho de 2021. Decorrente desta formalização, foram pagas à CP, em 2021, as compensações financeiras acordadas antecipadamente com o Estado, sem prejuízo de eventuais acertos futuros que venham a ser apurados e concertados entre as

partes, tal como previsto no contrato, decorrentes da reconciliação das obrigações de serviço público da CP efetivamente prestadas e dos consequentes custos incorridos e das receitas cobradas.

## Ganhos/perdas imputados a subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos (nota 30)

Os ganhos/perdas imputadas de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos apresentam o seguinte detalhe:

Descrição	(valores em euros)	
	2021	2020
<b>Ganhos</b>		
Aplicação do método da equivalência patrimonial	817 464	356 591
Outros	799 113	191 579
<b>Total</b>	<b>1 616 577</b>	<b>548 170</b>

O incremento dos ganhos imputados a subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos, resulta essencialmente do impacto da liquidação da OTLIS, e da melhoria do resultado da SIMEF e da Nomad.

## Variação nos inventários da produção (nota 31)

	(valores em euros)	
	2021	2020
<b>Inventários finais</b>		
Produtos acabados e intermédios	3 826 472	3 935 106
Fabricos internos	698 786	698 291
Reparação de Rotáveis	3 127 686	3 236 815
Produtos e trabalhos em curso	2 577 525	793 346
<b>Reclassificação e regularização de inventários</b>		
Produtos acabados e intermédios	2 500 248	( 152)
Fabricos internos	( 52)	( 84)
Reparação de Rotáveis	2 500 300	( 68)
<b>Inventários iniciais</b>		
Produtos acabados e intermédios	3 935 106	748 036
Fabricos internos	698 291	748 036
Reparação de Rotáveis	3 236 815	-
Produtos e trabalhos em curso	793 346	-
<b>Total</b>	<b>( 824 703)</b>	<b>3 980 568</b>

Esta rubrica apresenta uma variação de 4,8 milhões de euros, em resultado dos consumos ocorridos terem superado a produção efetuada.

## Trabalhos para a própria entidade (nota 32)

A rubrica de trabalhos para a própria entidade regista os trabalhos realizados pela componente de manutenção no material circulante e é analisada como se segue:

Descrição	(valores em euros)	
	2021	2020
Transporte de passageiros		
Ativos fixos tangíveis	13 316 590	14 047 696
<b>Total</b>	<b>13 316 590</b>	<b>14 047 696</b>

Os trabalhos realizados para a própria entidade respeitam a manutenção e reparação de material circulante, nomeadamente as reparações periódicas do tipo R1 e R2.

## Custos das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas (nota 33)

O custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas apresenta-se como segue:

Descrição	(valores em euros)	
	2021	2020
Mercadorias	46 953	316
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	25 336 237	22 695 225
	<b>25 383 190</b>	<b>22 695 541</b>

De relevar o aumento do gasto com o consumo de combustível do Grupo, em cerca de 1 milhão de euros, que está diretamente relacionado com o aumento das prestações de serviço de transporte ferroviário de passageiros, na sequência da retoma da atividade após redução das restrições decorrentes da pandemia COVID 19.

## Fornecimentos e Serviços Externos (nota 34)

A rubrica de fornecimentos e serviços externos apresenta o seguinte detalhe:

(valores em euros)

<b>Conta</b>	<b>Designação</b>	<b>2021</b>	<b>2020</b>
621	Subcontratos	19 270 389	24 654 762
622/626	Trabalhos especializados e outros	87 032 972	85 006 343
	(Nos quais está incluída a taxa uso infraestrutura)	54 526 574	50 446 957
623	Materiais	13 061	13 712
624	Energia e fluidos	22 350 860	20 686 781
625	Deslocações, estadas e transportes	713 593	674 191
		<b>129 380 875</b>	<b>131 035 790</b>

Em 2021, foi possível ao Grupo CP obter uma redução da rubrica de fornecimentos e serviços externos, no valor de 1,7 milhões de euros. Para esta redução contribuiu, fundamentalmente a diminuição dos gastos de subcontratos, no valor de 5,4 milhões de euros, destacando-se os outros subcontratos, que estão ligados à área de manutenção, no montante de 4,3 milhões de euros. De relevar ainda a diminuição dos encargos com o aluguer de automotoras à RENFE em 1 milhão de euros pelo facto do Grupo estar a reduzir gradualmente o parque de automotoras alugadas, e a diminuição dos encargos decorrentes do acordo CP/RENFE, em resultado da suspensão do serviço internacional, no valor aproximado de 906 milhares de euros, e a redução dos encargos com serviços de restauração, em 339 milhares de euros.

Importa salientar que a redução das restrições decorrentes da situação de pandemia e o aumento dos serviços de transporte de passageiros do Grupo, se refletiu num acréscimo nos gastos com a taxa de utilização da infraestrutura, que rondou os 4,1 milhões de euros, e com eletricidade, de cerca de 1,5 milhões de euros.

## Gastos com Pessoal (nota 35)

A rubrica de gastos com pessoal apresenta o seguinte detalhe:

(valores em euros)

<b>Descrição</b>	<b>2021</b>	<b>2020</b>
Remunerações dos órgãos sociais	563 708	585 001
Remunerações do pessoal	114 404 488	108 666 936
Indemnizações	35 426	139 875
Encargos sobre remunerações	25 648 553	24 320 129
Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais e saúde	3 386 612	4 011 807
Gastos de ação social	295 212	302 051
Outros gastos com o pessoal	680 737	399 167
	<b>145 014 736</b>	<b>138 424 966</b>

O aumento nos gastos com pessoal que se verifica face ao ano transato, resulta essencialmente do aumento do número de trabalhadores do Grupo, mas também de um acréscimo dos abonos variáveis, especialmente de trabalho suplementar, em resultado da diminuição das restrições decorrentes da pandemia e retoma gradual da atividade.

## Imparidades de Investimento Não Depreciáveis/Amortizáveis (nota 36)

O detalhe desta rubrica é apresentado no quadro seguinte:

Descrição	(valores em euros)	
	2021	2020
Perdas		
Em investimentos financeiros	-	( 42 904)
Reversões		
Ativos não correntes detidos para venda	1 501 561	3 485 991
	<b>1 501 561</b>	<b>3 443 087</b>

Em 2021 regista-se no Grupo uma reversão das imparidades de investimentos não depreciáveis/amortizáveis de cerca de 1,5 milhões de euros, que resulta essencialmente da recuperação de material circulante do serviço de transporte de passageiros que se encontrava inoperacional e a sua reafecção ao serviço.

## Outros Rendimentos (nota 37)

A rubrica de outros rendimentos apresenta o seguinte detalhe:

Descrição	(valores em euros)	
	2021	2020
Rendimentos suplementares	4 355 089	3 454 334
Descontos de pronto pagamento obtidos	1 843	1 477
Ganhos em inventários	131 022	13 625
Restantes ativos financeiros	1 161 548	1 656 483
Investimentos não financeiros	164 480	38 914
Outros	18 254 386	16 150 648
	<b>24 068 368</b>	<b>21 315 481</b>

Nesta rubrica, de destacar a variação ocorrida em "Outros", que é explicada fundamentalmente pelos seguintes factos de sinal contrário:

- Por um lado, o aumento resultante do acerto final efetuado pela Área Metropolitana de Lisboa aos valores do PART relativos a 2019 e 2020, no valor de 4,6 milhões de euros, bem como pela conclusão dos trabalhos de intervenção nos rotáveis, na ordem dos 2,5 milhões de euros;
- Por outro lado, a redução verificada no valor reconhecido dos subsídios ao investimento, na ordem dos 1,3 milhões de euros, e do facto de, ao contrário do verificado em 2020, não ter ocorrido reconhecimento de excesso de estimativa de imposto no valor de 1,5 milhões de euros

(resultante da fusão por incorporação da EMEF) nem o registo de juros indemnizatórios e de mora, no valor de 1 milhão de euros, relacionados com o processo judicial/fiscal.

## Outros Gastos (nota 38)

A rubrica de outros gastos apresenta o seguinte detalhe:

Descrição	(valores em euros)	
	2021	2020
Impostos	329 325	324 553
Dívidas incobráveis	4 510	-
Perdas em inventários	85 380	118 536
Investimentos não financeiros	1 525 598	52 461
Outros	5 409 820	7 766 372
	<b>7 354 633</b>	<b>8 261 922</b>

Para a diminuição verificada face ao exercício anterior, contribuíram fundamentalmente os seguintes factos:

- Diminuição dos gastos, em cerca de 3,5 milhares de euros por existirem factos registados em 2020, que não se verificaram em 2021, nomeadamente acertos diversos de faturação de transportes (em cerca de 2 milhões de euros), penalidades de contratos de serviços de manutenção e reparação (em 0,7 milhões de euros) e indemnizações por danos materiais resultantes do acidente que ocorreu em Espanha (em 0,6 milhões de euros);
- Em sentido inverso, verificou-se um acréscimo dos gastos em resultado do abate de equipamentos descontinuados/inoperacionais (em 1,4 milhões de euros) e das diferenças cambiais reconhecidas (em 1,1 milhões de euros) que decorrem essencialmente da participação subscrita, mas não realizada, em francos suíços, na Eurofima.

## Gastos/Reversões de Depreciação e de Amortização (nota 39)

A rubrica de gastos/reversões de depreciação apresenta os seguintes valores:

Descrição	(valores em euros)	
	2021	2020
Gastos		
Ativos fixos tangíveis	56 335 075	59 164 536
Ativos intangíveis	105 834	84 960
IFRS 16	1 715 592	1 685 605
Reversões		
Ativos fixos tangíveis	1 906	-
	<b>58 154 595</b>	<b>60 935 101</b>

Os gastos registados resultam da depreciação/amortização dos bens de acordo com as suas vidas úteis definidas. Estas são revistas anualmente, de forma a verificar que se encontram ajustadas à realidade.

## Imparidade de Investimentos Depreciáveis e Amortizáveis (nota 40)

A rubrica de imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis apresenta os seguintes valores:

Descrição	(valores em euros)	
	2021	2020
Reversões		
Ativos fixos tangíveis	814 485	548 477
<b>Total</b>	<b>814 485</b>	<b>548 477</b>

O valor registado em 2021 diz respeito à reversão de perdas de imparidade de material circulante do Grupo (locomotivas).

## Aumentos/reduções de justo Valor (nota 41)

A rubrica de aumentos e reduções de justo valor apresenta os seguintes valores:

Descrição	(valores em euros)	
	2021	2020
Ganhos		
Investimentos financeiros	2 965	-
<b>Total</b>	<b>2 965</b>	<b>-</b>

Em 2021 foi registado nas contas a valorização do Fundo de compensação do trabalho (FCT), considerando as unidades de participação detidas e respetiva valorização em 31/12/2021.

## Juros e Rendimentos Similares Obtidos (nota 42)

A rubrica de juros e rendimentos similares obtidos é analisada como segue:

<b>Descrição</b>	<b>2021</b>	<b>2020</b>
Juros obtidos	4 791	6 216
	<b>4 791</b>	<b>6 216</b>

Nesta rubrica são registados essencialmente os rendimentos relacionados com os juros dos empréstimos a empresas participadas.

## Juros e Gastos Similares Suportados (nota 43)

A rubrica de juros e gastos similares suportados apresenta os seguintes valores:

<b>Descrição</b>	<b>(valores em euros)</b>	
	<b>2021</b>	<b>2020</b>
Juros suportados	21 509 574	28 946 337
Outros gastos e perdas	1 505 908	1 959 829
	<b>23 015 482</b>	<b>30 906 166</b>

Os gastos com juros e encargos financeiros suportados no decorrer do ano de 2021, sofreram um decréscimo de 7,9 milhões de euros em comparação com o período homólogo, em resultado fundamentalmente da redução nos últimos anos do passivo remunerado do Grupo CP, bem como das taxas de juro historicamente baixas que o mercado apresenta.

## Garantias e Avals (nota 44)

	<b>(valores em euros)</b>
<b>Garantias e fianças prestadas pelo Grupo CP:</b>	
Garantias e fianças bancárias prestadas pelo Grupo CP a favor de terceiros	3 388 055

## Remuneração do Revisor Oficial de Contas (nota 45)

A Sociedade Alves Da Cunha, A Dias & Associados, Lda. iniciou funções em 8 de julho de 2021, e apresentou honorários para o período até 31 dezembro de 2021, no âmbito da revisão e certificação legal das contas individuais e consolidadas da CP, na quantia de 13.165,16 euros, acrescidos de IVA à taxa legal.

A Sociedade Oliveira, Reis e Associados esteve em funções até 7 de julho de 2021, tendo auferido honorários, no âmbito da revisão e certificação legal das contas individuais e consolidadas da CP, na quantia de 11.168,12 euros, acrescidos de IVA à taxa legal.

A Sociedade Ribeiro, Rigueira, Marques, Roseiro & Associados, SROC, Lda., apresenta honorários anuais, no âmbito da auditoria às contas individuais e consolidadas da CP, na quantia de 21.500 euros, acrescidos de IVA à taxa legal.

## **Acontecimentos Relevantes Após a Data da demonstração da posição financeira (nota 46)**

De referir os seguintes acontecimentos:

- Decorrente da situação de pandemia provocada pelo vírus COVID-19, é possível verificar a recuperação gradual da atividade do Grupo CP, ainda que a quebra de receita continue a verificar-se essencialmente no transporte ferroviário, e nos primeiros meses do ano, com impacto direto nos réditos da empresa;
- Nesta data verifica-se um conflito armado entre a Rússia e a Ucrânia que afeta também as economias ocidentais, não sendo ainda possível prever o impacto que esta realidade terá na atividade do Grupo;
- Não temos conhecimento de qualquer situação que em resultado do cenário pandémico e/ou de conflito armado devesse ser refletida nas demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2021, não se colocando em causa o pressuposto da continuidade das operações.

Relatório e Contas Consolidadas 2021

# RELATÓRIO DE AUDITORIA





## RELATÓRIO DE AUDITORIA

### RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

#### Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas da CP – Comboios de Portugal, E.P.E. e suas subsidiárias (o Grupo), que compreendem a demonstração da posição financeira consolidada em 31 de dezembro de 2021 (que evidencia um total de 512.687.750 euros e um total de capital próprio negativo de 1.937.269.716 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 65.547.959 euros), a demonstração consolidada dos resultados e de outro rendimento integral, a demonstração consolidada das alterações no capital próprio e a demonstração consolidada dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras consolidadas que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira consolidada do Grupo em 31 de dezembro de 2021 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa consolidados relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia.

#### Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas” abaixo. Somos independentes das Entidades que compõem o Grupo nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

#### Ênfases

O Grupo tem vindo a acumular resultados líquidos negativos consecutivos de montante significativo (nomeadamente o resultado líquido dos anos findos entre 31 de dezembro de 2016 e 2020, cujos Relatórios e Contas não foram ainda aprovados pela Tutela Sectorial e Financeira), apresentando, em 31 de dezembro de 2021, um total de capital próprio negativo de 1.937.269.716 euros.

Tratando-se de um Grupo que presta um serviço público e considerando os resultados líquidos negativos acumulados, o financiamento da sua atividade continua a depender do suporte financeiro do Estado Português.

RIBEIRO, RIGUEIRA, MARQUES, ROSEIRO & ASSOCIADOS, SROC, LDA.

Conforme referido na nota 46 do anexo, o recente conflito armado entre a Rússia e a Ucrânia ameaça afetar as economias ocidentais, nomeadamente, com a crescente instabilidade dos mercados financeiros e o acentuar da pressão na subida dos preços da energia e das mercadorias em geral (que já se tinha começado a sentir com a pandemia COVID-19). Assim, o Grupo deverá aferir os potenciais impactos desta situação na sua atividade operacional e nas demonstrações financeiras futuras.

A nossa opinião não é modificada em relação a estas matérias.

### Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras consolidadas como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos identificados	Síntese da resposta dada aos riscos de distorção material mais significativos identificados
------------------------------------------------------------------------------	---------------------------------------------------------------------------------------------

#### Reconhecimento do Rédito

O rédito dos serviços prestados pelo Grupo, que incluem essencialmente o transporte de passageiros e a manutenção e reparação de material circulante, em 31 de dezembro de 2021, ascendeu a 195.051.214 euros, conforme divulgado na nota 28.

O risco do reconhecimento do rédito está relacionado, por um lado, com o elevado número de registos do sistema da bilhética e com a respetiva integração destes na contabilidade, e por outro, com o nível de julgamento da Administração na determinação do grau de acabamento dos serviços em curso à data do balanço, pelo que o consideramos uma matéria relevante de auditoria.

Entre outros, efetuámos os seguintes procedimentos de auditoria:

- levantamento e análise dos controlos relevantes identificados no ciclo da receita;
- teste à operacionalidade dos controlos relacionados com a integração da receita na contabilidade;
- análise dos pressupostos considerados no reconhecimento das obras em curso;
- análise dos ajustamentos efetuados ao rédito no final do ano; e
- identificação e análise das principais variações na rubrica da receita.

#### Imparidade dos ativos fixos tangíveis

Em 31 de dezembro de 2021, a imparidade dos ativos fixos tangíveis ascende a 2.816.621 euros, conforme divulgado na nota 6.

O apuramento da imparidade realizado pelo Grupo assenta em validações efetuadas pelos responsáveis operacionais, para o material circulante, as quais estão associadas ao nível de rotação do material circulante e à expectativa de alienação daquele que se encontra obsoleto, e

Entre outros, efetuámos os seguintes procedimentos de auditoria:

- análise dos critérios definidos pelo Grupo para identificação do material circulante com rotação reduzida ou em estado obsoleto;
- análise do suporte ao cálculo das imparidades registadas, incluindo os respetivos critérios adotados e as avaliações independentes dos imóveis;
- análise dos principais movimentos das imparidades registadas no ano;



por peritos independentes, para os imóveis, o que nos leva a considerar este tema como uma matéria relevante de auditoria.

- d) indagação junto da gestão do Grupo; e
- e) verificação da adequabilidade das divulgações das imparidades nas notas anexas.

### Provisões

As provisões apresentam um saldo de 13.920.302 euros, em 31 de dezembro de 2021, conforme divulgado na nota 23.

Esta rubrica inclui, essencialmente, provisões para processos judiciais em curso, acidentes de trabalho e doenças profissionais e acidentes ferroviários.

A responsabilidade relacionada com acidentes de trabalho e doenças profissionais encontra-se suportada por um estudo atuarial preparado por um perito independente.

Os movimentos registados nas restantes provisões são suportados nos pareceres dos assessores jurídicos do Grupo.

Consideramos as provisões uma matéria relevante de auditoria pelo complexo grau de julgamento e de incerteza associado.

Entre outros, efetuámos os seguintes procedimentos de auditoria:

- a) decomposição do saldo apresentado na rubrica de provisões e análise dos principais movimentos do ano;
- b) obtenção da listagem dos processos judiciais em curso através de procedimentos de confirmação externa junto dos advogados e análise das respostas obtidas;
- c) indagação junto da área jurídica e da gestão do Grupo;
- d) obtenção e apreciação do estudo atuarial que suporta o valor presente das responsabilidades com acidentes de trabalho e doenças profissionais; e
- e) verificação da adequabilidade das divulgações das provisões no anexo.

### Imparidade dos inventários

Os inventários, que em 31 de dezembro de 2021 ascendem a 42.199.458 euros, são registados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido.

Associado às responsabilidades assumidas perante os seus clientes, o Grupo detém inventários por longos períodos. Assim, face ao montante dos inventários e ao elevado nível de julgamento por parte da Administração na estimativa das perdas por imparidade (conforme referido na nota 12), consideramos ser uma matéria relevante para efeitos da nossa auditoria.

Entre outros, efetuámos os seguintes procedimentos de auditoria:

- a) análise das políticas contabilísticas associadas a esta matéria;
- b) assistência às contagens físicas de inventários efetuadas pelo Grupo;
- c) teste aos pressupostos subjacentes ao cálculo da estimativa das perdas de imparidade em inventários;
- d) análise dos principais movimentos ocorridos no ano;
- e) aferição da consistência dos critérios com os utilizados no ano anterior; e
- f) verificação da adequabilidade das divulgações da imparidade nas notas anexas.

## **Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras consolidadas**

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Grupo de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia;
- elaboração do relatório de gestão, incluindo o relatório do governo societário, e da demonstração não financeira consolidada nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras consolidadas isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade do Grupo de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira do Grupo.

## **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas**

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras consolidadas.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Grupo;



- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Grupo para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Grupo descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras consolidadas, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras consolidadas representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- obtemos prova de auditoria suficiente e apropriada relativa à informação financeira das Entidades ou atividades dentro do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela orientação, supervisão e desempenho da auditoria do Grupo e somos os responsáveis finais pela nossa opinião de auditoria;
- comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria;
- das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública;
- declaramos ao órgão de fiscalização que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percecionadas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, quais as medidas tomadas para eliminar as ameaças ou quais as salvaguardas aplicadas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras consolidadas bem como a verificação de que a demonstração não financeira consolidada foi apresentada.

## RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

### Sobre o relatório consolidado de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório consolidado de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras consolidadas auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre o Grupo, não identificámos incorreções materiais.



### Sobre a demonstração não financeira consolidada

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 6 do Código das Sociedades Comerciais, informamos que o Grupo preparou a demonstração não financeira consolidada, conforme previsto no artigo 508.º-G do Código das Sociedades Comerciais, tendo apresentado a mesma como anexo ao relatório do governo societário.

### Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014

Dando cumprimento ao artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

- Fomos nomeados/eleitos auditores do Grupo pela primeira vez na reunião do Conselho de Administração da CP – Comboios de Portugal, E.P.E. realizada em 10 de julho de 2014 para um mandato compreendido entre 2014 e 2016. Fomos nomeados/eleitos na reunião do Conselho de Administração da CP – Comboios de Portugal, E.P.E, realizada em 31 de maio de 2017 para um segundo mandato compreendido entre 2017 e 2019, na reunião do Conselho de Administração realizada em 5 de agosto de 2020 para o ano de 2020 e na reunião do Conselho de Administração realizada em 15 de junho de 2021 para o mandato compreendido entre 2021 e 2022.
- O órgão de gestão confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras consolidadas. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISA mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras consolidadas devido a fraude.
- Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do n.º 1 do artigo 5.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014 e que mantivemos a nossa independência face ao Grupo durante a realização da auditoria.
- Informamos que, para além da auditoria, não prestámos outros serviços ao Grupo.

Lisboa, 16 de maio de 2022

RIBEIRO, RIGUEIRA, MARQUES, ROSEIRO & ASSOCIADOS, SROC, LDA.

Representada por:



Maria Filomena Neves Marques, ROC n.º 1201  
Registada na CMVM com o n.º 20160812



Relatório e Contas Consolidadas 2021

# CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS





## CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

### RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

#### Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas da *CP – Comboios de Portugal, E.P.E.* (o Grupo), que compreendem a demonstração da posição financeira consolidada em 31 de dezembro de 2021 (que evidencia um total de 512.687.750 euros e um total de capital próprio negativo de 1.937.269.716 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 65.547.959 euros), a demonstração consolidada dos resultados e de outro rendimento integral, a demonstração consolidada das alterações no capital próprio e a demonstração consolidada de fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras consolidadas que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira consolidada do Grupo em 31 de dezembro de 2021 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa consolidados relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), tal como adotadas na União Europeia.

#### Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas” abaixo. Somos independentes das entidades que compõem o Grupo nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

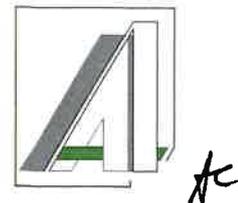
#### Ênfases

1. As operações do Grupo têm vindo a gerar prejuízos consecutivos, o que conduziu a um passivo substancialmente superior ao total do ativo e à necessidade de o Estado Português assegurar o financiamento indispensável à prossecução da atividade. Dado estarmos perante um Grupo cuja empresa-mãe é uma Entidade Pública Empresarial (EPE) com obrigações de serviço público decorrentes da atividade de transporte ferroviário de passageiros, entendemos que não está colocada em causa a continuidade da sua atividade, embora o Grupo se mantenha dependente do apoio financeiro do Estado Português, da estratégia para o setor dos transportes e do êxito a obter nas operações a realizar no futuro, as quais, nesta data, também se encontram expostas às incertezas resultantes da evolução da pandemia Covid-19, bem como das consequências do conflito armado eclodido em fevereiro de 2022 entre a Rússia e Ucrânia.
2. Conforme divulgado no Relatório de gestão, as demonstrações financeiras consolidadas do Grupo relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 a 31 de dezembro de 2020 não foram ainda objeto da competente aprovação formal pelas tutelas financeira e setorial.

A nossa opinião não é modificada em relação a estas matérias.

#### Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no



contexto da auditoria das demonstrações financeiras consolidadas como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

#### 1. Reconhecimento do rédito

As vendas e serviços prestados pelo Grupo em 2021 ascenderam a 195.051.214 euros. As notas 3 e 28 anexas às demonstrações financeiras consolidadas apresentam as divulgações relacionadas com esta matéria.

Riscos de distorção material mais significativos	Síntese da resposta dada aos riscos de distorção material mais significativos
<p>O rédito do Grupo resulta fundamentalmente da venda de títulos de transporte ferroviário de passageiros e da manutenção e aluguer de material circulante.</p> <p>Quer pelo elevado número de movimentos financeiros, de registos no sistema de bilhética e da competente integração no sistema contabilístico, quer pela materialidade dos montantes envolvidos, entendemos considerar esta rubrica como uma matéria relevante da nossa auditoria.</p>	<p>Os nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>• Levantamento e avaliação dos procedimentos e controlos existentes no ciclo da receita e dos sistemas de bilhética;</li><li>• Teste à operacionalidade dos controlos relevantes relacionados com a integração no sistema da receita na contabilidade;</li><li>• Realização da revisão analítica através da análise das evoluções mensais/anuais por tipologia de serviço;</li><li>• Realização de procedimentos de validação do corte de operações;</li><li>• Avaliação sobre se as correspondentes divulgações são adequadas.</li></ul>

#### 2. Imparidade de ativos fixos tangíveis

O Grupo apresenta, em 31 de dezembro de 2021, ativos fixos tangíveis no montante de 383.201.731 euros. As notas 3 e 6 anexas às demonstrações financeiras consolidadas apresentam as divulgações relacionadas com esta matéria.

Riscos de distorção material mais significativos	Síntese da resposta dada aos riscos de distorção material mais significativos
<p>Os testes de imparidade realizados pelos responsáveis do Grupo, têm por base critérios definidos pelo mesmo, nomeadamente, a rotação do material circulante e a sua expectativa de vida útil associada à operação.</p> <p>Dado o risco associado à confirmação da aplicabilidade destes critérios e atenta a materialidade do montante total desta rubrica, entendemos considerá-la como uma matéria relevante da nossa auditoria.</p>	<p>Os nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>• Levantamento e análise dos critérios de identificação de material circulante obsoleto e dos critérios de ajustamento ao valor dos ativos;</li><li>• Levantamento e análise dos movimentos contabilísticos mais relevantes ocorridos no ano na rubrica de imparidades de Ativos fixos tangíveis;</li><li>• Levantamento e análise do suporte documental ao cálculo das imparidades dos movimentos suprarreferidos, e verificação sobre se o valor contabilístico líquido dos ativos obsoletos e de rotação reduzida está em conformidade com o seu valor recuperável;</li><li>• Leitura e análise das atas do Conselho de Administração;</li><li>• Avaliação sobre se as correspondentes divulgações são adequadas.</li></ul>



AC

### 3. Provisões

O Grupo apresenta, em 31 de dezembro de 2021, provisões no montante de 13.920.302 euros. As notas 3 e 23 anexas às demonstrações financeiras consolidadas apresentam as divulgações relacionadas com esta matéria.

Riscos de distorção material mais significativos	Síntese da resposta dada aos riscos de distorção material mais significativos
Dada a complexidade e diversidade dos riscos, bem como a materialidade dos montantes das responsabilidades potenciais decorrentes da atividade do Grupo, nomeadamente com acidentes ferroviários, com acidentes de trabalho e com doenças profissionais, entendemos considerar esta rubrica como uma matéria relevante da nossa auditoria.	Os nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: <ul style="list-style-type: none"><li>• Levantamento e análise dos movimentos contabilísticos mais relevantes registados no ano nesta rúbrica;</li><li>• Levantamento e análise do suporte documental ao cálculo das provisões associadas aos movimentos suprarreferidos, e verificação da sua conformidade com as respostas dos advogados do Grupo à circularização realizada.</li><li>• Leitura e análise das atas do Conselho de Administração;</li><li>• Avaliação da razoabilidade dos pressupostos e estimativas utilizados no estudo atuarial efetuado por perito externo contratado pelo Grupo, sobre as responsabilidades decorrentes de acidentes de trabalho e doenças profissionais;</li><li>• Avaliação sobre se as correspondentes divulgações são adequadas.</li></ul>

### 4. Imparidade de inventários

O Grupo apresenta, em 31 de dezembro de 2021, na rúbrica de inventários um montante líquido de imparidades de 42.199.458 euros. As notas 3 e 12 anexas às demonstrações financeiras consolidadas apresentam as divulgações relacionadas com esta matéria.

Riscos de distorção material mais significativos	Síntese da resposta dada aos riscos de distorção material mais significativos
Os inventários do Grupo são constituídos por materiais, nomeadamente por matérias-primas, matérias subsidiárias e materiais diversos, por “fabricos” e por “rotáveis”, que são utilizados na manutenção e reparação do material circulante próprio ou na prestação de serviços de reparação de material circulante de terceiros.  O reconhecimento de perdas de imparidade dos inventários obsoletos, danificados, ou de lenta rotação tem por base procedimentos de controlo e critérios definidos pelo Grupo sujeitos a um elevado grau de julgamento, designadamente, a potencial aplicabilidade em material circulante ativo e o seu valor realizável líquido.	Os nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: <ul style="list-style-type: none"><li>• Levantamento e análise dos critérios, pressupostos e políticas contabilísticas de reconhecimento das perdas por imparidade de inventários, bem como da consistência da sua aplicação relativamente aos períodos anteriores;</li><li>• Levantamento e análise dos movimentos contabilísticos mais relevantes ocorridos no ano nas rúbricas de inventários e de imparidades de inventários;</li><li>• Levantamento e análise do suporte documental ao cálculo das imparidades dos movimentos suprarreferidos;</li></ul>



AC

Riscos de distorção material mais significativos	Síntese da resposta dada aos riscos de distorção material mais significativos
Dado o risco associado à confirmação da aplicabilidade e adequação dos critérios, pressupostos e políticas contabilísticas definidos, bem como a materialidade do montante total desta rubrica, entendemos considerá-la como uma matéria relevante da nossa auditoria.	<ul style="list-style-type: none"><li>• Acompanhamento da verificação e contagem física de inventários efetuadas pelo Grupo;</li><li>• Avaliação sobre se as correspondentes divulgações são adequadas.</li></ul>

### **Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras consolidadas**

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Grupo de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), tal como adotadas na União Europeia;
- elaboração do relatório consolidado de gestão, do relatório de governo societário e da demonstração não financeira consolidada, nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras consolidadas isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade do Grupo de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira do Grupo.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas**

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Grupo;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições



AC

que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Grupo para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Grupo descontinue as suas atividades;

- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras consolidadas, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- obtemos prova de auditoria suficiente e apropriada relativa à informação financeira das entidades ou atividades dentro do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela orientação, supervisão e desempenho da auditoria do Grupo e somos os responsáveis finais pela nossa opinião de auditoria;
- comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria;
- das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública;
- declaramos ao órgão de fiscalização que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos-lhes todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percecionadas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, quais as medidas tomadas para eliminar as ameaças ou quais as salvaguardas aplicadas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório consolidado de gestão com as demonstrações financeiras consolidadas, bem como a verificação de que a informação não financeira consolidada foi apresentada.

## **RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES**

### **Sobre o relatório consolidado de gestão**

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório consolidado de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras consolidadas auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre o Grupo, não identificámos incorreções materiais.

### **Sobre a demonstração não financeira consolidada**

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 6, do Código das Sociedades Comerciais, informamos que o Grupo preparou a informação não financeira consolidada, conforme previsto no artigo 508.º-G do Código das Sociedades Comerciais, tendo a mesma sido incluída no relatório de governo societário, a publicar juntamente com o relatório de gestão.

### **Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10º do Regulamento (UE) n.º 537/2014**

Dando cumprimento ao artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

- Fomos nomeados pelo Despacho Conjunto do Ministro de Estado e das Finanças e do Secretário de Estado das Infraestruturas de 24 de junho de 2021 como Revisor Oficial de Contas da CP – Comboios de Portugal, E.P.E.



(entidade-mãe do Grupo) para o triénio 2020-2022, na sequência de concurso público desencadeado pela Entidade e sob proposta, nos termos legais, do Conselho Fiscal.

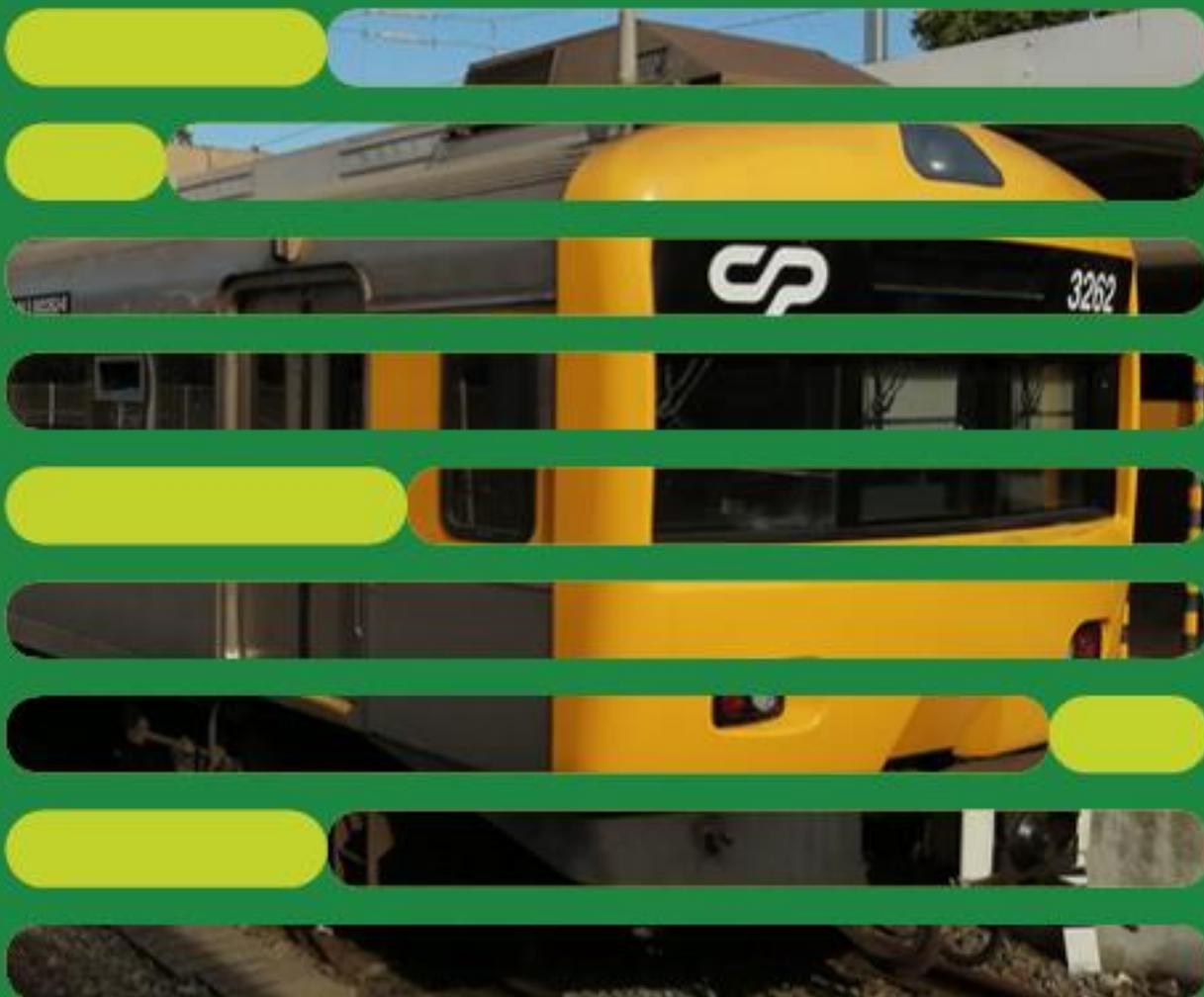
- O órgão de gestão confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras consolidadas. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISA mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras consolidadas devido a fraude.
- Confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparámos e entregámos ao órgão de fiscalização do Grupo nesta mesma data.
- Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do artigo 5.º do Regulamento (EU) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e que mantivemos a nossa independência face ao Grupo durante a realização da auditoria.

Lisboa, 16 de maio de 2022

Alves da Cunha, A. Dias & Associados, SROC, Lda.  
representada por José Luís Areal Alves da Cunha  
ROC n.º 585 registado na CMVM com o n.º 20160240

Relatório e Contas Consolidadas 2021

# RELATÓRIO DO CONSELHO FISCAL



## RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

### CONTAS CONSOLIDADAS 2021 DA CP – COMBOIOS DE PORTUGAL, E.P.E.

#### 1. INTRODUÇÃO

No âmbito das disposições legais e estatutárias, designadamente, a alínea d) do n.º 2 do artigo 15.º dos Estatutos<sup>1</sup> da empresa e os artigos 420.º e 452.º do Código das Sociedades Comerciais<sup>2</sup> (CSC), cabe ao Conselho Fiscal (CF) da CP – Comboios de Portugal, E.P.E., doravante designada abreviadamente como CP, apresentar o relatório da sua ação fiscalizadora e emitir parecer sobre o relatório de gestão e as demonstrações financeiras consolidadas da CP e respetivas participadas (Grupo CP), referentes à prestação de contas do exercício terminado em 31 de dezembro de 2021.

O presente Relatório e Parecer têm em consideração a certificação legal das contas (CLC) emitida pelo Revisor Oficial de Contas (ROC)<sup>3</sup> e as informações constantes no Relatório Adicional de Auditoria<sup>4</sup>, e, ainda, as conclusões contidas no Relatório de Auditoria dos Auditores Externos<sup>5</sup>, sobre as demonstrações financeiras consolidadas da CP do exercício de 2021, as quais são consistentes com as conclusões da revisão legal efetuada às contas do Grupo CP.

A título enquadrador e informativo, é de assinalar que:

- À CP, enquanto empresa pública, e às suas participadas, é aplicável o disposto no Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, diploma que aprovou o Regime Jurídico do Sector Público Empresarial, doravante designado abreviadamente como RJSPE;
- As demonstrações financeiras consolidadas do Grupo CP, aprovadas pelo Conselho de Administração da empresa<sup>6</sup>, foram preparadas a partir de registos contabilísticos das empresas incluídas no perímetro de consolidação de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), conforme adotadas pela União Europeia e em vigor em 31 de dezembro de 2021. A CP, a empresa-mãe do Grupo CP, encontra-se inserida na lista das entidades que integram as Administrações Públicas, estando integrada num mercado de organização da rede ferroviária de acesso livre, decorrente Decreto-Lei n.º 124-A/2018, de 31 de dezembro.
- O ano de 2021 continuou a ser fortemente influenciado pelos efeitos da pandemia pelo vírus SARS-COV2, com as repercussões na retração na economia e, conseqüentemente, na procura dos serviços da CP, em particular no primeiro trimestre do ano, assistindo-

---

<sup>1</sup> Aprovados pelo Decreto-Lei n.º 137-A/2009, de 12 de junho, alterados e republicados pelo Decreto-Lei n.º 59/2012, de 14 de março.

<sup>2</sup> De acordo com o n.º 2 do artigo 60.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, os órgãos de administração e fiscalização têm as competências genéricas previstas na lei comercial, sem prejuízo do previsto em especial no referido regime jurídico.

<sup>3</sup> Datada de 16 de maio de 2022.

<sup>4</sup> Igualmente datado de 16 de maio de 2022, apresentado ao CF nos termos previstos do artigo 11.º do Regulamento (EU) n.º 537/2014, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014.

<sup>5</sup> Datado de 16 de maio de 2022.

<sup>6</sup> Assinadas em 12 de maio de 2022.

## CONSELHO FISCAL

se posteriormente a uma moderada recuperação da mesma, embora ainda assim inferior ao registado nos anos anteriores à Pandemia;

- Cabe ainda referir que se encontram por aprovar o Relatório e Contas do Grupo CP dos anos de 2016 a 2020, situação esta que foi evidenciada como uma ênfase tanto na CLC como no relatório de auditoria externa.

É neste contexto que são apresentadas as demonstrações financeiras consolidadas e o desempenho do Grupo CP, como se de uma única entidade se tratasse.

## 2. SÍNTESE DA AÇÃO DESENVOLVIDA

Durante o ano de 2021, o CF efetuou reuniões e acompanhou os aspetos que considerou mais relevantes no âmbito das suas funções, designadamente:

- a) Participação em reuniões com membros do Conselho de Administração por forma a acompanhar o desempenho da empresa;
- b) Realização de reunião com o ROC;
- c) Realização de reunião com os Auditores Externos;
- d) Elaboração dos pareceres sobre os relatórios e contas individuais e consolidadas referentes a 2020;
- e) Participação em reuniões com diversos departamentos da CP, sendo mais frequentes com a Direção Financeira;
- f) Revisão da proposta de plano de atividades e orçamento para 2021 com a emissão do respetivo parecer;
- g) Elaboração do parecer sobre Relatório & Contas Intercalar Consolidado referente ao 1.º semestre de 2021;
- h) Emissão de parecer sobre a obtenção de financiamento junto da DGTF enquadrado no disposto no n.º 4 do artigo 33.º do RJSPE;
- i) Elaboração de outros relatórios e pareceres solicitados pelo Conselho de Administração, nomeadamente sobre a criação da AMOLIS – Associação Metropolitana de Operadores de Transporte Público de Lisboa e do Centro de Competências Ferroviário.

## 3. ATIVIDADE DESENVOLVIDA PELO GRUPO CP

A CP é uma entidade pública empresarial, pessoa coletiva de direito público, dotada de autonomia administrativa, financeira e patrimonial, estando sujeita, conforme os respetivos estatutos, ao RJSPE, à tutela sectorial e financeira, a cargo respetivamente do Ministério das Infraestruturas e da Habitação e do Ministério das Finanças, bem como ao controlo financeiro do Tribunal de Contas e da Inspeção-Geral de Finanças.

## CONSELHO FISCAL

A empresa está sujeita a obrigações de serviço público e tem por finalidade principal a prestação de serviços de transporte ferroviário de passageiros em linhas férreas, troços de linha e ramais que integram, ou venham a integrar, a rede ferroviária nacional, bem como o transporte internacional de passageiros.

A CP gere um portefólio de empresas nas áreas dos seguros, saúde e formação técnica, procurando, desta forma, sinergias e a maximização da eficiência integrada de todo o Grupo CP.

Neste contexto, a CP, enquanto empresa-mãe do Grupo CP, detinha, em 31 de dezembro de 2021, direta e maioritariamente, as seguintes empresas designadas pela CP de “subsidiárias”, cujas participações encontram-se reconhecidas pelo método da consolidação integral:

- A FERNAVE – Formação Técnica, Psicologia Aplicada e Consultoria em Transportes e Portos, S.A. (FERNAVE), detida pela CP em 100%, com o capital social de 50 000 euros e que tem por objeto social a formação e o desenvolvimento técnico-profissional do pessoal da empresa acionista, bem como do pessoal de outras empresas do sector de transportes, comunicações, portuário e das que se situem na sua envolvente tecnológica. Note-se que a FERNAVE detém uma participação de 6,92% na Transcom, SARL, sediada em Moçambique, e cuja participação está reconhecida ao custo de aquisição menos perdas de imparidade<sup>7</sup>;
- A ECOSAÚDE – Educação, Investigação e Consultoria em Trabalho, Saúde e Ambiente, S.A. (ECOSAÚDE), com o capital social de 50 000 euros, integralmente detido pela CP, dedica-se à prestação de cuidados de saúde, à criação e gestão de unidades de cuidados de saúde e condições de trabalho, ao ensino, formação e desenvolvimento técnico/profissional de nível superior e médio, designadamente nas áreas das condições de trabalho, saúde e ambiente;
- A SAROS – Sociedade de Mediação de Seguros, Lda. (SAROS), detida 100% pela CP, com o capital social de 5 000 euros e cujo objeto social consiste na atividade de mediação de seguros.

A CP detém, direta ou indiretamente através das suas empresas subsidiárias conforme supra referido, outras participações financeiras em empresas ou outras entidades, decorrente do interesse estratégico para as operações da empresa<sup>8</sup>.

## 4. ANÁLISE ECONÓMICO-FINANCEIRA

O Resultado Líquido do Grupo CP, em 2021, ascendeu a cerca de -65,5 milhões de euros, representando uma melhoria de 31%, em relação ao resultado alcançado no ano anterior que ascendeu a -95,7 milhões de euros.

Esta melhoria resultou, essencialmente, do aumento dos rendimentos relativos à prestação de serviços de transporte de passageiros e à melhoria do Resultado Financeiro.

Neste sentido, há a destacar o acréscimo do rendimento na rubrica de “Vendas e serviços prestados – passageiros”, de cerca de 21,1 milhões de euros (acrécimo de cerca de 14% comparativamente ao valor alcançado em 2020), essencialmente decorrente do acréscimo da

---

<sup>7</sup> Na rubrica Outros Investimentos Financeiros.

<sup>8</sup> Designadamente, SIMEF, ACE (51%), TIP, ACE (33,33%) e Nomad Tech, Lda (35%).

## CONSELHO FISCAL

procura, registado a partir do final do primeiro trimestre do ano e dos rendimentos relacionados com o programa de apoio à redução tarifária nos transportes (PART).

Mais se salienta, pela materialidade dos valores em causa, o aumento dos outros rendimentos em cerca de 5,6 milhões de euros, em resultado, essencialmente, dos acertos finais efetuados pela Área Metropolitana de Lisboa aos valores do PART, relativos aos anos de 2019 e 2020 e, ainda, o aumento dos gastos com pessoal em cerca de 6,7 milhões de euros, face aumento do número de trabalhadores e dos abonos variáveis, decorrentes da retoma da atividade, e a diminuição da variação nos inventários da produção no valor de 4,8 milhões de euros, em virtude de os consumos ocorridos terem superado a produção efetuada.

O EBITDA das atividades core (transporte e manutenção) ascendeu a cerca de 17 milhões de euros, constituindo uma melhoria significativa relativamente a 2020, cujo valor ascendeu a -1,4 milhões de euros.

O resultado operacional do Grupo, em 2021, foi de cerca de -42,2 milhões de euros, o que representou uma melhoria de cerca de 22,2 milhões de euros, face ao registado no ano transato, justificado, essencialmente, pelas variações anteriormente referidas e que, igualmente, haviam já sido referenciadas na análise das variações registadas na demonstração de resultados da CP, conforme assinalado no parecer emitido relativamente às contas individuais.

Ao nível do resultado financeiro do Grupo, o mesmo ascendeu a -23 milhões de euros, registando-se uma melhoria face ao verificado em 2020, de cerca de 7,9 milhões de euros (+26%), fundamentado, essencialmente, da alteração das fontes de financiamento da CP, conforme também já refletido no parecer emitido referente às contas individuais.

Relativamente ao Balanço do Grupo, assinala-se uma redução do Ativo, em cerca de 32,6 milhões de euros, essencialmente decorrente da variação negativa dos ativos fixos tangíveis (ativo não corrente), em cerca de 25,9 milhões de euros, em virtude das depreciações destes ativos não terem sido compensadas pela realização de investimento e, ainda, uma diminuição do saldo de caixa e depósitos bancários (ativo corrente), em cerca de 16 milhões de euros para assegurar o pagamento de compromissos assumidos pelo Grupo.

Em termos de passivo, regista-se um aumento, em 2021, de cerca de 32,7 milhões de euros, assinalando-se, em particular, no passivo corrente, o aumento do saldo de fornecedores e outras dívidas a pagar, em cerca de 42,8 milhões de euros, destacando-se a dívida à IP – Infraestruturas de Portugal, SA (IP) respeitante à faturação relativa ao último trimestre de 2021.

Assinala-se, ainda, uma redução do capital próprio do Grupo, em cerca de 65,3 milhões de euros, situando-se, no final de 2021, em cerca de -1.937,3 milhões de euros, decorrente, principalmente, do efeito dos resultados transitados e do resultado líquido consolidado negativo do período.

No final de 2021, o Ativo do Grupo CP ascendia a cerca de 512,7 milhões de euros (-6% relativamente a 2020), o Capital próprio a -1.937,3 milhões de euros (-3%) e o Passivo a cerca de 2.450 milhões de euros (+1 %).

Assim, e pese embora a evolução positiva dos resultados apresentados pelo Grupo CP, em 2021, em face dos indicadores económico-financeiros, a estrutura financeira do Grupo CP continua a registar grandes desequilíbrios, dos quais se destaca o facto de o total do passivo representar

## CONSELHO FISCAL

quase cinco vezes mais o valor do total do ativo, bem como os capitais próprios negativos decorrentes de prejuízos sucessivamente acumulados ao longo dos anos.

### 4.1 Empresas do Grupo

No que se refere às outras empresas do Grupo CP<sup>9</sup>, destaca-se o seguinte:

- **FERNAVE**

A FERNAVE apresentou em 2021 um resultado líquido positivo de 365 milhares de euros, representando um aumento de 49,4% em relação ao ano anterior, em resultado do crescimento das vendas e prestações de serviços (6,4%) e do decréscimo dos gastos com FSE (29,2%).

Neste contexto, o resultado operacional da FERNAVE foi de 391,7 milhares de euros e o EBITDA de 399,9 milhares de euros.

A empresa terminou o ano de 2021 com o mesmo número de trabalhadores de 2020, isto é, com 9 trabalhadores.

- **ECOSAÚDE**

Tal como em todas as empresas do Grupo, a Ecosaúde em 2021 continuou afetada pelos efeitos da Pandemia COVID 19, mantendo os serviços extraordinários prestado à CP relacionados com a criação da linha médica de atendimento permanente, a testagem de trabalhadores e a realização de higienizações.

Assim, no final de 2021 a empresa apurou um resultado líquido de 114,7 milhares de euros, o que representou uma quebra de 40,3% face ao ano anterior, com um EBITDA de 229,3 milhares de euros (-22,8%) e um resultado operacional positivo de 183 milhares de euros, inferior em 30,6% face ao ano transato.

Em termos de recursos humanos, a empresa contava, no final de 2021, com 25 trabalhadores do quadro, igual ao ano anterior.

- **SAROS**

Em linha com os efeitos da pandemia, na SAROS verificou-se uma redução nas vendas e serviços prestados de 10,8% (50,3 milhares de euros).

O resultado líquido cifrou-se nos 343,6 milhares de euros, inferior em 11,6% em relação ao ano anterior. O resultado operacional e o EBITDA tiveram uma quebra de 12% (57 milhares de euros), situando-se nos 419,5 milhares de euros.

## 5. PARECER

O CF tomou conhecimento da Certificação Legal das Contas decorrente do exame realizado pela Alves da Cunha, A. Dias & Associados, SROC, Lda. e do Relatório de Auditoria emitido pelos Auditores Externos, Ribeiro, Rigueira, Marques, Roseiro e Associados, SROC, Lda., com os quais concordamos, tendo os mesmos sido considerados para efeito de preparação do presente Relatório e Parecer.

---

<sup>9</sup> Relativamente às empresas subsidiárias da CP.

## CONSELHO FISCAL

O CF analisou as demonstrações financeiras consolidadas, preparadas em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, tendo concluído que tais elementos transmitem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do Grupo CP, à data de 31 de dezembro de 2021, e o modo como se formaram os resultados do exercício findo naquela data, tendo em consideração as ênfases, bem como as matérias relevantes de auditoria mencionadas tanto na Certificação Legal das Contas emitida pelo ROC como no Relatório de Auditoria emitido pelos auditores externos.

No âmbito das suas funções, o CF verificou que o conjunto das demonstrações financeiras consolidadas permite uma adequada compreensão da situação financeira do Grupo CP.

Em conclusão, o Conselho fiscal é de parecer que sejam aprovadas as Demonstrações Financeiras Consolidadas do Grupo CP, relativas ao exercício de 2021, atentas as ênfases mencionadas na Certificação Legal das Contas e no Relatório de Auditoria.

Lisboa, 31 de maio de 2022

O Conselho Fiscal,

O Presidente,

---

*António Farinha Simão*

Os Vogais,

---

*Teresa Costa*

---

*Cristina Freire*